



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Gabriela Salcedo Figueira

**O Ventre do Capital:
Um estudo sobre a reprodução escravista
no Brasil do século XIX**



Universidade do Minho

Instituto de Ciências Sociais

Gabriela Salcedo Figueira

**O Ventre do Capital:
Um estudo sobre a reprodução escravista
no Brasil do século XIX**

Dissertação de Mestrado
em Sociologia: Políticas Sociais

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Fernando Bessa Ribeiro

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



**Atribuição
CC BY**

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Ivana e Cassio, e ao meu irmão, Rodolfo, por sempre estarem ao meu lado e apoiarem minhas decisões. Por darem-me todo tipo de suporte, amor e atenção para que eu siga meu caminho.

Agradeço ao Nuno pelas leituras, opiniões e discussões sobre a dissertação e principalmente pela parceria lado a lado.

Agradeço ao Thiago e à Lívia pelos diálogos acadêmicos, conversa fora e querida amizade.

Agradeço ao meu orientador, Professor Fernando Bessa Ribeiro, para além da preciosa orientação, pelo voto de confiança.

E agradeço aos professores e funcionários que de bom grado me auxiliaram enquanto estive a pesquisar no Brasil. Refiro-me ao pessoal do Centro de Memória – Unicamp (CMU) e do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), ao professor Ricardo Figueiredo Pirola do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Unicamp e, especialmente, ao professor Rafael de Bivar Marquese da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho acadêmico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

RESUMO

O Ventre do Capital: Um estudo sobre a reprodução escravista no Brasil do século XIX

Para se descobrir e compreender como questões relativas ao gênero, nomeadamente a opressão sobre as mulheres, poderiam ser moldadas e dinamizadas pela economia-mundo capitalista, esta dissertação debruçou-se sobre uma região periférica do sistema-mundo capitalista, o Brasil, um modelo de controle de trabalho, o escravo, e um acontecimento que envolvia diretamente as mulheres alocadas nesta geografia e empregadas neste modo de produção, a proibição do tráfico internacional de escravos. Com o auxílio das teorias da reprodução social, segunda escravidão e sistema mundial moderno foi possível desenvolver e perceber a dimensão desta problemática, resolvida por meio da análise documental de manuais de agricultura escritos por senhores de escravos no século XIX. Entendeu-se que, conforme a temperatura das disputas políticas e comerciais na economia-mundo aumentava, enquanto também exigia uma maior produção das *commodities* tropicais, alteravam-se práticas relativas à reprodução de trabalhadores escravizados, as quais envolviam o controle sobre o corpo feminino escravizado. Mais, afirmou-se que a reprodução escravista, e por consequência a opressão sobre as mulheres dela derivada, tem um caráter específico em razão de estar inserida dentro da economia formal escravista. Acentuou-se que, diferentemente do modelo de controle de trabalho assalariado, em que a reprodução dos trabalhadores se realiza numa esfera distinta da esfera produtiva, no modelo de controle de trabalho escravo, a reprodução dos trabalhadores ocorria numa única esfera, que agregava tanto os processos produtivos como os reprodutivos.

Palavras-chave: economia-mundo capitalista, manuais de agricultura, reprodução de escravos, segunda escravidão, teoria da reprodução social.

ABSTRACT

Womb of Capital: A study on Brazilian slave reproduction in the 19th century

Willing to find out and to understand how questions related to gender, namely the oppression of women, could have been shaped and dynamized by the capitalist world-economy, this dissertation focused on a peripheral zone of the capitalist world-system, Brazil, a method of labor control, the slavery, and an event that directly embraced the women allocated in this geography and employed in this mode of production, the prohibition of the international slave trade. Helped by the social reproduction theory, the second slavery theory and the modern world system theory, it was possible to develop and to realize the extension of this problematic, that was solved with a documental analysis based on agriculture manuals written by slave owners in the XIX century. It was perceived that as the temperature of politics and trade disputes in the world-economy got warmer, while also demanding a greater production of tropical commodities, the social practices related to the reproduction of enslaved workers were affected, which involved the control over the enslaved female body. Furthermore, the oppression laced with the reproductive capacity of enslaved women revealed a specificity due to being inserted within the formal slave economy. It was noticed that, differently from the waged labor in which the reproduction of the workers took place in a distinct sphere from the productive sphere, in the slave method of labor control, the reproduction of workers occurred in a single sphere, which aggregated both productive such as reproductive process.

Key words: agriculture manuals, capitalist world-economy, second slavery, slave reproduction, theory of social reproduction.

Índice

Introdução.....	1
Capítulo 1. Economia-mundo capitalista, segunda escravidão e reprodução social: os entrelaçados teóricos.....	9
1.1. Escravidão e o sistema mundial moderno: a leitura de um pelo outro.....	12
1.2. A segunda escravidão e o apelo ao útero para manutenção do sistema.....	21
1.3. A acumulação pela opressão: classe, raça e gênero no tom da economia-mundo capitalista.....	33
2. Entre a pressão internacional e a regulação nacional: o Brasil persiste escravista.....	45
2.1. De dentro para fora: a escravidão nos limites do Brasil Império.....	49
2.2. Os manuais de agricultor como fonte de pesquisa da escravidão brasileira oitocentista.....	63
3. A acumulação pelo domínio do ventre negro: contornos e práticas do processo de reprodução escravista.....	68
3.1. Quadro geral dos manuais.....	70
3.2. A reprodução social da escravidão na primeira metade do século XIX.....	79
3.3. A reprodução social da escravidão na segunda metade do século XIX.....	91
Conclusão.....	106
Bibliografia.....	117

Introdução

Já é de notório conhecimento nas ciências sociais que a escravidão no Novo Mundo foi fundamental para o desenvolvimento do sistema capitalista (Marx, [1867] 2011), bem como foi parte integrante da economia mundial capitalista (Tomich, 2011; Wallerstein, 1974). Complementarmente, a escravidão foi constituída enquanto modelo de controle de trabalho para produção de mercadorias ao mercado mundial, sendo, portanto, articulada com outros modelos de controle, como o assalariado na Europa Ocidental (Quijano, 2005; Wallerstein, 1974). O escravista como modo de produção foi implantado nas Américas, territórios resultantes da expansão geográfica do mundo, as quais, apoiada nas palavras de Quijano e Wallerstein (1992), não foram incorporadas a uma economia-mundo capitalista, elas são o próprio ato constitutivo do sistema mundial moderno.

A economia-mundo capitalista, resumidamente, refere-se a uma organização social e econômica internacional sustentada por uma divisão geográfica do trabalho. Ela produz uma cadeia de subordinação entre países de poderio econômico desigual, onde trocas comerciais não refletem vantagens recíprocas aos territórios envolvidos. Regente do sistema mundial moderno, este possui uma hierarquia em que países pobres, as periferias, orbitam os países ricos, os centros. A consequente troca desigual das relações comerciais estabelecidas entre países que ocupam discrepantes posições no sistema provoca assimetrias que caracterizam o regular e estável funcionamento do conjunto (Ribeiro, 2017). Para este sistema se estabelecer e operar devidamente foram consideradas necessárias três coisas: a referida expansão geográfica do mundo; o desenvolvimento de vários métodos de controle de trabalho para diferentes produtos e diferentes zonas da economia-mundo; e a criação de um regime estatal relativamente forte nos Estados que viriam a se tornar centrais da economia-mundo capitalista (Wallerstein, 1974).

Quijano (2005) demonstra que as trocas desiguais realizadas devido à organização e estruturação do sistema-mundo, relação que forja um sistema interestatal, têm em pano de fundo a racialização do trabalho. Em outras palavras, o sistema não só se divide geograficamente entre áreas onde o trabalho vale mais e menos, mas também em trabalho executado por trabalhadores que valem mais e menos, sendo esta diferença demarcada por um conjunto fenótipo resumido na cor de suas peles. Desta maneira, já se nota que a desigualdade do sistema se ampara na elaboração de diferenças, forjadas na articulação da classe com a raça.

Tem-se articuladas a classe e a raça, uma vez que, nas periferias do sistema-mundo, a classe explorada era sobretudo composta por trabalhadores inferiormente racializados. Com auxílio da

explicação de Quijano, percebe-se que o mundo regido pela economia-mundo capitalista não foi apenas hierarquicamente dividido pelo centro e não-centro, mas também por hierarquias raciais, ou seja, o trabalho foi geográfica e racialmente dividido entre centro e periferia.

Portanto, a escravidão, tão constituinte e integradora do sistema mundial moderno, é a marca distintiva da racialização do trabalho, da produção de diferença para construção das necessárias desigualdades do sistema. Com base nesse autor, é possível afirmar que a economia-mundo capitalista precisou da raça e produziu a raça, isto é, instituiu uma diferença racial¹ para estimular a relação desigual entre centro e periferia no sistema mundial moderno.

Cabe dizer que o capitalismo, nos primeiros sinais de seu desabrochar, chamados por Marx ([1867] 2011) de acumulação primitiva de capital, constitui uma nova forma de organização social: a sociedade capitalista passa a ser dividida entre a classe detentora dos meios de produção e a classe trabalhadora que, no caso do trabalhador europeu, é desapropriada de suas terras e obrigada a vender sua força de trabalho para manter suas condições de existência. Ou seja, ela desponta da criação de uma nova diferença. No caminho de seu desenvolvimento, incluída a chegada à sua maturidade com a Revolução Industrial, o capitalismo demonstra que sua lógica de exploração reverbera em categorias distintas e, até mesmo por distingui-las, consegue atingir o seu fim: o de acumulação de capital.

Inserido nas realidades locais às quais foi expandido, o sistema de exploração, dominação e opressão se mantém uno, guiado por um só objetivo. Por isso, acredita-se que a acumulação de capital envolvendo todo um sistema mundial desigual depende também da constituição das desigualdades dos sujeitos que nele se explora. Além da raça, como nos demonstrou Quijano (2005), aborda-se agora outra distinção moldada para a acumulação desigual de capital: a desigualdade de gênero indica estar intrínseca ao funcionamento desse sistema.

A construção dessa desigualdade também se deu nos primórdios do desenvolvimento do capitalismo. Federici (2017) apresenta uma leitura da fase de acumulação primitiva de capital que, além da divisão de classes, inclui outras dimensões, a saber: (i) desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho; (ii) construção de uma nova ordem patriarcal baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e sua subordinação aos homens, fenômeno nomeado de patriarcado do salário²; e (iii) mecanização do corpo proletário que, no caso das mulheres, abarca a transformação de seus

¹ Quijano (2005) aponta que, antes da expansão geográfica do mundo, e inserção do trabalho escravo nas colônias americanas, não se tinha ideia de raça inferior e superior para ordenamento social do trabalho. A fim de legitimar o trabalho escravo, os colonizadores associam suas cores a uma raça superior, a raça branca e colonizadora, e os colonizados à raça inferior, não branca, o que inclui índios, mestiços e negros. No entanto, o trabalho passa a ser racializado quando diretamente associado à "raça negra" como aquela destinada à escravidão.

² Enquanto os homens estavam sendo explorados no mundo do trabalho produtivo, a sua possível exploração garantia-se ao fato de as mulheres estarem mantidas dentro de suas casas, executando os trabalhos reprodutivos, ou quando produtivas, eram ainda mais exploradas ao ponto de serem incapazes de garantir qualquer condição de existência. Portanto, pela exploração do trabalhador masculino, também se assegurava a sujeição da mulher ao salário do homem provedor e, conseqüentemente, maior possibilidade de acumulação retirada da mais-valia, o que garantia o vigor do sistema capitalista (Federici, 2017, pp. 193-198).

corpos em máquina de produção de novos trabalhadores.

A última dimensão é considerada central para compreensão da desigualdade de gênero na sociedade de classes pela qual se organiza o sistema capitalista, já que o corpo feminino é o produtor dos trabalhadores continuamente explorados para a obtenção do capital. Contudo, essa percepção não trata propriamente da economia-mundo capitalista. A corrente teórica que compreende tal desigualdade na estrutura deste sistema, chamada teoria da reprodução social, dá enfoque ao modelo de controle de trabalho assalariado e livre. Assim sendo, se a teoria fosse cruamente perpassada para a economia-mundo capitalista, seria correto apenas acioná-la para abordar os territórios centrais do sistema mundial moderno. Mas aqui haverá uma transgressão em que a referida vertente teórica será manuseada para entendimento do gênero na dinâmica desta operação estrutural de acumulação de capital interestatal. Acredita-se que, se as relações de desigualdade de gênero nos países centrais tinham como sujeito oprimido a mulher europeia assalariada, ou a ordenada pelas relações de assalariamento, do outro lado do Atlântico havia a mulher negra não assalariada, com um corpo também coagido em decorrência das explorações promovidas no âmbito de um único sistema, o capitalista. Por isso, o que se buscará compreender ao longo desta dissertação, de modo geral, é como práticas sociais estabelecidas na periferia em direção ao gênero foram moldadas pela e para a dinâmica interestatal da economia-mundo capitalista.

Isto é, parte-se do princípio de que as diferenças acumuladas na Europa e nas Américas não estão desconectadas. Embora elas se manifestem em suas especificidades e conjunturas locais, há de se ter em vista que o local pode ser interpretado como efeito de uma ordem global do sistema-mundo moderno. Tal afirmação não coincide em dizer que a diferença da mulher branca europeia era a própria diferença da mulher negra escravizada³ aplicada às Américas, mas sim que a marcação de diferença no âmbito do gênero tem de ser explorada em seus diversos aspectos dentro do sistema-mundo capitalista, ou, melhor dizendo, que de acordo com a região do globo as dinâmicas relacionais entre centro e periferia seguem as regras gerais da estrutura do sistema, mas causam efeitos específicos nas práticas sociais, bem como nos sujeitos desigualmente diferenciados.

Pode-se dizer que no estudo de gênero existe relativamente um vazio quando objetiva-se entendê-lo dentro do processo histórico do sistema mundial moderno, e o contrário também é verdadeiro, tendo em vista que as teorias do sistema-mundo pouco visam no gênero uma categoria de análise. No entanto, se o processo histórico do centro do sistema-mundo está também definido pelas

³ Adota-se o termo "pessoa escravizada" para reforçar a condição imposta ao coagido. Ou seja, o trabalhador escravizado foi assujeitado a este papel social por meio da coerção física, confinando-o a objetificação e, conseqüentemente, a comoditização. No entanto, o leitor ainda verá ao longo desta dissertação a adoção de "escravo" com objetivo de destacar este processo de comoditização, isto é, em referência à condição de mercadoria da pessoa escravizada.

dinâmicas com a periferia, é imprescindível compreender os emaranhados entre centro e periferia na produção das diferenças, para além da classe, para além da raça e, por que não dizer, para além do gênero, ou seja, elas não devem ser interpretadas como categorias sociais que se manifestam isoladamente. Parecendo paradoxal, aquilo que não pode ser visto em separado na estrutura de desigualdades do capitalismo histórico mundial é justamente aquilo que ele divide para prosperar enquanto sistema, para garantir sua acumulação e as trocas desiguais entre Estados que participam e fazem rodar a economia-mundo capitalista.

Em pormenores, se o capital já foi pensado a partir do trabalhador europeu e a divisão geográfica do trabalho aliada à divisão racializada do trabalho em decorrência da economia-mundo capitalista, é mais do que na hora de explorar o debate do gênero aliado à raça radiante da relação periférica com o centro da economia-mundo capitalista. Para tanto, cabe introduzir os seguintes questionamentos: como as relações entre centro e periferia do sistema-mundo dinamizam o gênero? Onde está o gênero no advento da moderna economia mundial? É possível dizer que a economia-mundo capitalista, conforme concebida por Wallerstein ([1974] 1990) e outros teóricos dialogantes, moldou questões relativas a gênero? E se sim, de que forma?

Essas são algumas das perguntas pelas quais este trabalho se guiará. Aqui não se encontrarão respostas tão amplas e determinantes, uma vez que falar em economia-mundo capitalista, e o inescapável capitalismo histórico (Wallerstein, 1998), é falar de um sistema global e, para dissecar a problemática desta dissertação, tratar-se-á de especificidades locais, que não fogem, sublinhe-se, da opressão estrutural do sistema. Exposto de outra maneira, a partir da perspectiva globalizante do sistema mundial moderno, procurar-se-á perceber práticas sociais locais, estas propriamente inseridas na região centro-sul do Brasil durante o século XIX. Acreditando-se ser possível compreender como a relação entre gênero e economia-mundo capitalista se aflora no país em questão, fertilizada pela dinâmica relacional entre centro e periferia do sistema mundial, é preciso primeiramente contextualizar.

No século XIX, o sudeste brasileiro foi dominado pelo café. Sua produção, que posicionava o Brasil na hierarquia econômica mundial, era a grande responsável pela manutenção do país dentro do mercado internacional. Mas nem sempre foi assim. Houve uma alteração de posições e produções no mercado mundial que decorreu na viragem do século. Na última década do período setecentista, o Haiti era o maior produtor colonial de açúcar, café e algodão, e também, detalhe imprescindível para compreensão do fenômeno descrito a seguir, o mais negro de todas as colônias. Nos primeiros anos do século seguinte, a colônia foi palco da primeira insurgência escrava da história, conhecida como

Revolta de São Domingos, a qual retirou o território haitiano do sistema interestatal (Marquese & Salles, 2016).

O momento histórico coincide com o alicerçamento do capitalismo industrial, marcado pela hegemonia britânica sobre o referido sistema. A industrialização do Atlântico Norte culmina na emergência de uma classe média e uma população crescente de trabalhadores concentrados em núcleos urbanos, que demandam cada vez mais *commodities* tropicais – tabaco, açúcar, café – e novas matérias-primas – o algodão, produto ao qual era acrescentado o maior valor agregado quando manipulado pelas indústrias europeias. Tais modificações surtiram efeitos diretos em zonas escravistas como Brasil, Cuba e sul dos Estados Unidos, que ganharam nova dimensão, importância e processos de produção dentro do mercado mundial. Conforme explicam Salles e Marquese (2016), tais regiões eram, até o século XVIII, relativamente marginais na economia atlântica, mas tornam-se polos dinâmicos que dependiam de e concentravam uma maciça expansão da escravidão para atender aos interesses e consumos do centro industrial.

Assim sendo, enquanto no restante do Novo Mundo a escravidão estava em decadência, pelos aspectos morais, políticos e produtivos – com substituição de trabalhadores escravizados por assalariados –, nestes três territórios a instituição estava em pleno vapor, com nova roupagem e protagonismo econômico. O formato escravista que se concentrou no período oitocentista foi denominado por Tomich (2011) como segunda escravidão, uma leitura que propõe entender o modelo escravista de produção reformulado dentro dos processos históricos da economia mundial capitalista (Tomich, 2011, p. 82). O autor defende que a instituição foi refundida numa configuração política e econômica inédita, tendo caráter e sentido sistêmico profundamente alterado, uma vez que tiveram os centros escravistas emergentes cada vez mais impelidos e integrados pela produção e mercado industriais (Salles & Marquese, 2016).

Resumidamente, a segunda escravidão, que vingou em Cuba, Brasil e Estados Unidos, tem algumas características que a distinguem da primeira. Aliada à aceleração do capitalismo industrial e à modernidade, a instituição escravista foi mais intensa e difundida nestas três regiões, embora contrastada com as questões morais e abolicionistas do período. Ela se despiu da veste colonial, isto porque tanto os Estados Unidos como o Brasil já haviam se tornado independentes de suas antigas metrópoles e, como tais, eram Estados soberanos que disputavam por si o seu lugar na economia-mundo capitalista. O fim dos anos subjugados pelas metrópoles disparou a marcha fúnebre do mercantilismo – e dos monopólios – como prática comercial dominante na rota transatlântica, o que fez com que os senhores de escravos da segunda escravidão ganhassem maior autonomia numa

relação comercial com os países europeus assente no livre mercado, além de os aproximar do poder dentro de seus Estados nacionais. É, portanto, considerada um regime mais autônomo, duradouro e produtivo, que suportou a Era das Revoluções e, apesar de condições adversas, aumentou sua produção para corresponder às exigências do mercado internacional. Não mais alocada em arquipélagos, como era nos territórios caribenhos que dominavam o comércio de produtos tropicais na primeira escravidão, e sim em largos e planos territórios continentais, a alta da produção escravista se deu pela organização dos trabalhadores escravizados em extensas *plantations*⁴ (Blackburn, 2016; Marquese, 2004).

Foi objetivo que estes breves parágrafos fossem capazes de explicar a dimensão e a importância da escravidão nas Américas para a economia-mundo capitalista, assunto que será mais detalhado no primeiro capítulo desta dissertação. Agora, no entanto, ainda carece de esclarecer o porquê das informações apresentadas uma vez que, conforme descrito em parágrafos anteriores, o que guia este trabalho é a intenção de compreender o gênero dentro do sistema mundial moderno.

Já foi dito que durante a segunda escravidão a instituição sofria de condenação moral em decorrência da escravização de homens e mulheres ao trabalho intensivo. Grande parte desta pressão advinha da Inglaterra, um fato que não deixa de ser aparentemente contraditório, uma vez que era um dos maiores consumidores das *commodities* tropicais, garantidas por meio do trabalho escravo nos territórios americanos. Foi ela também que proibiu o tráfico negreiro transatlântico da África para as Américas. A proibição passou a valer, de fato, no Brasil em 1850 com a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, 28 anos depois do país ter se tornado independente.

A proibição criou um desafio para os senhores de escravos do sudeste brasileiro: foi com a expansão e intensificação do modelo escravista para a produção de café, no início do século XIX, que se marcou posição imperiosa do Brasil na economia-mundo capitalista (Salles & Marquese, 2016), mas como sustentar a prática e corresponder às demandas crescentes do mercado, que faz depender cada vez mais de maior contingente de trabalhadores escravizados, se o tráfico negreiro estava proibido?

Salienta-se que até a década de 1830 a região ainda não tinha extensivamente cafezais em *plantations*. Foi com a introdução de milhares de trabalhadores escravizados para desmatar as serras e matas, abrir estradas e cultivar produtos primários que fez com que, antes uma região ignorada, passasse a ser a principal produtora do café exportado ao mercado mundial – a título de exemplo,

⁴ Uma *plantation* se caracterizava por ser uma grande propriedade rural com concentração de escravaria, sendo esta predominantemente masculina e em idade produtiva. Havia duas modalidades de organização da mão de obra escrava: turmas sob comando unificado (*gang system*) e sistema de tarefas individualizado (*task system*) (Marquese, 2008).

entre 1835 e 1850, dos 690 mil escravizados que chegaram da África ao Brasil, 80% foram destinados ao Sudeste. A possibilidade de explorar essas novas terras, concentradas ao longo do Rio Paraíba do Sul, por isso chamado de Vale do Paraíba, acarretou numa superprodução do café lançado ao comércio internacional, o que, por sua vez, provocou uma queda de preços da *commodity*. Exatamente pela implementação e extensão das *plantations* de café na região, os preços até o fim da década de 1840 do produto estavam em declínio (Salles & Marquese, 2016).

No entanto, dez anos mais tarde, o cenário é alterado vigorosamente, com a proibição do tráfico negreiro acompanhada de outro fenômeno de impacto à instituição: a década foi marcada por um *boom* geral das *commodities* tropicais. Ou seja, as áreas escravistas do Vale do Paraíba estavam em seu apogeu e a região cravava-se como a principal fonte econômica do país. A preocupação, portanto, era como manter essa posição se, sem o tráfico de africanos escravizados, o necessário crescente contingente de mão-de-obra decairia, o que implicava o risco de o país ser ejetado do mercado mundial. Em atenção ao ocorrido nos Estados Unidos em décadas anteriores, os senhores escravistas brasileiros já sabiam o caminho que deveria ser trilhado: era urgente o desenvolvimento de uma rede doméstica de compra e venda de escravos e incentivar o crescimento vegetativo da população, ou seja, a reprodução natural de escravos (Salles & Marquese, 2016). De uma hora para a outra, o ventre das mulheres escravizadas torna-se fundamental para a continuidade do modo de produção escravista.

Por estas vias, supõe-se que o trabalho das *plantations* no Brasil, que era completamente voltado à produção de mercadorias para o mercado internacional, foi moldado a partir de uma nova generificação do corpo escravizado, cujo objetivo era incentivar a reprodução da escravaria. Esta, por consequência, garantia o crescimento da população ativa escravizada e a resultante produção para exportação. Ou seja, crê-se que, neste momento histórico, evidencia-se um ponto nodal da formação social brasileira resultante da mistura da reprodução social com a produção capitalista.

Com a centralidade do regime escravista vertida à sua reprodução, questões relativas ao gênero podem ser vistas com protagonismo na escravidão brasileira oitocentista. Isto se explica com o auxílio da já mencionada teoria da reprodução social. Reconhecida como pioneira dessa perspectiva feminista, Vogel ([1983] 2013) percebe a opressão das mulheres na sociedade capitalista em razão de um papel crucial que desempenham para a reprodução deste sistema, a qual se realiza pela renovação ininterrupta de uma classe subordinada empenhada no processo de trabalho. Diz ela que sendo a reposição geracional indispensável para fornecimento de trabalhadores ao processo produtivo, a capacidade das mulheres de gerar filhos torna-se crucial para a sociedade de classes. Aponta ainda

que nas classes dominantes a opressão das mulheres conecta-se ao seu papel na manutenção e herança de propriedade, e nas classes subordinadas, advém do envolvimento delas no processo de renovação dos produtores diretos, bem como no seu envolvimento na produção.

Contudo, como ressaltado, os pormenores da teoria são conferidos às mulheres inseridas em contextos de produção assalariada. Assim, não trata de todas as mulheres oprimidas, de todos os trabalhadores, se observadas as diversas formas de controle de trabalho características do sistema mundial moderno, embora todas essas formas de controle estejam conectadas dentro do sistema. É necessário, portanto, enxergá-la à luz do trabalho escravo, que não só era generificado, mas também racializado. Para se ter uma ideia desta diferença neste contexto, o fruto da reprodução social não era apenas novos trabalhadores para garantia da contínua produção, os filhos dos homens e mulheres escravizados eram também mercadorias e bens para os senhores de escravos (Blackburn, 2016; Mintz, 1978).

Daqui decorre que se pode entender, numa primeira reflexão, que a proibição do tráfico negreiro no Brasil levou a uma reconfiguração econômica-social que, na sua cosmologia mais micro, reverbera no processo de reprodução onde o sujeito mais oprimido é a mulher. Isto porque, forjados nos moldes da lógica sistêmica da economia-mundo capitalista, os senhores de escravos, que além de grandes proprietários de terra foram também agentes da classe dominante, eram capazes de esculpir práticas sociais direcionadas à escravaria que recaíam sobre a divisão sexual do trabalho e a reprodução social, isto é, a forma que a força de trabalho era produzida (Bhattacharya, 2019).

Contudo, para tal hipótese se confirmar verdadeira e abranger suas amplitudes, é preciso adentrar em um campo da problemática mais específico, que possivelmente será compreendido ao responder às seguintes perguntas: existiu, por parte dos senhores de escravos, um maior controle dos corpos das mulheres e da capacidade biológica reprodutiva após a promulgação da Lei Eusébio de Queirós? Havia uma expectativa de reprodução de trabalhadores para as *plantations* fruto das mulheres escravizadas? O que mudou antes e depois da Lei Eusébio quanto às práticas escravistas relativas à reprodução? O que foi alterado e de que forma?

Diante da problemática apresentada e do embate teórico no qual se pretende mergulhar, é preciso agora explicar de que maneira procurar-se-á alumiar tais indagações. É evidente que para além das relações conceituais e suas suscitantes ideias críveis que puderam ser cruzadas para gerar os questionamentos desta pesquisa, é necessário identificar a manifestação material do problema, isto é, é preciso encontrar um objeto empírico e tentar entendê-lo dentro de um campo (Bourdieu, 2003), por isso a importância do diálogo entre as teorias supracitadas. É o objeto empírico que permitirá testá-las

e adequá-las, bem como encontrar possíveis limitações a partir de evidências. Para isso, serão aqui analisados manuais de agricultor publicados no Brasil ao longo do século XIX, os quais funcionavam como um guia de cuidados da escravaria, bem como explanavam modelos de plantio e produção aos senhores fazendeiros.

Com circulação considerável entre a classe escravista, estes manuais dispõem do que foi chamado de teoria oitocentista de administração de escravos. Eles foram escritos em momento de formação do Estado nacional, expansão da economia escravista, revoltas escravas e instabilidade sobre a legalidade do tráfico negreiro. Apoiados neste cenário, seus autores construíram um “bê-á-bá” da gestão da escravaria para o período. Tais livros foram assinados pelos próprios senhores de escravos ou aqueles que administravam suas fazendas. Ou seja, os manuais normatizam práticas, à época, vigentes e instituem novas consideradas adequadas àqueles que se iniciavam enquanto produtores agrícolas (Marquese, 2004).

Inserida no campo da sociologia histórica, o que principalmente se propõe de novo nesta dissertação é olhar para os manuais de agricultura inserindo a perspectiva da reprodução social, de modo que se faça possível enxergar o gênero nesta relação íntima entre economia-mundo capitalista e escravidão ao longo do século XIX no Brasil. Tal exercício analítico é guiado pela ambição de compreender as desigualdades e as opressões relativas às mulheres, uma vez que procura-se entendê-las dentro de um sistema que, apesar de não mais incluir a escravidão negra, apresenta até aos dias atuais a mesma lógica para ordenamento do mundo social.

Para isso, o corpo desta dissertação será dividido em três capítulos. O primeiro divaga sobre as questões teóricas que rondam a discussão sobre gênero, escravidão e sistema-mundo e como elas estão sendo associadas com a temática proposta. O segundo capítulo diz respeito ao Brasil, portanto a perspectiva local e específica do país e suas práticas; momento no qual também serão apresentados os mencionados manuais agronômicos e questões metodológicas. Ainda apoiado nos manuais, o terceiro e derradeiro capítulo trata da análise dos documentos e da discussão particular da reprodução no contexto da escravidão brasileira.

Capítulo 1. Economia-mundo capitalista, segunda escravidão e reprodução social: os entrelaçados teóricos

Imagina-se que o leitor mais atento às questões fundamentais da sociologia percebeu que paira sobre a problemática desta dissertação o embate dicotômico desta ciência entre estrutura e ação social. Isto porque as questões que a norteiam se alocam justamente entre estas dimensões teóricas.

Por exemplo, pergunta-se se os senhores de escravos intentaram, a partir de práticas – estratégias e ações sociais – direcionadas ao tratamento da escravaria, aumentar a taxa de natalidade escrava com objetivo de manter um alto contingente de trabalhadores ativos em suas *plantations*, aptos a produzirem grande quantidade de mercadoria ofertada ao mercado mundial, e, com isso, alimentavam uma estrutura econômica capaz de os conectar ao resto do mundo. Em sentido inverso, questiona-se se as práticas sociais aplicadas à escravaria eram coagidas por uma rígida estrutura econômica que, por sua vez, as moldavam e, ao fim e ao cabo, ressoavam no ventre das negras escravizadas. Ou, mais simplesmente, o quanto os agentes sociais generificaram o trabalho e, com isso, formulavam e nutriam uma estrutura, ou o quanto a estrutura direcionou a generificação do trabalho e moldou a ação social para este sentido.

Sendo assim, as respostas podem facilmente envergar para o citado embate conceitual do pensar sociológico que, como apontam Giddens e Sutton (2017), estabelece-se entre a ação capaz de modificar e agir sobre a estrutura, ou a estrutura influenciando e moldando a ação. Essa tradição do pensar sociológico vem sendo rompida nas últimas quatro décadas com autores que integram teoricamente estrutura e ação, como é o caso de Bourdieu (Giddens & Sutton, 2017).

Este autor afirma que as ações sociais, transparentes à análise consciente do social, não pertencem ao sujeito que as realiza, e sim ao “sistema completo das relações nas quais e pelas quais elas se realizam” (Bourdieu *et al.*, 2002, p. 28). Desta maneira, ele aceita a existência de estruturas objetivas, independentes das ações individuais. No entanto, o teórico difere-se da referida tradição dicotômica ao sustentar que as estruturas conjuntamente às práticas são constituintes e constituídas. Ou seja, Bourdieu nega a estabilidade e determinismo da estrutura em razão da prática, mas também diz que a prática não é pertencente ao sujeito. Para ele, portanto, a estrutura deve ser interpretada no espaço e no tempo ao qual pertence, isto é, ela é pertencente, bem como os sujeitos que a compõem, logo estes não devem de ter suas histórias e determinações desconsideradas. Cruzando-os, frutos da mesma história restringidos, é claro, ao tempo da sua sobrevivência, a formação de ideias nos agentes é resultado das condições de produção, ou seja, se formam sob constrangimentos estruturais (Thiry-Cherques, 2006).

Tais dinâmicas sociais entre agentes e estruturas ocorrem, segundo Bourdieu (2011), dentro de um campo. Os campos são espaços sociais determinados pela produção de discursos especializados. Isto é, são campos de produção simbólica onde se agregam capitais, a força simbólica de um grupo, agente ou instituição, e o que os legitimam na relação com o campo. Nas palavras de Giddens e Sutton, “os campos são arenas de batalhas competitivas em que uma variedade de recursos

(tipo de capital) é usada” (Giddens & Sutton, 2017, po. 391)⁵, sendo que o modo pelo qual estes capitais são mobilizados diz respeito à disposição que os agentes têm no agir, o que é denominado *habitus*. Já os capitais simbólicos se referem, primordialmente, ao “prestígio, *status* e outras formas de honrarias que permitem que aqueles com *status* elevado dominem os com *status* inferiores”, sendo que o acúmulo de capitais aumenta as oportunidades de obter poder (Giddens & Sutton, 2017, po. 3959).

Bourdieu (2011) ainda descreve que é no campo simbólico onde se constrói a realidade daquele poder. Se é o econômico, portanto, é no campo em que se forja e se legitima as regras do jogo econômico, e é também nesta arena em que são determinados hierarquicamente aqueles que são do campo, ou seja, que possuem capitais suficientes para serem reconhecidos enquanto tal – e classificados com observação à propriedade maior ou menor de capitais – e os que não são reconhecidos enquanto agentes daquele espaço. Deste modo, o que fica claro é que, sendo ou não agente de um determinado campo, todos os sujeitos são, ainda assim, constrangidos por ele.

Especificamente sobre o campo econômico, Bourdieu (2001) assinala que para compreender o mundo social dentro deste campo é preciso enraizá-lo na história. Isto é, é preciso imaginar a ciência de forma historicizante e historicizada, tendo em vista que a relação entre o agente e o campo é, por sua vez, estruturante e estruturada. A estrutura do campo é, independente de sofrido pelo agente ou estruturado por ele, definida pela distribuição desigual de capital. Vê-se quem domina maior quantia de capital, e conseqüentemente ocupa o pico da escala hierárquica do campo, quando a estrutura age a seu favor e, por isso, existe uma tendência para reprodução da estrutura, que é intrínseca à estrutura do campo.

Vejam, os agentes dominantes possuem mais capital, o que inclui o capital de informação capaz de os fazerem compreender melhor o funcionamento do próprio campo, entender suas regularidades e apostar mais incisivamente em estratégias, bem como pressionar os dominados a jogar sob as regularidades estabelecidas. Segundo o autor: “As estratégias mais conscientemente elaboradas só podem exercer-se nos limites e nas direções que lhes estão atribuídas pelas limitações estruturais e pelo conhecimento prático e explícito, sempre distribuído de forma desigual, desses condicionamentos” (Bourdieu, 2001, p. 241).

Resgatando o contexto desta pesquisa, é importante que a ideia de um campo alargadamente construído onde exerce-se poder e definem-se as possíveis regras para estratégias de ação social esteja esclarecida para não correr o risco de achar que bastava para solução da problemática desta

⁵ As referências de citações diretas retiradas de *ebooks*, com leitor *kindle* em modo compacto, tem as páginas abreviadas em “po”.

dissertação uma análise binarizada do objeto pesquisado, alocando-o entre realidades local e global, micro e macro, dentro ou fora. Bebendo da fonte bourdieusiana, pode-se dizer que as ações realizadas a nível local, no caso na região centro-sul do Brasil, estão atadas a um campo simbólico, a outros agentes e instituições do campo econômico do qual os primeiros agentes também fazem parte.

Em analogia, um campo é amarrado por correntes, que não se circundam nas fronteiras de Estados. Elas se entrelaçam para além de limites fronteiriços, forjando uma arena de disputa entre indivíduos, agentes e instituições que brigam por capitais e posições hierárquicas endogenamente. Portanto, as correntes seriam estruturas que mantêm o campo atado, seguro e funcional, que se desenrolam a partir dos lugares nucleares de concentração de capital para os vértices mais carentes, em que a posição hierárquica dos agentes é menor, embora suas ações sejam guiadas para a disputa de posições nesta escala. É assim, então, que até a ponta desta corrente reverbera a força da estrutura: ela é impulsionada pela ação social e estala no alvo determinado desta estratégia, sendo, no caso específico, o ventre escravizado.

Propõe-se, portanto, compreender detalhadamente este campo econômico onde se insere a escravidão, as correntes que o amarram e por onde se manifestaram as ações e estratégias que dão o contorno desta pesquisa. Assim como Bourdieu se referiu às estruturas de um campo, estará em direta abordagem nesta dissertação as estruturas sociais que se articularam dinamicamente nesta amarração, sendo elas capazes de operar em períodos de longa duração, tanto na conservação quanto na mudança do sistema social (Ribeiro, 2010). Para tanto, é já preciso inserir a explicação e problematização deste sistema que abrange toda a complexidade e pelo qual se manifestam as ações sociais aqui observadas: o sistema mundial moderno.

1.1. Escravidão e o sistema mundial moderno: a leitura de um pelo outro

Pela linha teórica do sistema mundial moderno, elaborada por Wallerstein (1974), é possível ler a escravidão como resultante da expansão do capitalismo e integrante da economia capitalista, isto é, sua produção de mercadorias voltada para o mercado externo e seu modo de produção embasado numa força de trabalho não assalariada fazem parte do percurso do capitalismo histórico. No entanto, com a intenção de compreender a manifestação e funcionamento desta instituição é comum os leitores se servirem de outros dois tipos de abordagens, a neoclássica e uma marxista, que nem sempre – ou de maneira distinta – concordam que a escravidão moderna foi uma instituição capitalista.

Os autores mais protuberantes da vertente neoclássica são Fogel e Engerman (1974), que, ao observarem a escravidão norte americana, a decifram como uma fábrica campesina. Eles coletaram e revelaram dados relativos à eficiência produtiva escravista para, com isso, executarem análises da instituição escravista por meio de método chamado de cliometria – a aplicação de técnicas econométricas na explicação da história. Conforme julgaram os apontamentos críticos de Wallerstein (1979) sobre a obra, os autores foram demasiado economicistas.

Nesta metodologia, Fogel e Engerman (1974) aferiram que a escravidão negra tinha trabalho mais intenso e também mais eficiente – de 28% a 40% – quando comparado ao trabalho branco assalariado alocado em zonas ao norte dos Estados Unidos. Como resultado dessa eficiência, os proprietários de terra tinham vantagens lucrativas ao optar pela escravidão como modo de organização do trabalho.

A descoberta da lucratividade do sistema escravista em confronto ao assalariado faz duvidar teses que afirmam que proprietários que optavam por adotar em suas terras a mão de obra escrava eram pré-capitalistas, isto é, que estavam em momento de irracionalidade econômica, em oposição aos que já estavam em patamar avançado do capitalismo, ocasionado pela propensão natural da racionalidade do sistema, o assalariamento, modelo que supostamente garantiria maior margem de lucro. Assim como contradiz o argumento que os senhores de escravos optavam por obter menor lucro com suas produções em ordem de manter posições de poder, estilo de vida e compromissos patriarcais que apenas o modo de produção escravista os conferia.

Diante desses e outros dados, os autores afirmam que a escravidão não é incompatível com o requerido para uma sociedade capitalista. Em suma, o que a dupla de pensadores aponta é que se as instituições legais do sul dos Estados Unidos, como a escravidão, eram pré-burguesia, suas estruturas econômicas não eram – o que Wallerstein (1979) declara ser uma interpretação do Estado como uma mera superestrutura. Ou seja, explica este último autor que, para Fogel e Engerman (1974), enquanto o sul desenvolvia uma forma altamente capitalista de produção rural, com sua ação econômica fortemente regida pela maximização do lucro tanto como no norte, a única coisa que diferenciava a economia nas duas regiões era a relação entre a classe dominante e a servil, uma vez que no sul detinha-se a marca de um patriarcalismo reminiscente.

Tomich (2011) também apresenta um contraponto à teoria neoclássica. O foco de sua crítica reside na desconsideração da abordagem às relações sociais de produção. Segundo Tomich, a teoria neoclássica pressupõe validade universal das categorias econômicas, mesmo quando utilizadas para apreciação da escravidão, o que faz nascer um dualismo entre análise econômica e processo histórico.

Desta forma, tais categorias se presumem manifestadas em relações de troca universais e, por conseguinte, anistóricas, uma vez que as relações sociais que estão enquadradas no modo de produção das mercadorias são ignoradas, não há nada de específico.

Quanto à visão marxista ortodoxa da escravidão aplicada à região sul dos Estados Unidos, tem-se como nome expoente o de Genovese (1974), que aloca a escravidão num sistema paralelo ao capitalista, em que seu lugar na narrativa do capitalismo é unicamente como forma pré-capitalista. Os apontamentos críticos de Wallerstein (1979) sobre esse autor é o mesmo que faz, diz ele, a todos os marxistas que compartilham desta interpretação. Inicia sua crítica justificando que, para Marx, o capitalismo é um modo de produção historicamente específico, sendo que, ao longo do estabelecimento das relações de produção de cada modo, tende-se para divisão das pessoas em duas classes em que uma explora a outra. E é na transição de um modo de produção para outro que os marxistas costumam mal entender-se.

Direto neste ponto, Genovese (1974) vê a escravidão americana como uma continuação de ideais pré-capitalistas de poder e propriedade imposta a um sistema racional de burguesia. Sendo assim, a escravidão e sua regente paternalista, para Genovese (1974), foi parte de um mundo capitalista, mas não integrante do sistema capitalista. Por isso, à luz desta leitura, a escravidão e o capitalismo meramente coexistiram.

Também Tomich (2011)⁶ destaca que o autor marxista separa a escravidão do sistema capitalista. A leitura crítica aponta que na abordagem de Genovese o mercado era a única coisa que comunicava os divergentes sistemas de produção; e apenas a presença do mercado entre estes dois modos de produção não era suficiente para categorizá-los como capitalistas, uma vez que, para ele, o que define um sistema social como capitalista é o processo de produção com base no trabalho assalariado. A ponderação mais incisiva do crítico está na sua afirmação de que, na visão do referido marxista, os processos históricos cuja explicação e alterações constituem o cerne da teoria marxista deixam de ser considerados.

Sobre as duas obras, Wallerstein (1979) declara que ambas abrigam o debate da natureza do capitalismo como sistema social. Ainda sobre o que há de comum entre uma e outra, ele afirma que as abordagens estão contidas e se fazem suficientes em uma única geografia, o que faz disso fonte de sua mais dura crítica: “o fato que o sul dos Estados Unidos era uma arena em uma economia-mundo é deixado de fora da consideração e, por isso, as análises são falsas” (Wallerstein, 1979, p. 215)⁷.

⁶ Baseia-se em outra obra de Genovese, *The Political Economy of Slavery*, publicada em 1967.

⁷ No original: the fact that the American South was an arena in a world-economy is left out of consideration and hence the analysis is falsified” (Wallerstein, 1979, p. 215).

Especificamente à obra de Fogel e Engerman (1974), Wallerstein (1979) destaca que só ao fim do livro os autores citam que a maioria do algodão produzido nos Estados Unidos era consumido fora, o que não dirige o leitor à reflexão da industrialização têxtil inglesa, tampouco que a Inglaterra poderia ter tido um papel histórico de interesse na permanência da escravidão na sua ex-colônia. A única coisa que dizem mais diretamente é que os maiores beneficiários do trabalho escravo nas *plantations* não eram os senhores de escravos, mas sim os consumidores do algodão lá produzido.

O teórico ainda afirma que, se mesmo considerado o paternalismo da relação escravista, isto não coloca a prática de produção escravista em contradição às práticas de produção capitalistas. É possível ver, segundo ele, o capitalismo como um sistema que agrega em sua arena econômica, em períodos particulares de sua história, formas de produção assalariada contratual e outras de base coercitiva ou semicoercitiva. Assim sendo, afirma: “Os senhores de escravos eram de fato capitalistas, como Fogel e Engerman argumentam, não, contudo, porque todos os homens racionais são, mas porque eles estavam operando em uma economia-mundo capitalista” (Wallerstein, 1979, p. 218)⁸.

Ou seja, os *planters* do sul e os do norte tinham ideologias diferentes, o que revelava diversidade de interesse dentro de uma única economia mundial capitalista, e não em razão da racionalidade mais ou menos avançada, tampouco pelo modelo paternalista de organização social. Wallerstein (1979) ainda aponta que o paternalismo, citado por Genovese (1974), não se excetuava das ponderações dos senhores de escravos, como o *status* social e a garantia de força de trabalho disponível, uma vez que tais fatores, certamente, mesmo em segundo plano, acarretavam benefícios econômicos.

Desmantelando estas abordagens marxista e neoclássica pelas lentes da corrente teórica do sistema mundial moderno é incontornável elucidar a instituição escravista moderna, como exemplo a que foi aplicada nas Américas no século XIX, como capitalista. Wallerstein (1974) chega a afirmar que a escravidão é fundamentalmente uma prática capitalista, sendo ela relacionada com estágios pré-industriais iniciais do estabelecimento de uma economia-mundo capitalista. Isto significa dizer que, primeiro, a prática está diretamente associada a um momento anterior do capitalismo industrial e, segundo, que esteve na gênese do desenvolvimento do sistema mundial moderno, uma vez que a economia-mundo capitalista é considerada o caráter distintivo, a essência do referido sistema.

Segundo o autor, o sistema-mundo dá seus primeiros passos entre o final do século XIV e o início do século XV, momento em que seus três elementos estruturais se desenvolvem, se articulam e funcionam conjuntamente. O primeiro pilar do tripé estrutural da economia-mundo capitalista é a

⁸ No original: “The slave owners were then indeed capitalists, as Fogel and Engerman argue, not, however, because all rational men are, but because they were operating in a capitalist world-economy” (Wallerstein, 1979, p. 218).

expansão geográfica, bem representada pelo peso das Américas neste processo. São estes territórios considerados por Wallerstein e Quijano (1992) um dos grandes responsáveis não só do sistema capitalista, mas para o desenvolvimento do que hoje é tido como o sistema mundial moderno. Isto porque as Américas também possibilitaram o exercício do segundo pilar estrutural da economia-mundo: o desenvolvimento de métodos diferenciados de controle do trabalho para diferentes produtos e diferentes zonas.

Os territórios recém anexados aos países europeus faziam parte da zona periférica, na qual aplicava-se a escravidão como modo de organização de trabalho. Na zona semiperiférica empregava-se o arrendamento e a parceria, e os Estados e territórios que o compunham faziam o papel de pelego entre a periferia e o centro. Já os Estados centrais organizavam sua produção pelo trabalho assalariado e, usando de diversas ferramentas de dominação econômica, asseguravam que o fluxo de excedentes que circulavam entre as zonas resultasse em trocas desiguais em próprio benefício (Wallerstein, 1974).

Desta forma, foi possível coexistir numa mesma época do sistema-mundo distintos modos de controle de trabalho em diferentes geografias que nutriam as trocas desiguais características de seu ordenamento. O que garantia o fluxo de capital constante entre as zonas, mas com concentração central, corresponde ao terceiro pilar estrutural da economia-mundo: a criação de aparelhos de Estado fortes naqueles que viriam a se tornar os centrais. No entanto, mesmo na existência de uma grande concentração de capital a um Estado central, o autor destaca que, no funcionamento do sistema-mundo, um único Estado é incapaz de ter controle sobre toda a economia.

Assim sendo, sinteticamente, a economia-mundo capitalista que rege o regular funcionamento das trocas desiguais não é limitada por fronteiras políticas e geográficas. Pelo contrário, seu tripé estrutural articula diversos Estados soberanos, bem como territórios dependentes, o que faz do sistema mundial um sistema interestatal. Desta forma, os Estados participam dentro deste sistema como meios de assegurar os termos e as regras das transações econômicas realizadas entre as zonas pelos quais é dividido. Ou seja, mesmo sem uma estrutura política unificada, o sistema mundial moderno abraça diferentes modos de organização do trabalho com os braços de uma única estrutura econômica global unificada. Dizem as palavras de Wallerstein:

A economia-mundo estava precisamente baseada no pressuposto de que realmente existiam estas três zonas e de que estas possuíam de facto diferentes formas de controlo do trabalho. Se assim não fosse, não teria sido possível assegurar o tipo de fluxo de excedentes que permitiu que o sistema capitalista viesse à luz do dia (Wallerstein, 1990, p. 92).

Este excerto demonstra que muito do que Wallerstein percebe como os momentos iniciais do estabelecimento de uma economia-mundo capitalista é também os primeiros passos do próprio

capitalismo. Acredita-se que Marx também reconheceria isto, uma vez que o teórico alemão coloca o Novo Mundo e a escravidão como uns dos principais nutrientes do decurso de desenvolvimento do novo sistema, chamado por ele de acumulação primitiva de capital. Em pormenores, tal designação é conferida por Marx ([1867] 2011) ao processo primário que desencadeou no avanço das relações capitalistas. Sendo assim, não é ela um resultado da acumulação capitalista, mas o ponto de partida de toda uma nova organização social. A acumulação primitiva seria, então, as condições históricas, consideradas questões sociais e econômicas de um período temporal, que permitiram a passagem de um sistema, o feudal, para outro, o capitalista. Para que tal viragem decorresse foi fundamentalmente necessária a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições de realização de trabalho.

Isso ocorreu com a expropriação dos camponeses de terras feudais, bem como pelo cercamento de terras comunais. Tais ações transformam “em capital os meios sociais de subsistência e de produção, e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados” (Marx, [1867] 2011, p. 961). Executada pela elite feudal que mais interessava-se pela produção de lã para a incipiente indústria têxtil inglesa, a expropriação de terra levou à dissociação dos produtores diretos dos meios de produção, o que faz surgir uma nova categoria social: trabalhadores juridicamente livres, mas potencialmente exploráveis. Ou seja, inicia-se a formação de um exército ativo e inativo para posterior trabalho industrial. Tais marcos também revelam uma viragem no usufruto da terra, que até então era utilizada como meio de subsistência e passa a ser utilizada como meio de acumulação e de exploração dos trabalhadores sem-terra, aqueles sem poder de acumulação (Federici, 2017).

Paralelamente à privatização das terras na Europa, ocorria a chamada expansão do Ocidente por vias marítimas, que culminou com a colonização do Novo Mundo. A possibilidade de explorar estas novas terras de diversas maneiras, desde seus recursos naturais a seus recursos humanos, foi fator fundamental para o vigor do sistema capitalista.

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização da população nativa em minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Ocidentais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva (Marx, [1867] 2011, p. 998).

Os fatos narrados no trecho acima são fulcrais por terem representado a gênese do capital industrial, quando o capitalismo atinge sua fase madura. Foi pelas diversas formas de exploração do Novo Mundo que o arrendatário europeu pode transformar-se no capitalista industrial, já que as colônias garantiam tanto um mercado de escoamento como geravam acumulação potenciada pelo

monopólio de mercado. Conforme explica o pensador, os recursos materiais saqueados dos territórios colonizados chegavam às metrópoles e ganhavam forma de capital. Com isso, aqueles que detinham o poder do comércio ultramarino também detinham o poderio industrial (Marx, [1867] 2011).

Neste período, que ainda é caracterizado por Marx como acumulação primitiva de capital, já que potenciava a acumulação de capital por bases mercantilistas, uma das grandes fontes de recursos do país que posteriormente se tornou a liderança industrial do capitalismo, a Inglaterra, era o tráfico de escravos. Para ilustrar as vantagens deste empreendimento, Marx traz à tona Liverpool: “Em 1730, Liverpool empregava 15 navios no tráfico de escravos; em 1751, 53; em 1760, 74; em 1770, 96; e, em 1792, 132” (Marx, [1867] 2011, p. 1.009). Conclui-se, pois, que o tráfico de escravos representou exponencialmente uma das formas de se acumular capital primitivo e, depois, ser aplicado no desenvolvimento da industrialização europeia.

É na associação entre tráfico de escravos e desenvolvimento industrial inglês que se debruça o estudo de Williams ([1944] 1975) sobre a relação do capitalismo com a escravidão. Diz o teórico que o comércio de homens e mulheres escravizadas que envolviam a África, a Inglaterra e as ilhas caribenhas foi essencial para a Revolução Industrial. As vantagens inglesas com esta relação comercial se davam em todos os sentidos deste comércio triangular. Primeiro, os negros africanos eram obtidos através de permutas por produtos manufaturados na Inglaterra, o que fomentava a produção doméstica inglesa. Segundo, tais negros se tornavam trabalhadores escravizados em colônias que eram os principais fornecedores de matéria-prima para a indústria britânica. E terceiro, a manutenção deste sistema – produção escravista nas colônias e industrial na metrópole – potencializava o comércio transatlântico inglês, garantindo vantagens por meio do monopólio mercantilista.

A Revolução Industrial, datada entre as décadas de 1760 e 1830, na concepção marxista, demarca o fim da acumulação primitiva de capital para a entrada ao pleno desenvolvimento do sistema capitalista, o capitalismo industrial. Nesta perspectiva, a acumulação primitiva de capital é uma fase delimitada e superada no capitalismo. No entanto, o que se vê no percurso do capitalismo histórico é a persistência de organizações do trabalho no modelo escravista, bem como novas anexações de territórios coloniais à Europa, já em fase capitalista industrial.

Para melhor compreender esta sobreposição, é preciso lançar mão da perspectiva luxemburguiana sobre acumulação de capital. Luxemburgo afirma que o “capitalismo aparece e se desenvolve historicamente num meio social não-capitalista” ([1913] 1970, p. 317). A expansão a novos territórios que ainda não correspondem à lógica de acumulação capitalista permite, entre outras coisas, a apropriação direta de meios de produção, como terras e minérios, bem como forma-se força

de trabalho obrigada a trabalhar para o capital.

Em contraponto a Marx, para Luxemburgo ([1913] 1970), alguns dos fatores que foram presentes no desenvolvimento do capitalismo é uma constante para a sobrevivência deste sistema⁹. Segundo a autora, a criação de riqueza por meio da exploração do trabalho e da natureza é perene no capitalismo, por isso necessita recorrentemente da expansão do seu raio de ação mediante a incorporação de territórios externos a ele. No caso de um esgotamento da forma de expansão imperialista, prevê-se uma redução das alternativas de acumulação de capital, mas não o seu fim (Mariutti, 2015). Isto se verifica, por exemplo, num segundo período histórico imperialista, quando a Europa estende suas colônias para os territórios africanos.

É pelo prisma do sistema mundial moderno que se torna possível, então, compreender estes elementos históricos do capitalismo, nomeadamente a escravidão e a expansão territorial, já em sua fase madura. A fim de esclarecer essa percepção, cabe reiterar que o sistema-mundo é um sistema social, sendo assim consideradas suas unidades políticas e culturais, com a especificidade de ser congregado pela sua unidade econômica. Ele é, portanto, moderado pelo mercado mundial e de caráter capitalista, já que a essência e razão de ser deste sistema é a acumulação sem fim de capital (Wallerstein & Balibar, 1988).

Modos de controle de trabalho diversificados e comunicados pela estrutura econômica de um mercado mundial são próprios deste sistema. Em outros termos, ele opera por estas divergências modais em diferentes zonas do globo. Sendo assim, é possível que outros modos de trabalho surjam em outras geografias, novos territórios sejam anexados ao sistema bem como retirados. O que se procura dizer aqui é que o sistema é dinâmico e possibilita movimentações dentro de suas estruturas. No entanto, tais movimentações não propriamente alteram o funcionamento geral daquilo que o rege, a economia-mundo capitalista.

A exemplificar: nas últimas décadas em que ocorreu a Revolução Industrial, a Inglaterra despontou, em 1815, como liderança da economia mundial capitalista (Wallerstein, 1979). Ou seja, nota-se uma mobilização de agentes políticos dentro da estrutura econômica e isto, evidentemente, acarreta novos efeitos que ainda não haviam sido experienciados nos séculos iniciais do sistema – tempos que, na perspectiva marxista, constituem a acumulação primitiva de capital. Como supracitado, o regime escravista e suas derivadas explorações, como o comércio transatlântico de escravos, é tido como um dos principais fatores para exponenciar Londres nesta posição. Contudo, é também neste momento que a liderança da Inglaterra na economia-mundo capitalista simboliza obstáculos à

⁹ Federici (2017) também defende que alguns elementos da acumulação primitiva de capital são de constante recorrência ao longo do capitalismo.

postergação do modelo de organização de trabalho escravista nas Américas.

Isto porque neste período grande parte da recém-colonizada África Ocidental passa a ter suas terras destinadas à produção agrícola para fornecimento inglês. Segundo Wallerstein (1979), este foi um dos principais fatores que levaram ao fim da escravidão, porque, primeiro, a força de trabalho que começa a ser utilizada nas lavouras da África Ocidental era a fonte da mão de obra escrava em grande parte das Américas. Quer dizer, era desta região que provinha a maior parte de capturas de homens e mulheres para trabalhar coercitivamente nas *plantations* americanas. Essa alteração provoca, instantaneamente, um encarecimento da mão de obra escrava, que não mais era tão facilmente disponibilizada pelas rotas comerciais transatlânticas.

Esta segunda rodada de dilatação capitalista para continentes até então não colonizados demonstra que a expansão da divisão social e geográfica do trabalho a novas zonas incorporadas pelo capitalismo não ocorre simultaneamente. Explica-se que a razão desta assincronia é a procura do mundo capitalista por força de trabalho e produtos de área exterior mais baratos. Nesta etapa, a expansão geográfica da economia-mundo serve como contrapeso ao processo de proletarianização acrescida na Europa – fenômeno que reduz a lucratividade –, por incorporar novas forças de trabalho destinadas a semi-proletarianização (Wallerstein, 1998, p. 31).

E segundo, havia também por parte de Londres um desejo e capacidade de dificultar a relação entre produtores escravistas com seus competidores europeus, pois com isso evitava-se o risco de disputa de posição hierárquica no sistema econômico mundial (Wallerstein, 1979). O Brasil, entre outros Estados e territórios, mesmo não sendo fornecedor direto da Inglaterra, nem seus escravizados sendo originários do oeste africano, não deixou de ser afetado economicamente pela anexação de novos territórios ao sistema-mundo, uma vez que o forte aparelhamento do Estado inglês recaía sobre o controle marítimo atlântico, assim como objetivava enfraquecer todos os seus competidores europeus, o que envolvia os Estados compradores diretos dos artigos brasileiros, por meio do encarecimento do modo de produção de seus fornecedores, a mão de obra escrava.

Ora, é então evidente que as fases do capitalismo – seu percurso de desenvolvimento e seu percurso pós-Revolução Industrial –, incluídas as movimentações de agentes do Velho Mundo ocorridas durante este amadurecimento, trazem também alterações para o Novo Mundo. Questiona-se, por exemplo: a escravidão que existia em período do desabrochar do sistema pode ser vista como o mesmo modelo de organização de trabalho quando o capitalismo já está estabelecido? Há indicadores que levam a responder negativamente. É exatamente as alterações que ocorrem na fase de transição de um sistema latente para um maduro, a forma que ele se organiza econômica e socialmente e

comunica seus agentes por meio do mercado mundial capitalista que demarca uma nova configuração – e interpretação – da escravidão.

1.2. A segunda escravidão e o apelo ao útero para manutenção do sistema

Há toda uma teoria sobre transformações do modo de produção escravista no percurso histórico da economia-mundo capitalista e ela carrega o nome de segunda escravidão. Seu teórico fundador, Tomich (2011), não escusa críticas à interpretação de Wallerstein ([1974] sobre a instituição como modo de organização do trabalho em zona periférica. Apesar de reconhecer a importância da teoria do sistema-mundo por não reduzir o modo de produção capitalista às relações de trabalho assalariado, colocando no funcionamento do sistema mundial moderno diversas formas de trabalho em estrutura global unificada, Tomich afirma que a referida teoria, ao assumir caráter totalizante, deixa de distinguir alterações nas formas de trabalho compulsório que existiram nas periferias. De forma geral, os contrapontos ao pensador do sistema-mundo concernem, principalmente, à imutabilidade estrutural do sistema e à negligência à classe.

Mais detalhadamente, uma das críticas situa-se na divisão estrutural do sistema-mundo capitalista em zonas geográficas e seus respectivos modos de controle de trabalho, que, segundo Tomich (2011), apresentam-se de forma permanente, isto é, com continuidade estrutural. Sendo assim, uma vez que as diferentes formas de trabalho são tidas como atributos de cada zona global, a teoria do sistema-mundo “assimila relações sociais historicamente específicas a categorias gerais fixas” (Tomich, 2011, p. 34). Em outras palavras, a escravidão é uma categoria geral distinta quanto ao modo de produção de outras zonas e, deste modo, esta categoria é incapaz de diferenciar formas discrepantes de produção para o mercado com base no trabalho escravo existentes na periferia e que sofreram modificações ao longo do tempo.

Diz o crítico que a teoria do sistema mundial moderno não compreende a diferença entre as várias relações de produção, uma vez que todas elas se igualam nas trocas do mercado mundial, tampouco as relações historicamente instáveis entre elas que ocorrem no seio da economia-mundo capitalista. Ainda, afirma que sua estrutura se apresenta de modo imutável, o que leva a concepção da produção e das relações de mercado a permanecerem inertes. Desta forma, Tomich (2011) diz que a teoria wallersteiniana trata formas particulares como elementos conjunturais e que desenvolve um sistema “cujo desenvolvimento histórico é predeterminado por uma estrutura estática” (Tomich, 2011,

p. 36).

Silva e Cardoso (2005) também estão atentos à rigidez do sistema-mundo, já que afirmam que a teoria de centro-periferia detém perspectiva excessivamente externalista e determinista na modelação de diferenciadas formações sociais periféricas. Segundo estes autores, Wallerstein não dá a devida importância a dinâmicas de mudança interna, o que faz com que a “relação entre metrópole e satélite seria sempre a mesma ao longo dos séculos, o que não se coaduna com as diferentes constelações sociais em cada configuração espácio-temporal, nomeadamente as modalidades variáveis de relações entre metrópole e satélites” (Silva & Cardoso, 2005, p. 69).

Eles destacam que, na interpretação de Wallerstein, o capitalismo é sobretudo definido pelas relações de troca baseadas na divisão internacional do trabalho. Esta definição desencadeia formas adjacentes de olhar para o que compõe tal sistema, nomeadamente para as relações sociais de produção e as relações de classes nas suas respectivas zonas geográficas.

Dizem estes teóricos que a forma wallersteiniana de interpretar o capitalismo torna o sistema dependente de lógicas do mercado, fazendo com que as relações de classe sejam minorizadas. De outro modo, afirmam que Wallerstein assume que as relações de troca precedem histórica e analiticamente as relações de produção e, com isso, relega “para segundo plano as relações sociais de produção e as próprias relações entre as classes sociais” (Silva & Cardoso, 2005, p. 70). Portanto, concluem que a análise centro-periferia para funcionamento do capitalismo é relevante, mas não suficiente, tendo em vista que subestima relações microestruturais e diferentes padrões de dependência entre os grupos sociais que compõem as diferentes geografias do sistema.

Similarmente, Tomich (2011) assume uma postura crítica quanto à desatenção das especificidades das relações de produção e às classes sociais na teoria do sistema-mundo. Crê-se que uma das razões de sua insistência é o fato de ser ele próprio a compreender densamente distinções do modelo de organização de trabalho compulsório dentro da periferia, reveladas a partir de seu contexto histórico. Ele alega que o teórico do sistema-mundo postula uma concepção do capitalismo caracterizado na relação entre os modelos de organização do trabalho e da produção de mais-valia regulada pelo mercado mundial, o que faz com que os processos de formação de classe ocorram em escala global. Assim sendo, independente de qualquer que seja a relação social de produção, seja entre capitalista e assalariado, proprietário e inquilino, ou senhor e escravizado, ela se dá entre burguesia e proletariado¹⁰. O problema encontrado nesta afirmativa é que: “Cada forma de relação de

¹⁰ Wallerstein separa a relação social de produção entre duas classes, a capitalista e o proletariado, independente do modo de organização do trabalho. Lê-se em: “Se definimos a burguesia como aqueles que recebem a mais-valia que não produzem por si próprios e usam parte dela para acumularem capital, segue-se que o proletariado é formado por aqueles que cedem parte do valor que produziram a outros. Neste sentido, existe no modo de produção capitalista apenas burguês e proletário. A polaridade é estrutural” (1979, pp. 288-289). No original: “If we have defined the bourgeoisie as those who

classe é equiparada a qualquer outra como produção para o mercado. A produção para o mercado torna-se o mínimo denominador comum a que todas as formas de trabalho social se veem reduzidas” (Tomich, 2011, p. 65).

O pensador aponta que, para Wallerstein, o mercado para onde direcionam-se as diversas formas de trabalho social é a característica definidora de uma economia capitalista e, portanto, atribui o a criação de uma teoria apoiada em conceitos “que se aplicam mais a coisas que são os produtos das relações sociais humanas do que às próprias relações sociais” (Tomich, 2011, p. 66), o que inclui o problema da especificidade histórica das relações de classe. Assim sendo, enquanto reconhece o mérito de Wallerstein de, em sua teoria, não colocar a relação de produção embasada no trabalho assalariado como a condição definidora de capitalistas e proletariados, e com isso multiplicando as possíveis relações de trabalho dentro do sistema, também o contrapõe por colocar todas as relações sociais de produção dependentes das relações de troca.

Apesar de se opor em pontuados aspectos a Wallerstein, Tomich se embasa na perspectiva do sistema-mundo, por justificar que essa permite inverter o binarismo de perspectivas pluralistas ou individualistas e nacionalistas das ciências sociais. Diz ele que: “Há apenas uma unidade e tudo que você poderia considerar uma sociedade independente na verdade faz parte daquela unidade de uma forma ou de outra”. Por este ângulo, é possível olhar para sociedades nacionais independentes, por exemplo, como “expressões de processos globais que tinham um dinamismo particular” (Parron & Marques, 2019, p. 178).

Quanto à acusada imutabilidade do sistema-mundo, é importante salientar que Wallerstein, ao teorizar sobre a escravidão, vê a prática dentro da concepção de um sistema social capitalista e, por isso, procura por regras globais de articulação de suas estruturas. Deste modo, considera que, mesmo que haja rupturas e alterações dentro delas, elas não são sinônimas de corte radical com o passado, com as regras gerais que direcionam um percurso histórico global (Ribeiro, 2010).

Nesta altura, é de bom tom lembrar que o teórico em questão é fortemente influenciado por Braudel, cujo pensamento acentua a noção de longa duração a um sistema social. A fim de vincular o capitalismo, seu desenvolvimento e por quais meios, a uma história geral do mundo, Braudel (1987) afirma que este mundo é sempre dividido no plano estrutural entre os privilegiados e os não privilegiados, estrutura que pode ser enxergada tanto no micro como no macrocosmo.

No caso do mundo moderno, esta divisão ocorre dentro da economia-mundo, a qual diferencia-

receive surplus value they do not themselves create and use some of it to accumulate capital, it follows that the proletariat are those who yield part of the value they have created to others. In this sense there exists in the capitalist mode of production only bourgeois and proletarian. The polarity is structural” (1979, pp. 288-289).

se da economia mundial. Esta última refere-se ao seu todo, “o mercado de todo o universo”. Já a primeira diz respeito a “economia de somente uma porção do nosso planeta, na medida em que essa porção forma um todo econômico” (Braudel, 1987, po. 686). Em toda sua sobrevivência, a economia-mundo muda lentamente, pois é dotada de estruturas histórico-temporais, que podem ser alocadas no tempo histórico da longa duração. Isto não quer dizer que não haja dentro do longo período outros tempos, sendo eles: a curta duração, na qual se manifestam os acontecimentos; a média duração, que se referem as mudanças conjunturais da formação social; e a já mencionada longa duração, que diz respeito às estruturas organizacionais e reguladoras desta formação (Braudel, 1970).

Num período mais enxugado do tempo, que perdura entre as décadas finais do século XVIII e as finais do século XIX, assenta-se a segunda escravidão. Com o propósito de compreender a escravidão integrante do sistema capitalista e, conseqüentemente, atingida pelas dinâmicas do mercado mundial, mas não somente restrita às relações de troca, tampouco às relações de produção, Tomich (2011) afirma que este dualismo pelo qual os teóricos costumam definir o capitalismo menospreza o processo histórico, por assumirem uma validade universal. Ele, então, declara estar engajado no desenvolvimento de uma teoria que engloba a formação histórica dos processos de produção em conjunto com as especificidades das relações sociais de produção para, assim, direcionar o olhar aos processos da economia mundial bem como a formação mundial de classes. De tal modo, propõe examinar a formação “de estruturas sociopolíticas por meio das quais a produção e a troca de mercadorias ocorrem” (Tomich, 2011, p. 78).

O primeiro pressuposto a ter em conta para pensar o que significa a segunda escravidão é a transformação da economia mundial¹¹ na virada do século XVIII para o XIX e seus desencadeamentos. Sendo assim, propõe-se, primeiro, compreender o passo a passo dessa transformação nos países e territórios que compunham o sistema interestatal e que detinham profundo interesse nas questões escravistas.

No período anterior, que então se chama primeira escravidão, a forma de produção na periferia estava intimamente conectada com o centro por consequência das relações coloniais. Isto é, o território periférico e colonizado produzia e destinava suas mercadorias ao seu império colonial, que competia com outro império colonial. O comércio interamericano, entre colônias, era impedido devido a relação de exclusividade entre colônia e metrópole (Blackburn, 1988). Esta relação assentava-se na organização de monopólios mercantis, fazendo com que uma das únicas formas de expansão de seus mercados fossem pelo meio da força – uma disputa por territórios, rotas marítimas ou fluviais

¹¹ Aqui usa-se o termo “economia mundial” adotado por Tomich (2011). Contudo, na concepção de Braudel (1970), o mais adequado seria a utilização do termo “economia-mundo”.

(Blackburn, 2016). Assim sendo, o referido período é de um capitalismo incipiente e mercantilista, que pode ser visto como limitado tanto na troca como na produção, assim como portador de um mercado mundial pouco integrado (Tomich, 2011).

No entanto, este formato de relação comercial entra em degradação nas últimas décadas do século XVIII, com o ciclo das independências, a começar pelos Estados Unidos, em 1776. Pondera-se que a guerra da Independência Americana representou um desafio ao poder imperial, que, em conjunto, estimulou o livre comércio e encheu de vontade de independência outros territórios ainda colonizados. O ciclo marca, portanto, o fim da escravidão colonial (Blackburn, 1988).

A segunda escravidão é, como já é possível deduzir, caracterizada por ser descolonizada e carregar os efeitos pós-coloniais de ser um modo de produção persistente nestes novos Estados. Entre os efeitos, aloca-se uma classe senhorial escravista que se ergue como a classe dominante do território liberto da metrópole, mais próxima do poder e do mercado mundial, aceitando e construindo um Estado que funcione apenas ao seu favor. Conforme expõe Blackburn (2016), neste período, os regimes escravistas reivindicavam soberania e aspiravam autonomia, e para tanto, precisavam de um Estado que “a apoiasse e incentivasse, mas não que a supervisionasse” (Blackburn, 2016, po. 272).

A partir daí erode-se a dominação política direta dos países da Europa Ocidental sobre a produção nas periferias. Assim sendo, a regulação do poder imperial sobre o mercado mundial é substituída por um mercado, de certo modo, autorregulado, que se mantinha em condições de funcionamento devido à hegemonia política e econômica inglesa, conquistada após a Revolução Industrial e o colapso francês de seu império colonial, ilustrado pela Revolta de São Domingos, quando os homens e mulheres escravizados insurgem contra a classe senhorial da colônia haitiana e declaram independência da metrópole francesa. Consequentemente, o fluxo de mercadorias que anteriormente era determinado na relação entre colônia e metrópole passa a ser estipulado em razão da oferta, demanda e preço da *commodity* (Tomich, 2011).

A industrialização, acompanhada de suas derivações consequentes, como urbanização e crescimento populacional, é a principal responsável pela mudança de padrão de controle de fluxo e demanda das *commodities* tropicais das periferias para o centro da economia-mundo. Isto porque a indústria passou a consumir uma quantidade exponencial de matéria-prima, como o algodão, ao mesmo tempo que concentrava os trabalhadores nas cidades, formando uma classe média urbana, que, por sua vez, adquiriram novos padrões de consumo associados aos produtos tropicais – como café, açúcar, tabaco. Observa-se, portanto, que o funcionamento industrial da Europa – tanto pela produção quanto pela manutenção da classe trabalhadora – dependia fortemente da sua relação

comercial com os produtores periféricos de bens tropicais (Tomich, 2011).

Assim sendo, a segunda escravidão, diferentemente da primeira em que a industrialização ainda era latente, acompanhou o andamento do mercado mundial e adquiriu seu caráter industrial e de escala. A fim de atender a demanda alargada, as *plantations* se modernizaram, com auxílio de novas tecnologias, como o uso do vapor nos transportes e processamento, e se tornaram mais produtivas. Quanto mais se ampliava a produção industrial, mais ampliava-se a produção escravista, reverberando-se aí a intensidade das tarefas conferidas aos trabalhadores escravizados (Blackburn, 2016). A exemplo das práticas escravistas extenuantes, pode-se citar o que era exercido no Brasil neste período, onde a alta demanda do café influenciou nas práticas disciplinares impostas aos trabalhadores escravizados, com o intuito de aumentar a produção. Para além do chicote, a classe senhorial estabelecia recompensas monetárias ao escravizado capaz de colher mais do que a meta estabelecida. Posteriormente, baseando-se na frequência de colheita extra, a quantia acrescida tornava-se a meta mínima exigida (Marquese, 2008).

Nota-se, até aqui, que há alterações no mercado mundial que influem sobre a produção nas periferias, territórios que provinham as matérias-primas e gêneros alimentícios desejados pelos europeus, além de o Novo Mundo ser também o principal mercado consumidor dos têxteis ingleses. O que já se percebe é que as relações de trocas globais, em livre comércio com centralização na Inglaterra, não só integram cada vez mais o regime escravista no sistema econômico mundial, com forte relação de dependência da divisão mundial de trabalho, mas também resultam em reformulação de condições e relações sociais de produção escravista. Tais reformulações incidiram principalmente sobre três territórios: Estados Unidos, Cuba e Brasil (Tomich, 2011).

Na transição entre a primeira e a segunda escravidão, encontram-se exemplos de estafamento dos modelos de *plantations* do primeiro período da escravidão americana. As *plantations* eram organizadas em ilhas, distantes geograficamente dos centros urbanos e socialmente isoladas tanto na escravidão colonial como na descolonizada. Contudo, na colonial, mesmo quando alocadas em continentes, elas ainda não tinham condições de ampliação territorial por jurisdição ou demais limites físicos. Assim sendo, em razão de práticas altamente exploratórias do solo, ao fim de algumas safras, tais *plantations* não tardaram a se tornar pouco produtivas, o que resultava em baixa lucratividade e em ameaça de perda de espaço no mercado mundial (Blackburn, 2016).

Isto foi o que ocorreu, por exemplo, com as Índias Ocidentais, colônias inglesas no arquipélago do Caribe. Logo no início da hegemonia da Inglaterra na economia mundial e do declínio da indústria açucareira colonial francesa na região caribenha, a produção do açúcar inglês agigantou-se, mas em

1820 se exauriu física e tecnicamente, descarrilhando para um período de declínio comercial. “A produção escrava nas Índias Ocidentais fora montada para a organização pré-industrial da economia mundial e dependia agora de monopólios obsoletos”, explica Tomich (2011, p. 87), que ainda destaca que, no caso destas colônias britânicas, a classe senhorial não tinha mais acesso à terra, tampouco a escravizados, uma vez que a Inglaterra já estava no percurso de proibição do tráfico negreiro e de abolição da escravatura. Tais fatores fizeram com que as colônias mais antigas fossem ultrapassadas por *planters* mais recentes num mercado que se via em plena expansão. No caso açucareiro, este mercado foi dominado por Cuba, que em 1830 atingiu o marco de maior produtora mundial da mercadoria. A Inglaterra já não se importava com a perda do mercado por sua colônia, já que, como centralizadora do mercado mundial em regime de livre comércio, preocupava-se mais com a aquisição de produtos baratos do que com a manutenção de um regime colonial monopolista.

A segunda escravidão foi, portanto, período de dilatação territorial dentro dos referidos países e território em ascensão, ao tornarem áreas até então não exploradas em produtivas, e supressão de territórios escravistas incapazes de se atualizarem ao caráter pós-colonial do mercado. As *plantations* americanas, brasileiras e cubanas foram ampliadas e multiplicadas, novos terrenos foram desmatados para a agricultura de exportação e, em razão disto, dezenas de milhares de escravizados foram realocados das zonas internas decadentes da primeira escravidão para estas novas regiões, onde executavam desde o trabalho de desmatamento até, posteriormente, a monocultura. Ou seja, há também uma movimentação interna da força de trabalho e uma recomposição da elite senhorial (Blackburn, 2016; Tomich, 2011).

Foi também por influência da industrialização britânica que se intensificou e se renovou a escravidão no sul dos Estados Unidos. A demanda inglesa sobre o algodão tropical aumentou de duas mil toneladas em 1780 para 250 mil toneladas no início do século XIX, sendo este a principal mercadoria de exportação americana. A alta demanda da *commodity* fez as *plantations* avançarem cada vez mais ao sul do país, onde as terras eram mais férteis, criando o que se designou por Cinturão Algodoeiro. A concentração geográfica da produção algodoeira mobilizou muita força de trabalho para a região, realocada de *plantations* decadentes do norte, bem como adquirida pelo tráfico internacional enquanto este ainda era legal. Contabiliza a história que a população escravizada no sul americano cresceu de um milhão, no começo do século, para quatro milhões com o passar de seis décadas, até a Guerra da Secessão (Tomich, 2011).

Já no Brasil, a *commodity* que movimentou a economia do país foi o café, reformulando sua organização territorial e mobilizando internamente a força de trabalho. Durante o século XIX, o grão se

tornou um artigo de consumo de massa, o que fez com que a alta demanda do mercado mundial pela mercadoria transformasse a produção brasileira. Nas primeiras três décadas do século, essa ainda era dividida entre açúcar e algodão, sendo o café responsável por cerca de 18% das exportações (Tomich, 2011). Já na década de 1850, o item correspondia a mais de 40% das exportações brasileiras, o que era equivalente a 50% do graneado mundialmente, fazendo com que o país fosse o maior produtor do artigo no mercado mundial (Salles & Marquese, 2016). E, prestes a acabar o regime escravista, na década de 1880, o café chegou a equivaler a 70% das exportações brasileiras em valor. O país era, sem sombra de dúvidas, o maior produtor mundial de “um gênero que tomara o primeiro lugar entre os produtos primários no comércio internacional” (Prado, 1981, po. 2740).

O ciclo do ouro se encerrou durante o período da escravidão colonial, e no fim do século XVIII grande parte das *plantations* dedicavam-se aos canaviais e engenhos de açúcar, concentradas principalmente na região nordeste. No entanto, o cenário passa a mudar quando o Haiti deixa a economia mundial em razão da revolta escrava, e abre-se um espaço de fornecimento do café para o Atlântico Norte. Era preciso, contudo, desenvolver as fazendas cafeeiras, o que necessitou de grande intensivo de mão de obra escrava e extensão de terras. Capaz de agregar essas duas necessidades, o Vale do Paraíba desponta como local adequado e, assim, constituiu-se como o centro produtivo do Brasil por quase todo o século XIX (Tomich, 2011).

Fato curioso sobre a segunda escravidão é que essa se desenvolve de tal maneira em um mundo cada vez mais hostil à prática escravista. A centena de anos que foi traduzida como o apogeu das relações escravistas nas periferias também é chamado de “século antiescravista”. Conforme já exposto nas palavras de Wallerstein (1979), tão logo a Inglaterra assume centralidade na economia mundial, ela faz uso de seu poderio econômico e político para proibir o tráfico transatlântico como estratégia de enfraquecimento de seus concorrentes europeus. Além disso, precisando da mão de obra africana em territórios recém colonizados na África e preocupada mais com a disponibilização de mercadoria barata no comércio externo do que de domínio comercial sobre algum artigo tropical, não tarda em abolir a escravidão de suas colônias nas Índias Ocidentais. As medidas político-econômicas inglesas foram acompanhadas de uma ideologia antiescravista que, pelos novos ideais da Era das Revoluções, rapidamente espalha-se para o outro lado do Atlântico (Wallerstein, 1979; Tomich, 2011; Blackburn, 2016).

O que torna ainda mais curiosa essa característica do período é que, enquanto a Inglaterra foi um dos países expoentes do movimento abolicionista, nitidamente tal objeção era um preceito unicamente moral, como se a relação social não estivesse, em muitos modos, conectada à econômica.

Afirma-se isto porque ao mesmo tempo que ela negava moralidade às sociedades escravistas, nutria-se economicamente da relação social de produção escravista da arena periférica. Além do que já foi citado até agora, como aquisição de matéria-prima barata, garantia de gêneros alimentícios e escoamento das mercadorias industrializadas, o sistema financeiro britânico também muito se beneficiou da escravidão. Isto porque a ampliação e a intensificação deste segundo momento da escravidão nos Estados Unidos, no Brasil e em Cuba foram propiciadas pelo crédito inglês.

Tomich (2011) aponta que Londres executou uma função de ponte de crédito aos referidos países e território com o objetivo de estimular a produção e o comércio. As instituições financeiras inglesas forneciam capital à classe senhorial para desenvolvimento das *plantations*, estradas de ferro e os próprios bancos nacionais que as sustentavam. Exemplifica que foi com capital emprestado da Inglaterra que Dom Pedro II construiu a estrada de ferro Central do Brasil, a qual cortava todo o Vale do Paraíba e foi responsável por alongar a prosperidade da região ao reduzir o custo do transporte.

Esta corrida ao crédito por parte dos *planters* para construção de *plantations* com produção capaz de atender à demanda de uma sociedade industrial europeia deveu-se também pela necessidade de aplicar alto montante dos recursos na compra de mão de obra, já que, se o processamento estava cada vez mais maquinizado, o cultivo dependia exclusivamente da força humana (Blackburn, 2016). Com a proibição do tráfico internacional, o escravo tornou-se um bem cada vez mais precioso, tanto como mercadoria quanto força de trabalho.

Na qualidade de mercadoria, eram imprescindíveis porque contavam como parte do patrimônio do senhor. Eles podiam ser vendidos desconsiderando qualquer que seja o laço familiar, em qualquer momento de instabilidade produtiva das *plantations*, garantindo sempre uma compensação financeira. Mas eram ainda mais valiosos enquanto capital ativo acumulado, porque garantiam a fiabilidade do senhor enquanto credor. Isto é, as instituições financeiras preferiam emprestar dinheiro àqueles que possuíam escravos, uma vez que estes representavam uma forma móvel de capital. Como uma *plantation* era vista enquanto empreendimento agrícola de risco, que podia sofrer de pestes, mau tempo, oscilações de preço das mercadorias produzidas, entre outras coisas, o escravo era incluído e contabilizado no valor da propriedade rural como garantia e hipoteca (Blackburn, 2016).

Conecta-se, aí, o crédito à valorização do escravo como força de trabalho. Ora, vejamos, quanto mais empréstimo um senhor recorria para ampliação de sua produção, mais necessitava de (i) mão de obra para dar conta do crescimento produtivo e de (ii) aumentar sua taxa de lucro para quitar sua dívida. Ou seja, deviam de aumentar seu contingente de escravos e tirar o máximo de produtividade de cada trabalhador escravizado (Blackburn, 2016).

Assim sendo, a segunda escravidão também foi caracterizada por ser cada vez mais racializada e exigir do trabalhador escravizado o cumprimento de tarefas cada vez mais extenuantes. Para manter a labuta incessante do regime de trabalho nas *plantations*, impedia-se qualquer fonte de resistência escrava à base de violência. O trabalho escravo devia de ser constantemente vigiado, atividade executada pelos feitores. A fim de manter o trabalhador escravizado produtivo, é evidente que se preferia, neste momento, optar por recompensas financeiras e pequenas concessões, mas o que os rendiam à labuta intensiva era o medo do castigo físico (Blackburn, 2016). Diz Blackburn (2016, po. 576) que “era a coerção física, e não econômica, que mantinha o escravo das *plantations* no trabalho”.

Contudo, imprime-se no período referido a escassez de escravos no mercado internacional, meio pelo qual, durante toda a primeira escravidão, a classe senhorial conseguia adquirir mão de obra escrava barata e abundante. Com o domínio do mar Atlântico pela Inglaterra, que detinha o poder político de confisco de navios negreiros e outras medidas que coíbiam o tráfico internacional de escravos, os *planters* americanos, brasileiros e cubanos tiveram de desenvolver formas internas de manter o modelo escravista como modo majoritário de produção, postergando a dependência de um grande contingente de trabalhadores escravizados.

Pode-se dizer que um dos meios de conquistar independência de acesso à mão de obra escrava dentro de cada território foi, de certa forma, orgânico: os senhores de escravo em decadência, em convergência com o fim do ciclo produtivo da escravidão colonial, vendiam para os em ascensão, da escravidão de ritmo industrial, pós-colonial. Desta forma, criou-se um mercado interno para obtenção de mão de obra (Blackburn, 2016).

Ainda assim, o problema de sustentabilidade do regime escravista persistia, uma vez que eram poucos os anos de idade produtiva do trabalhador no cultivo agrícola, já somados a uma baixa expectativa de vida destes trabalhadores. Por conta disso, era preciso achar próprios meios de renovar e substituir a classe trabalhadora. Uma das formas encontradas foi o estímulo ao crescimento vegetativo da população escravizada, fazendo com que a atenção da classe senhorial se voltasse para a reprodução natural da escravaria.

Embora não tão estudada, mas sempre reconhecida, foi durante a segunda escravidão que a procriação dos escravos passou a ser, de fato, uma questão. Antes, o escravo era mercadoria barata e fácil de encontrar para a capacidade orçamentária e crediária de um *planter*. Portanto, prolongar a vida ativa do trabalhador escravizado, atentar-se a condições de formação de família escrava e crescimento vegetativo de população cativa passavam fora do alcance da preocupação. O que, no entanto, mudou.

É sabido que ações provocadas pela classe senhorial norte americana diante deste cenário fizeram crescer o índice populacional escravo no país, absorvido por completo pelas *plantations* algodoeiras (Tomich, 2011). No Brasil, com esta problemática da escassez diante do fim do tráfico negreiro transatlântico atingida 35 anos depois, procurou-se seguir modelo de ação americano para reprodução da escravaria. Com isso, obteve-se algum êxito, conseguindo prolongar o regime por mais quase quatro décadas.

A título de exemplo, já é famoso o discurso de Sojourner Truth (1797-1883), chamado *Ain't I a woman?*. Ela, mulher negra norte americana, nascida mulher escravizada em Nova Iorque, assim viveu até 1826, quando fugiu para o Canadá e regressou aos Estados Unidos um ano depois, quando já declarado o *New York State Emancipation Act*, obtendo assim a condição de mulher livre. Mais tarde, se tornou ativista política abolicionista. Segue trecho de seu discurso:

Aquele homem diz que as mulheres precisam ser ajudadas a entrar em carruagens, erguidas para passar sobre valas e receber os melhores lugares em todas as partes. Ninguém nunca me ajudou a entrar em carruagens, a passar por cima de poças de lama nem me deu qualquer bom lugar! E eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para o meu braço! Tenho arado e plantado e recolhido em celeiros, e nenhum homem poderia me liderar! E eu não sou uma mulher? Posso trabalhar tanto quanto e comer tanto quanto um homem – quando consigo o que comer – e aguentar o chicote também! E eu não sou uma mulher? Dei à luz treze filhos e vi a grande maioria ser vendida para a escravidão, e quando eu chorei com a minha dor de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! E eu não sou uma mulher?¹²

O leitor reconhece que tal fala é potencial de vários âmbitos de análise recorrendo-se às discussões de gênero e raça. Neste momento, dá-se nota à questão escravista e reprodutiva. Ora, sabe-se que ela era escravizada em região dos Estados Unidos onde o regime estava em decadência e enfrentava forte movimento pela abolição. Não se sabe para onde esses filhos foram remetidos, mas sabe-se que eles eram vendidos pelos seus senhores e, logo, imagina-se que o que ocorria era este movimento de *plantations* decadentes ao norte comercializarem suas mercadorias vivas ao sul. E atenção, não era ela a vendida e forçosamente imigrada, eram seus filhos. Destarte, assume-se que ela, enquanto força produtiva da reprodução, provavelmente produzia ainda algum lucro ao *planter* em decadência.

Referindo-se ao desequilíbrio de concentração de população escrava em *plantations* do norte, menos produtivas, para o sul, mais produtivas, que ocorreram tanto nos Estados Unidos como no Brasil, Salles e Marquese (2016) destacam:

A potencialidade da aproximação das trajetórias do Brasil e do Sul dos Estados Unidos era de

¹² Pode-se dizer que referido discurso já se tornou de domínio público, sendo disposto em diversos sítios *online*. Este excerto traduzido, especificamente, foi retirado de: MIGUEL; L. F.; BIROLI, F. (2014). *Feminismo e Política: Uma introdução*. São Paulo: Boitempo.

pleno conhecimento dos coevos: sem o tráfico transatlântico, a única forma de expansão em novas áreas seria dada pelo crescimento vegetativo da população escrava e pela mecânica de funcionamento de um mercado nacional de escravos (Salles & Marquese, 2016, po. 2477).

O problema da reprodução social do modelo escravista também não passou despercebido para Wallerstein (1979). Depois de interpretar os motivos pelos quais a Inglaterra agiu para proibição do tráfico internacional, o autor diz que em momento em que não se consegue adquirir escravos externamente, a necessidade de reprodução natural da escravaria para a manutenção da produção escravista fica clarividente. Wallerstein remata que, para aumentar o contingente populacional escravizado, foi preciso investir mais nas condições de vida destes trabalhadores, desde melhoras de vida material quanto familiar. Assim sendo, diz que um dos efeitos claros da inserção da África Ocidental na economia-mundo capitalista foi o aumento no custo de produção das *commodities* tropicais, bem como encurtou ainda mais o caminho para o fim do sistema escravista. Conclui ele que: “Desapareceu não porque era incompatível com o capitalismo [...], mas porque era incompatível com uma economia-mundo capitalista que não mais tinha uma arena externa para arcar com o peso do custo da criação de escravos” (Wallerstein, 1979, p. 216)¹³.

Notemos, ele não diz que um dos efeitos claros dessa introdução é o apelo produtivo ao útero feminino. Contudo, ao olhar para a mulher escravizada no processo de produção escravista, logo percebe-se que ela provavelmente foi uma peça altamente mobilizada na tentativa de manutenção do sistema, isto é, agiram de modo intencionado sobre o corpo feminino para tentar obter o seu fim: a acumulação de capital. Este período, que corresponde aos anos finais do sistema escravista nas periferias e também ao percurso mais intenso deste modelo de produção, é o momento de súplica ao útero feminino. Quando não mais podiam ampliar as terras produtivas, quando não mais conseguia-se extrair força de trabalho do contingente já escravizado, a última gota do sistema escravista foi a expansão da exploração ao ventre escravizado.

Se o leitor acompanhou o raciocínio feito até agora, com o manuseio de recursos bibliográficos daqueles que já se dedicaram ao estudo da economia-mundo e da escravidão, há de concordar que, no momento histórico analisado, a mulher escravizada assume um duplo caráter aos olhos do capital: ela própria é a força de trabalho empregada nas *plantations*, bem como a reprodutora da força de trabalho empregada nas *plantations*, ou seja, a força de trabalho que produz força de trabalho. Então, para a devida compreensão desse tema que, agora, se faz urgente, é preciso discutir os assuntos que aparentam nele estar intrínsecos, o gênero e a reprodução.

¹³ No original: “It disappeared not because it was incompatible with capitalism [...], but because it was incompatible with a capitalist world-economy that no longer had an external arena to bear the bulk of the cost of slave breeding” (Wallerstein, 1979, p. 216).

1.3. A acumulação pela opressão: classe, raça e gênero no tom da economia-mundo capitalista

Embasando-se no que foi exposto nos tópicos anteriores deste capítulo, é pertinente considerar que existia mais do que uma forma de controle de trabalho na economia-mundo capitalista já na fase industrial no século XIX. Isto é, enquanto havia um modo de controle de trabalho capitalista assalariado nos centros, também havia um modo de controle de trabalho capitalista escravista nas periferias, sendo que este último produzia bens de consumo e de produção para o primeiro. Mas apenas uma destas formas de controle entrou em crise no período oitocentista, o que morosamente culminou na sua extinção. A impossibilidade de repor a classe de trabalhadores escravizados por conta do fim do tráfico internacional de escravos foi um dos grandes pesos que nutriu a instabilidade da sua existência. Isso porque, resumidamente, a escravidão ficou sob a ameaça de se tornar incapaz de reproduzir a si mesma. É por isto que, a partir de agora, pretende-se compreender o ocorrido com o auxílio da chamada teoria da reprodução social.

O ponto de partida desta vertente na perspectiva feminista é a constante produção e reprodução geracional da força de trabalho necessária para o devido funcionamento do modo de produção capitalista. Portanto, baseia-se na concepção marxista de exploração da força de trabalho no sistema capitalista. Se neste sistema tal força se transforma em uma mercadoria, a qual Marx nomeia de mercadoria especial, é indispensável pensar quem e como esta mercadoria é, por sua vez, produzida. Tal teoria tem, portanto, grande relevância, pois coloca a questão da reprodução biológica e geracional de trabalhadores como algo estrutural do sistema capitalista, retirando a discussão do âmbito interno, com seu início e seu fim no universo doméstico.

Esta corrente, formada por feministas marxistas, distancia-se de outras vertentes do feminismo, como a da perspectiva dual, em que o mundo social é dividido em dois eixos autônomos: o gênero e a classe¹⁴. Sendo autônomos, as feministas aderentes deste dualismo acreditam que tais eixos apenas se interagem, se interseccionam e assim podem modelar um ao outro. Ou seja, nesta vertente, a relação de gênero é um sistema de exploração distinto, tanto quanto a classe, essa vista apenas como uma opressão de caráter econômico. Ainda há outra forma de interpretar a relação entre capitalismo e gênero recorrente nas teorias feministas: o olhar indiferente. Nele, a opressão das mulheres no sistema capitalista ocorre em razão unicamente de um patriarcado reminiscente de formações sociais anteriores, transistórico. Assim, a divisão sexual embebida neste patriarcado é adaptada na nova organização do trabalho sob o capitalismo. Nesta visão, o sistema capitalista não

¹⁴ Também pode ser dito, quando se adiciona outro eixo: a raça (Arruzza, 2015).

tem qualquer papel determinante nas relações de gênero, ele apenas faz um uso oportunista desta forma de opressão sem ser dela dependente (Arruzza, 2015, Ferguson, 2017).

Fugindo do dualismo e da indiferença, Vogel ([1983] 2013) dá o pontapé inicial para compreender o gênero e a classe numa articulação estrutural do sistema capitalista. Para ela, o gênero é oprimido de forma diferenciada, manifestada principalmente na esfera doméstica do trabalho reprodutivo, mas não autônomo da esfera econômica formal do trabalho produtivo. Pelo contrário, a esfera reprodutiva é aliciada para o funcionamento da produtiva e, assim sendo, é também determinada pelas forças do capital.

Em outras palavras, a autora dá abertura para uma teoria não fragmentada da opressão sobre as mulheres no capitalismo, uma teoria unitária. Isso não quer dizer que o patriarcado deixe de existir, mas que o sistema patriarcal é cooptado e transformado pelo sistema capitalista. Tampouco que exista só uma forma de oprimir, há opressões de gênero e de raça, mas não são de eixos distintos e autônomos ao da classe. Ou seja, a opressão manifesta-se em experiências diferenciadas, mas unificadas. Partindo-se do princípio de que não existe exploração sem dominação, as opressões não são resultantes de lógicas de exploração autônomas, elas residem nas expressões de dominação voltadas a um só fim: explorar o expropriado (Arruzza, 2015, Ferguson, 2017).

Especificamente ao gênero, a referida autora não traz a explicação para tudo que colabora com a opressão contra todas as mulheres que vivem sob o capitalismo, mas identifica uma similaridade entre todas elas, considerada a essência desta opressão dentro deste sistema social: são elas próprias portadoras da mercadoria especial, bem como simultaneamente as únicas produtoras de portadores desta mesma mercadoria, a força de trabalho. Portanto, conforme prefaciado por Ferguson e McNally (2013), Vogel elabora um material congruente para compreender a opressão contra mulheres no que concerne especificamente às sociedades capitalistas.

Para situar a opressão neste enquadramento, Vogel ([1983] 2013) afirma que é preciso primeiramente definir alguns conceitos, a começar pela força de trabalho. Apoiada na conceitualização de Marx, a definição apresentada refere-se à reunião de condições físicas e mentais da pessoa trabalhadora, utilizada sempre que esta produz algo com valor de uso. Com prosseguimento, parte para a compreensão de valor de uso, que se traduz em algo útil que satisfaz de alguma forma os desejos humanos. A autora reitera que tais coisas podem ser encontradas em praticamente todas as formações sociais, embora tomem formas sociais variadas.

Portanto, a força de trabalho é uma capacidade latente e inerente da pessoa humana, sendo a sua concretude emergida quando essa é utilizada em um processo de trabalho, este inserido em um

modo de produção. Diante disso, a teórica relembra a premissa marxista de que todo processo de produção é também um de reprodução, uma vez que é preciso sempre reproduzir as condições de produção, o que inclui a reprodução do trabalhador. O enfoque dado pela teórica lança luz ao geracional e gestacional, mas também se incluem num processo de reprodução outros aspectos necessários para a reprodução da vida.

Um processo de reprodução abarca as formas de produção da vida interligadas às formas de produção de bens e serviços, mas realizada em outro âmbito que não o da economia formal. São três os processos que envolvem a reprodução dos portadores da força de trabalho, ou, em outras palavras, o processo de reprodução social: (i) atividades voltadas à regeneração do trabalhador e trabalhadora fora do processo de produção, as quais permitem que retornem a ele no dia seguinte, como alimentação, descanso e cuidados de âmbito emocional; (ii) atividades voltadas à regeneração de pessoas fora do processo de produção, mas que preparam-se para ou já passaram por ele, isto é, o cuidado direcionado a crianças, adultos desempregados e idosos; e (iii) reprodução de novos trabalhadores, ou seja, a reprodução geracional e gestacional (Bhattacharya, 2019).

Embora realizem-se em esferas sociais diferentes, o modo de produção capitalista está sempre ligado ao de reprodução, sendo que algo alterado em um influi diretamente no outro. Assim sendo, a esfera produtiva e a reprodutiva não são autônomas, elas estão uma para outra como numa relação de simbiose. À luz do postulado por Vogel, torna-se possível afirmar que se há um processo de produção capitalista também tem de existir um processo de reprodução capitalista. É neste ponto que se debate a questão de gênero unida à reprodução capitalista e, conseqüentemente, à sobrevivência do modo de produção capitalista.

Isto porque a reprodução geracional dos portadores de força de trabalho recai sobre capacidades biológicas que só as mulheres possuem: o gestar, o parir e o amamentar. Conforme explica Ferguson (2017), é preciso estar atento ao fato de que o trabalho é uma experiência corporificada, sendo, portanto, distinções biofísicas do corpo feminino e masculino de substancial importância, o que não pode ser confundido com um argumento biologicamente determinista e, por sua vez, tido como justificativa da diferenciação de relações de poder na sociedade. Num sistema capitalista, a desigualdade entre gêneros inscreve-se e tem de ser compreendida no contexto da “dominação global do capital sobre o social”:

Essa dominação é assegurada porque nós devemos trabalhar para reproduzirmos nós mesmos e o mundo, mas não podemos acessar livremente os meios dessa reprodução: o capital expropriou a vasta maioria de nós dos meios de nossa subsistência, assim como dos meios de produzi-la. Como resultado, tudo que nós fazemos para reproduzir o mundo é necessariamente

condicionado pelas necessidades do capital (Ferguson, 2017, p. 27).

Neste sentido, Vogel ([1983] 2013) explica que as distinções biológicas entre o sexo feminino e masculino pré-condicionaram a construção social das diferenças de gênero, tão quanto serviram como fator material para diferenciação de posicionamento social dos sexos na sociedade. Tais diferenças se alinham com o sistema social em que se forjam. Pode-se dizer que, no caso da capitalista, a constituição desta diferença e suas derivadas opressões é indispensável para a sustentabilidade do sistema. Explica-se: se o objetivo do capitalismo é a acumulação sem fim de capital e o meio de se acumular é pela apropriação da mais-valia¹⁵, que advém da exploração de portadores de força de trabalho, a reprodução geracional é basal.

Ora, o leitor pode questionar, e em que sociedade não é? Responde-se que é na sociedade capitalista, e não em outro tipo de organização social, em que a produção está diretamente ligada à exploração de um pelo outro, por meio da dissociação do portador da força de trabalho de suas capacidades materiais produtivas, seus meios. Ainda, para haver essa forma de exploração, de onde o capitalista retira (i) a mais-valia que garante a acumulação de capital e (ii) a capacidade de torná-la num modo de produção reprodutivo – isto é, que persevera –, é preciso uma potencial quantia de trabalhadores exploráveis. Pela explicação de Marx:

A reprodução da força de trabalho, que tem incessantemente de se incorporar ao capital como meio de valorização, que não pode desligar-se dele e cuja submissão ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais aos quais se vende, constitui, na realidade, um momento da reprodução do próprio capital. Acumulação de capital é, portanto, a multiplicação do proletariado (Marx, [1867] 2011, p. 837).

É por estas vias que é possível afirmar que a teoria da reprodução insere a questão de gênero na ordem estrutural do sistema capitalista. Vejamos, se a fonte de enriquecimento do capitalista, que procura sempre expandir ainda mais seu capital, é a exploração do trabalhador, uma das vantagens que ele pode ter neste meio social é a disponibilidade de um grande contingente de trabalhadores, uma vez que isso o possibilitaria maior amplitude de exploração.

Neste ponto, pode-se lembrar da importância de haver, segundo Marx ([1867] 2011), o chamado exército industrial de reserva como garantia de maior enriquecimento dos detentores dos meios de produção. O conceito remete a uma população ativa desempregada, que ultrapassa as necessidades correntes para a expansão do capital, tornando a força de trabalho disponível em um

¹⁵ Na leitura marxista de Vogel, mais-valia é, retirando-se a porção do trabalho diário pelo qual o produtor direto alcança sua própria reprodução, o restante: “o restante da jornada de trabalho é a mais valia, apropriada pela classe exploradora” (Vogel, [1983] 2013, p. 148). Nas palavras do próprio Marx, mais-valia é o valor não pago pela força de trabalho aplicada pelo trabalhador na produção de mercadorias, isto é, “uma parcela de valor que nada custa ao comprador [da força de trabalho, o capitalista] e que, ainda assim, realiza-se mediante a venda de mercadorias. A produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção” (Marx, [1867] 2011, p. 841).

excedente. Por sua vez, os trabalhadores que compõem a força de trabalho excedente, com necessidade de vender sua força de trabalho para garantia de suas próprias vidas, dispõem-se a vendê-la por preços – salários – mais baixos, o que amplia a margem exploratória do capitalista¹⁶.

E qual é o meio de produção tanto deste excedente como dos trabalhadores em exploração? O corpo feminino, a mulher. O ponto é que neste caso é impossível desconectar da trabalhadora o meio de produção, o que não impede que variadas forças do sistema ajam para exercer controle sobre a produção deste trabalho corporificado, por meio da dita opressão.

A fim de diretamente responder porque as mulheres são oprimidas no sistema capitalista, Ferguson e McNally postulam:

As mulheres são oprimidas na sociedade capitalista não porque seus trabalhos domésticos produzem valor para o capital, não por causa de um impulso transistórico patriarcal opondo homens contra mulheres (apesar dessas atitudes terem claramente persistido através do tempo e lugar). As raízes sócio-materiais da opressão das mulheres sob o capitalismo têm a ver, em vez disso, com o relacionamento estrutural da unidade doméstica [household] com a reprodução do capital: o capital e o Estado precisam de ser capazes de regular suas capacidades biológicas de produzir a próxima geração de trabalhadores para que a força de trabalho esteja disponível à exploração (Ferguson & McNally, 2013, p. xxv)¹⁷.

A reprodução geracional para a conseqüente reprodução social do sistema sempre esteve no cerne da estrutura capitalista, embora ela não tenha sido assim abordada por Marx, que a via como algo natural. Essa é tanto assim manipulada socialmente que já estava presente na composição da acumulação primitiva do capital. Ou seja, antes de o capitalismo conseguir reproduzir a si mesmo, ele precisou acumular riquezas primárias, sendo que uma das formas de se conquistar esse capital inicial, como anteriormente exposto, foi a acumulação de trabalhadores livres e exploráveis. Contudo, uma vez que os trabalhadores ativos se desgastam e morrem, é preciso garantir a substituição necessária da classe explorável.

Isto foi o que apontou Federici (2019) sobre a “nova consciência demográfica” que se desenvolveu no período transitório de sistemas sociais até o capitalismo ser atingido em seu pleno

¹⁶ Marx ([1867] 2011) diz que a procriação natural não pode ser o único recurso para se formar o exército industrial de reserva. Em mais detalhada explicação, Luxemburgo ([1913] 1970) declara que a constituição de tal exército tem de contar também com a retirada de trabalhadores de países e camadas não capitalistas para, quando necessário, ingressá-los ao proletariado assalariado. Assim sendo, o conceito é utilizado aqui apoiado na ideia de que, num sistema-mundo capitalista, a camada de trabalhadores disponíveis no todo do processo de produção também tem de se reproduzir para contínua manutenção do excedente.

¹⁷ No original: “Women are oppressed in capitalist society not because their labour in the home produces value for capital, nor because of a transhistorical patriarchal impulse pitting men against women (although such attitudes have of course persisted across time and place). The socio-material roots of women’s oppression under capitalism have to do instead with the structural relationship of the household to the reproduction of capital: capital and the state need to be able to regulate their biological capacity to produce the next generation of labourers so that labour-power is available for exploitation” (Ferguson & McNally, 2013, p. xxv).

funcionamento. De acordo com a teórica, durante o período de transição¹⁸ entre o feudalismo e o capitalismo, o aborto passou a ser punido com pena de morte – período que também coincide com a pós pandemia da Peste Bubônica. Concomitantemente, as mulheres que detinham conhecimentos ancestrais sobre concepção, parto, interrupção de gravidez e outros saberes relacionados ao ciclo reprodutivo foram tidas como bruxas e punidas com a fogueira – época que se denominou de “caça às bruxas”, a qual compreende a Inquisição da Igreja.

Antes de dar-se início a este processo, exemplifica ela, a Igreja Católica não era contrária a prática abortiva, tendo definido nos livros “Penitenciais” que a uma mulher pobre que fizesse aborto, bastava algumas orações para ser perdoada. Há, portanto, nos primeiros sinais do desabrochar da formação social capitalista toda uma ação conjunta contra a anticoncepção e o aborto promovida pelos Estados, seus respectivos sistemas jurídicos e a Igreja a fim de controlar o corpo das mulheres e, com isso, promover a procriação. Atentemos: vê-se, aqui, uma reconfiguração do processo de reprodução adaptando-se a um novo modo de produção que surgia, o capitalista assalariado.

Na busca da resposta sobre a opressão de gênero no capitalismo, Federici também a aloca no corpo e na reprodução da força de trabalho. Ela considera que “o capitalismo tratou nossos corpos como máquinas de trabalho porque é o sistema social que mais sistematicamente fez do trabalho humano a essência da acumulação de riqueza e que mais necessitou da maximização de sua exploração” (Federici, 2020, po. 200)¹⁹.

Observa-se, assim, que o sistema capitalista mobiliza diversos arsenais objetivando assegurar a reposição da classe trabalhadora. Explicam Ferguson e McNally (2013) que, por meio de seus mecanismos institucionais, o capitalismo exerce controle sobre a reprodução biológica, formas e criação de família, e manutenção de uma ordem de gênero, o que incide inclusive sobre a sexualidade, isto é, o caráter heterossexual do sistema.

Assim sendo, já se sinalizam formas de interpretar este mesmo problema com a percepção de diversidades de experiências diante da necessidade de sua reprodução social, uma vez que este afeta variados sujeitos que se empregaram em relações sociais de produção capitalistas. Contudo, vindo na reprodução a possibilidade de uma teoria unitária da opressão contra as mulheres no capitalismo, Vogel ([1983] 2013) enxerga apenas a reprodução num sistema capitalista industrial com controle de trabalho assalariado, o qual compreende majoritariamente a experiência de trabalho e suas relações sociais produtivas da mulher branca.

¹⁸ Embora aqui tenha-se adotado “transição” para referir-se a um período prolongado de alterações na história mundial, Federici (2017) defende que esta não é a melhor palavra, porque sugere um desenvolvimento histórico gradual, sendo este um período violento e descontínuo do percurso histórico.

¹⁹ No original: capitalism has treated our bodies as work-machines because it is the social system that most systematically has made of human labor the essence of the accumulation of wealth and has most needed to maximize its exploitation” (Federici, 2020, po. 200).

Cientes desta carência herdada da referida teórica, as atuais pensadoras da teoria da reprodução social procuram compreender como diferenças identitárias de classe, gênero e raça aparecem na relação social de produção, o que permite abranger na mesma unidade um “todo social complexo e diverso” e, desta forma, explicar a “experiência diferenciada-mas-unificada das múltiplas opressões” (Ferguson, 2017, p. 15). Destarte, diferentemente de outras abordagens feministas de categorias integrativas, a teoria da reprodução social procura pela lógica sistêmica que condiciona configurações particulares de experiências múltiplas de opressão (Ferguson, 2017).

Compreendida dialeticamente, portanto, uma narrativa totalizante não exclui reconhecer, entender e explicar a diferença entre suas partes constitutivas, e a co-constituição no interior de um processo total. Ela assume essas partes como integrais à reprodução social do todo, um todo que somente se constitui no interior, e através da história concreta e real (Ferguson, 2014, p. 22).

Em síntese, remata-se que o modo de produção capitalista também produz um modo de opressão a todas as mulheres que fazem parte do todo social capitalista, derivado da necessidade de controle sobre sua capacidade reprodutiva. Porém, como apontado nos tópicos anteriores deste capítulo, não há apenas um modo de produção capitalista e uma única derivada relação social de produção ao longo do percurso do capitalismo histórico. Se o sistema oprime todas as mulheres na dependência biológica do corpo feminino para sua reprodução social, há de se considerar que o modo de produção e as relações sociais de produção que ele reproduz não são sempre as mesmas e, por sua vez, os sujeitos oprimidos nessas relações também não os são.

Até agora, o processo de reprodução abordado por estas investigadoras associa-se ao modo de produção capitalista assalariado. Mas lembremos, houve também um outro modo de produção capitalista, diretamente ligado ao industrial assalariado europeu: o escravista²⁰. Há de se considerar que, do outro lado do oceano Atlântico, outras mulheres também foram oprimidas, mas num modo de produção capitalista escravista, que se assentou inicialmente sobre o colonialismo e a divisão racializada do trabalho.

Quanto ao trabalho racializado, já é possível encontrar em Marx uma relação entre racismo e capitalismo. Apesar de não falar propriamente de raça, a construção da diferença para fins da acumulação de capital, seus postulados compreendem a racialização do trabalho. Diz ele que a escravidão, que forçosamente empregou os “peles negras”, foi a brasa que acendeu a indústria

²⁰ Cabe salientar que a escravidão já existia mesmo antes do desenvolvimento do sistema capitalista, embora composta por outras características. Pode-se dizer que escravidão foi, de certo modo, incorporada e reformulada aos moldes do capitalismo para servir como força de trabalho nas colônias europeias. Homens e mulheres destinados à escravidão moderna eram majoritariamente capturados dentro de seus territórios africanos, em disputas e guerras travadas entre seus povos e entidades políticas e, depois, ofertados aos traficantes de escravos (Ribeiro, 2010). Ainda, importa esclarecer que, apesar de já haver escravidão antes da escravidão negra, como as da Grécia Antiga e Roma, nunca antes o modelo escravista havia sido executado desta maneira: comprava-se “trabalhadores forçados em um continente para organizá-los e explorá-los em outro, com objetivo de produzir artigos de consumo popular para um terceiro” (Blackburn, 2016, po. 185).

moderna (Taylor, 2018).

O assunto é diretamente abordado como forma de instituir a divisão internacional do trabalho por Luxemburgo ([1913] 1970), que compreende a relação dos distintos modos de exploração do trabalhador associado às diferenciações raciais. Diz ela:

O capital necessita de outras raças, para aproveitar as regiões onde a raça branca não pode trabalhar; necessita poder dispor, ilimitadamente, de todos os operários da terra, para com eles poder mobilizar todas as forças produtivas do planeta, dentro dos limites de produção de mais-valia, enquanto isso seja possível (Luxemburgo, [1913] 1970, p. 312).

Mas vejamos, no excerto a raça já aparece como algo instituído, isto é, a teórica parte da existência de diferentes raças humanas. Em Quijano (2005) encontra-se o esclarecimento sobre como a diferença racial foi construída concomitante e codependente da divisão geográfica do trabalho, permitindo a aplicação de diferentes modos de controle de trabalho dinamizados e interligados pelo sistema mundial.

Diz o autor que, com o desenvolvimento do capitalismo, estabeleceu-se um padrão de poder mundial que instituiu uma classificação social da população de acordo com a concepção de raça. Com a colonização da América, houve uma “codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação aos outros” (Quijano, 2005, p. 117).

Mais, os colonizadores codificaram como cor os traços fenótipos dos colonizados e a assumiram como a característica determinista da categoria racial, sendo os colonizadores portadores da característica determinista de uma raça superior, a branca, e os colonizados, de raça inferior, os não brancos. Já que inferiores, justificava-se o destino de sua força de trabalho, empregada em atividades não-assalariadas sob forma de controle de trabalho escravo.

O autor ainda lembra que a população nativa da América, os índios, também foram inicialmente escravizados, motivo principal do genocídio indígena, uma vez que eram forçados a trabalhar até a morte. Porém, tidos como uma mão de obra descartável, estes não foram uma força de trabalho capaz de ser reproduzida. Os que restaram foram postos de lado e destinados à servidão não remunerada. Já o trabalho escravo que persistiu foi exclusivamente atribuído à população trazida constantemente da África – e por isso facilmente reproduzida –, a qual era chamada de negra.

Conclui o teórico que a escravidão americana foi intencionalmente organizada como uma mercadoria a fim de produzir outras mercadorias para o mercado mundial capitalista. Tal maneira colonial de dominar os modos de produção no desenvolver do sistema determinou a distribuição

geográfica do trabalho no capitalismo mundial. Ou, nas palavras do teórico, “determinou a geografia social do capitalismo: o capital, na relação social de controle do trabalho assalariado, era o eixo em torno do qual se articulavam todas as demais formas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos” (Quijano, 2005, p.120).

A partir destes pressupostos, pode-se dizer que é insuficiente pensar a racialização do trabalho no capitalismo sem pensar que este sistema se estabelece pela dominância de um mundo expandido, o qual foi inserido e regido por completo na economia de mercado mundial capitalista. Do contrário, olhar para a raça a partir do centro sem a compreensão de que o centro só o é porque existe a periferia, ou o assalariado só o foi porque existiu o escravizado, faz com que o pensamento volte a ser distanciado do histórico-social concreto e cai na ilusão de que poderia haver um sistema capitalista sem esse ser organizado de forma expansionista, a partir do imbricamento de construções de diferenças e formas de controle de trabalho.

Quijano (2005) clarificou como a organização de distintas formas de controle de trabalho em favor da concentração do capital no centro da economia-mundo capitalista dependeu da concepção de raça: foi preciso conceber uma raça inferior para escravizá-la. E essa forma de controle de trabalho não se desenvolve de modo paralelo ao assalariado, numa simples coexistência, elas são codependentes. Assim, o que se vê é que o sistema capitalista, a partir da exploração do trabalho, necessitou de formas de exploração do trabalhador branco e do trabalhador negro, sendo a eles destinados modos de produção divergentes. No entanto, é preciso mais uma vez lembrar que o trabalho é corporificado e, por sua vez, generificado. Se ele incidiu de formas exploratórias específicas em razão da raça, também há de incidir de formas exploratórias específicas em razão do gênero racializado.

Quanto à conceitualização da raça na dinâmica do capitalismo e do mercado mundial, Wallerstein acompanha o raciocínio de Quijano. Tanto é assim que desenvolveram conjuntamente o conceito de americanidade – que abarca a etnicidade na fundação do sistema mundial moderno (Quijano & Wallerstein, 1992). No entanto, nem ele nem seu colega veem o gênero na geografia social deste sistema.

Quando o autor do sistema-mundo aborda as questões de gênero, ele resumidamente se limita à conjuntura atual do modelo – ou de um único modo de produção capitalista, o assalariado – e diz que a inferiorização da mulher se deve à necessidade de demasiada exploração da classe trabalhadora. Quer dizer, se o capitalista pretende maximizar sua acumulação de capital, é preciso minimizar seus custos de produção. Uma das formas de reduzir este custo é por meio dos baixos salários, que só são praticáveis dentro de um sistema social em que o agregado familiar seja composto

por várias pequenas rendas, somado a um trabalho reprodutivo não remunerado, executado principalmente por mulheres (Wallerstein & Balibar, 1988).

Ora, este argumento não está errado, aliás, dialoga com Federici (2017) no que diz respeito à subordinação da mulher na e à esfera doméstica. Segundo a autora, quando se inicia a exploração do trabalhador a partir do assalariamento, na Europa, as mulheres são excluídas do trabalho remunerado ou fadadas às atividades de baixíssima remuneração, valor qual era insuficiente para manutenção da vida. Deste modo, ficam elas subordinadas ao salário do trabalhador masculino, fenômeno que denomina de patriarcado do salário.

Esta passagem explanada pela autora permite, mais uma vez, compreender uma alteração no processo de reprodução em acompanhamento ao processo de produção. No período que antecede o capitalismo na Europa, o feudalismo organizava-se numa economia marcadamente de subsistência, o que significava unidade do trabalho produtivo e reprodutivo, uma vez que o valor de uso não era necessariamente correspondido por valor de troca. Quando o modo de produção vai se transformando no capitalista, o reprodutivo e o produtivo são divididos, sendo que só pelo último adquire-se valor de troca. Já que só a mulher tem a capacidade biológica da reprodução geracional, alimenta-se a ideologia determinista biológica da época de que ela, então, era naturalmente destinada ao trabalho reprodutivo, o qual, como já referido, compreende as atividades necessárias para a reprodução da vida (Federici, 2017)²¹.

Sinteticamente, o que se observa é que, na Europa industrial, quando a força de trabalho passou a ser organizada com o fim de acumulação de capital e controlada por meio do salário, o processo de reprodução se transformou e se adequou simultaneamente para fornecer os portadores de força de trabalho disponíveis à exploração.

Embora as explicações dos autores permitam enxergar a conexão entre processo de produção e reprodução, percebe-se que essa abordagem trata quase que exclusivamente do modo de produção capitalista assalariado, praticado na geografia capitalista central e compreendida na experiência de trabalhadoras e trabalhadores brancos. É necessário ponderar se assim como o sistema-mundo se serviu da opressão racial, também se serviu da opressão de gênero para o devido funcionamento da economia-mundo, considerando-se que tal opressão se manifesta em diferentes modos de controle de trabalho dentro das fronteiras geográficas por onde se navegava a circulação do capital.

Reitera-se que a questão do gênero racializado não passou em branco para muitas das autoras

²¹ Davis (2016) traz análise de outro episódio histórico que pode ajudar no entendimento de divisão e unidade de trabalho produtivo e reprodutivo e criação de valor de troca. Diz ela que, quando os Estados Unidos começaram a desenvolver sua indústria têxtil, atividades como costura e tecelagem, que até então eram executadas no âmbito do trabalho doméstico e reprodutivo, foram cooptadas pela esfera produtiva e passaram a ser executadas pelos meios da economia formal. Ou seja, extraiu-se o que poderia ser capitalizado da redoma do trabalho reprodutivo, este executado, grande parte, pelas mulheres.

feministas que problematizam a questão na estrutura do capitalismo. Diante da escravização de trabalhadores e trabalhadoras sustentada pela diferenciação racial, a escravidão torna-se inescapável quando se pensa donde vem a raça. Teóricas marxistas e de outras vertentes do feminismo, ao problematizar a raça no gênero, lembram que as mulheres negras escravizadas foram submetidas à reprodução forçada e à exploração sexual. Contudo, não é sempre que se aprofundam na interpretação de tais eventos como fato social em si e sua significância dentro da ordem social ora vigente.

Federici (2020), por exemplo, cita que além do cercamento de terras, houve também o cercamento dos corpos no desabrochar do sistema capitalista. Sendo que este processo foi discrepante para homens e mulheres, bem como diferenciou-se para aqueles que foram escravizados, já que os corpos das mulheres escravizadas foram reduzidos de forma mais intensa e brutal a máquinas de procriação. Segue o pensamento introduzindo Danna (2019)²², que já não aborda diretamente a escravidão e traz o raciocínio para o tempo presente. Esta afirma que, no âmbito da procriação de portadores de força de trabalho, grande parte desta força foi com o tempo sendo substituída por máquinas, porém deve-se ter em conta que apenas o trabalho – a mais-valia retirada desta relação – produz valor. Assim sendo, o crescimento da produção tecnológica está atado à existência de desigualdades sociais e maior intensidade da exploração de trabalhadores no “terceiro mundo”. Pondera-se: é preciso incluir a produção periférica do trabalhador barato, obtida através da reprodução geracional desta classe explorada.

Já Ferguson (2017) afirma que é evidente que os corpos que trabalham não são apenas diferentemente sexuados e generificados. Eles são também diferentemente racializados. Admite que há muito desta reflexão ainda a se trabalhar, mas indica que os referidos corpos são:

[...] especializados em sentido tanto geográfico como social. Todos nós nascemos e trabalhamos para reproduzir o mundo em locais sócio-históricos e geográficos específicos. E a despeito de abstratamente tais diferenças terem poucas consequências, elas são de grande importância concretamente porque esses locais são alcançados de maneira desigual pela desigual dinâmica sempre expansiva do capitalismo (Ferguson, 2014, p. 28).

Essa seria uma excelente deixa para desenvolver o pensamento relacionando-o à teoria do sistema mundial moderno. Contudo, a autora adota a abordagem de que essa questão pesa sobre a disposição dos serviços do Estado para atender a população produtiva e reprodutiva, variando entre maior e menor grau de acesso à educação, à mobilidade, entre outras coisas de acordo com a região em que o corpo se aloca no globo.

À luz das teorias e argumentos já apresentados, propõe-se, aqui, trilhar ao destino por outro

²² Federici (2020) apoia-se em: Danna, D. (2019). *Il peso dei numeri: Teorie e dinamiche della popolazione*. Trieste: Asterios Editore.

sentido. Relembrando o que foi dito por Vogel ([1983] 2013), com referência a Marx, de que o processo de produção é também um processo de reprodução, o raciocínio conseguinte é de que processos de produção específicos desencadeiam processos de reprodução específicos. E, como lembrado por Wallerstein (1974) e Quijano (2005), tais processos inseridos nos modos de produção presentes no sistema mundial são interligados para funcionamento da economia-mundo capitalista.

Assim, abre-se caminho para a seguinte suposição: com o diálogo travado entre teorias da reprodução social-segunda escravidão-sistema mundial moderno possibilitou-se pensar o sistêmico com a manifestação integrativa de raça, classe e gênero, bem como trouxe à tona a suposição de que assim como do processo de produção capitalista assalariado deriva um processo de reprodução capitalista assalariado, do processo de produção capitalista escravista também deve desencadear um processo de reprodução capitalista escravista.

Pormenorizando, em comparação ao que ocorreu na transição de modos de produção na Europa, os quais incitaram alterações no processo de reprodução, conforme exposto em parágrafos anteriores a partir do estudado por Federici (2017), pensa-se que o mesmo ocorreu com outros modos de produção também capitalistas. Sabe-se que enquanto a escravidão tinha um caráter colonial e operava dentro de um capitalismo mercantilista ou em incipiente industrialização, a reposição dos trabalhadores era executada de modo exógeno, por meio do tráfico internacional de escravos. Quando a escravidão ganha caráter pós-colonial e exerce-se dentro de Estados-nação que disputam espaço num mercado mundial cada vez mais coordenado pela intensa industrialização do centro, a instituição sofre um baque de descontinuidade no processo de reprodução – a proibição do tráfico externo. Simultaneamente, alteram-se os modos de repor a classe trabalhadora escravizada, que agora depende da reprodução endógena, garantida por meio da reprodução geracional e tráfico interno.

Do cruzamento das teorias e teóricos consultados ao longo deste capítulo, delineou-se esta hipótese que aparenta ser plausível. De agora em diante, trabalha-se para aferi-la. Por isso, discorrer-se-á sobre o modo específico de produção escravista no Brasil em período que a reprodução biológica da escravaria foi crucial para a continuidade da escravidão. Procurar-se-á compreender o que é de peculiaridade local nesta relação social, tendo em conta que o que se instituiu e se resolveu fronteiras adentro emergem do ordenamento de um todo global.

Caminha-se, nos próximos parágrafos, por uma síntese da escravidão brasileira quando olhada por estes feixes de luz. O conteúdo está embasado em autoras e autores que problematizaram, de modo semelhante, o acontecimento e o período histórico, bem como apoia-se em alguns outros recursos, como literatura ficcional e análises demográficas. Depois, apresenta-se a metodologia e a

fonte que será utilizada neste estudo, manuais de agricultura publicados no Brasil ao longo do século XIX.

2. Entre a pressão internacional e a regulação nacional: o Brasil persiste escravista

A escravidão oitocentista brasileira enfrentou ações diretas e indiretas contra a instituição, capitaneadas pela Inglaterra, que procurava ratificar sua hegemonia no sistema interestatal ao enfraquecer países que dependiam da produção escravista. Curiosamente, a pressão internacional avessa à escravidão agia por vias que impediam a sua reprodução, por exemplo, ao repreender o tráfico internacional de escravos. As estratégias de resistência centravam-se nesta mesma redoma: havia de se prosseguir com a reprodução escravista de modo que a pressão internacional fosse incapaz de interferir, isto é, havia de ser uma ação interna. Embora a solução encontrada para manutenção da instituição em um ambiente adverso estivesse nos limites fronteiriços do país, apoiando-se principalmente na sua reprodução doméstica, as estratégias de resistência resultavam-se de um vai e vem global, que também muito se escorou em suportes externos.

Não é uma pura coincidência que após a Guerra Civil Americana, que deu fim à escravidão no sul dos Estados Unidos em 1865, a instituição pouco prolongou-se nos outros territórios que ainda a tinham como método de produção, nomeadamente Cuba e Brasil. Isto porque havia um alinhamento político e econômico entre estas três zonas escravistas que as mantinha no mercado mundial como as principais fornecedoras de seus produtos primários, produzidos por meio do trabalho escravo e requeridos por um norte industrializado, quando a pressão para o fim da escravidão coagia-as exogenamente e, não sem nexos, os movimentos abolicionistas eclodiam no interior de suas fronteiras (Marquese, 2015).

Como já dito anteriormente, o século XIX foi um período de grande hostilidade à instituição escravista, mas também foi quando a prática ficou cada vez mais integrada e reconfigurada pela economia-mundo capitalista industrial. Dentre as batalhas travadas para sua manutenção, é possível afirmar que as repercussões das Guerras Napoleônicas tiveram grande significado, pois invocaram a autonomia necessária para uma ação política conjunta das três referidas geografias em defesa da instituição (Marquese & Parron, 2011; Blackburn, 1988).

Tais guerras decorreram durante a primeira quinzena de anos do século XIX. No meio deste recorte temporal, a Inglaterra proibiu o tráfico negroiro transatlântico em suas colônias e passou a

pressionar outros impérios e Estados para que tomassem a mesma atitude. As exigências diplomáticas inglesas, além de responder a demandas internas do movimento abolicionista inglês, eram também utilizadas como medição de força com o Império Francês, uma vez que desta forma a Grã-Bretanha poderia demarcar sua hegemonia sobre os mares (Marquese & Parron, 2011; Marquese, 2015).

Contudo, diante das ameaças napoleônicas, as exigências inglesas eram de menor importância aos territórios escravistas, tendo em vista que, também em 1807, as tropas francesas invadiram a península ibérica. A invasão provocou uma onda de independência nas colônias hispânicas, estimuladas por Napoleão. Entretanto, Cuba escolheu manter-se leal à metrópole. Quanto a Portugal, ciente da aproximação inimiga, a corte brigantina fugiu para sua colônia sul-americana. Já para os Estados Unidos, as guerras alimentaram o desgaste diplomático com a Inglaterra, porque a nação americana optou por manter comércio com a França durante o Bloqueio Continental. Tal ato posteriormente colaborou para desencadear a Guerra Anglo-Americana (1812-1815), a qual acabou por consolidar o Estado norte-americano. Resumidamente, como demonstrado por Marquese e Parron (2011), as Guerras Napoleônicas levaram protagonismo às três regiões escravistas, ao tornarem-se o centro de decisões de seus respectivos Estados.

Em consonância com as transformações relevantes ocasionadas pelas Guerras Napoleônicas, Blackburn atesta:

A invasão de Napoleão não só quebrou os antigos aparatos de estado e desmanchou o vínculo imperial. Também permitiu que novas forças sociais se afirmassem: nos dois lados do Atlântico emergiram uma estranha mistura de nacionalismo popular, liberalismo programático e formas de organização militar não mais estruturadas de cima para baixo. Os novos formatos de estado que surgiram em consequência não tinham mais a capacidade de imporem-se na formação social, mas eram obrigados a se adaptarem a ela e, especialmente, à propriedade econômica independente (Blackburn, 1988, p. 412)²³.

Selada a paz na Europa em 1815 com Napoleão derrotado, a Grã-Bretanha procurou logo em seguida exprimir seu poder sobre os demais Estados que compunham o sistema interestatal, o que recaía sobretudo aos recém-chegados e aos que ainda tomavam forma, já que sofriam da necessidade de reconhecimento de suas independências por parte da potência inglesa, a qual impunha como condicionante a abolição do tráfico transatlântico de escravos. Nota-se que enquanto entidade estatal a Inglaterra não era meramente antiescravidão por uma convicção, havia nas suas ações diplomáticas antiescravistas interesses políticos, sociais e econômicos (Marquese, 2015).

Além de demarcar uma capacidade reguladora do sistema mundial, exercida primordialmente

²³ No original: Napoleon's invasion had not only broken up the former state apparatus and snapped the imperial link. It had also permitted new social forces to assert themselves: on both sides of the Atlantic there emerged a strange mixture of popular nationalism, programmatic liberalism and forms of military organisation no longer structured from above. The new state forms which emerged in the aftermath no longer had the capacity to impose themselves on the social formation but were obliged to adapt to it, and especially to independent economic property (Blackburn, 1988, p. 412).

por meio do domínio dos mares e do jogo diplomático de reconhecimento de novos países, ambos travestidos na luta antiescravista, o país conseguia satisfazer setores sociais presentes no Império Britânico: os abolicionistas; os trabalhadores ingleses, que requeriam acesso aos artigos coloniais sem derivação de preço, que vinha subindo desde o fim da escravidão nas Índias Ocidentais Britânicas, em 1838; e o *lobby* antilhano, que, com o fim da instituição em seus territórios, perdeu espaço no mercado mundial para concorrentes ainda escravistas, Cuba e Brasil. Estes, com acesso a trabalhadores escravizados vindos da África, conseguiam lançar no mercado produtos mais baratos, em razão do menor custo de produção (Marquese & Parron, 2011, p.105).

Foi, então, ao longo da década de 1830 que a Inglaterra intensificou suas ações de combate ao tráfico de escravos. Ao fim desta dezena de anos, o país fundou um movimento internacional abolicionista, chamado *British and Foreign Anti-Slavery Society*, que firmou inclusive aliança com o norte abolicionista dos Estados Unidos. A organização se reunia em convenções, quando alinhavam estratégias de combate ao tráfico negreiro para Cuba e Brasil, bem como pensavam modos de enfraquecer o escravismo sulista dos Estados Unidos, como com a concessão de reconhecimento de estados separatistas em troca da abolição. As medidas mais severas e penetrantes dos abolicionistas fizeram com que as remanescentes zonas escravistas se articulassem conjuntamente em prol da instituição (Marquese & Parron, 2011).

A exemplo desta coalizão escravista, pode-se lembrar de estratégias utilizadas para driblar a apreensão de navios negreiros. Detalha-se: em razão de tratados firmados com Cuba e Brasil, a marinha inglesa podia inspecionar navios no oceano Atlântico procedentes e destinados a essas zonas e, se assim confirmasse a presença de africanos imigrados para o trabalho escravo, eles eram libertados nas Antilhas Britânicas e o traficante julgado em tribunal inglês. Conforme apontou Marques (2017), as referidas zonas começaram a adquirir navios norte-americanos, única nação escravista que não possuía qualquer tipo de acordo antitráfico com a Grã-Bretanha, e, deste modo, conseguiam escapar da intervenção inglesa. Isto porque tais embarcações, para além de serem mais velozes e de melhor qualidade, tinham a vantagem de portar a bandeira dos Estados Unidos em seu mastro, bem como sua tripulação ser formada por norte-americanos exercendo algum papel de comando, de capitães, marujos ou outra função.

Ou seja, diante da rigorosidade das ações abolicionistas inglesas, as reações das zonas escravistas se fortaleceram em sentido convergente. O que antes era uma relação dimensionada apenas como modelo de um Estado escravista para outro, procurando-se copiar práticas que elevavam a produção e fortaleciam a defesa da escravidão, transformou-se numa aliança cooperativa, que na

historiografia chega a ser designada como internacional escravista. A designação foi conferida porque, para além dos arranjos internos estipulados a fim de reagir ao antiescravismo britânico, Brasil, Cuba e Estados Unidos “passaram a vislumbrar também a construção de ações coordenadas contra um inimigo comum” e assim procederam (Marquese & Parron, 2011, p. 104).

Como Brasil e Cuba ainda constituíam o contingente de trabalhadores nas *plantations* por meio da imigração forçada de africanos, o combate ao tráfico transatlântico era prejudicial para ambas geografias. Além disso, a Grã-Bretanha adotou regras individualizantes e específicas a cada zona escravista, a fim de enfraquecer o regime dentro das fronteiras domésticas, usando como artifício principalmente tratados comerciais em troca da abolição do tráfico (Marquese & Parron, 2011). Contudo, ainda que não obtivessem certas vantagens comerciais com a Inglaterra, Brasil e Cuba eram escudados comercialmente pelos Estados Unidos, o principal comprador do café brasileiro e do açúcar cubano, que adquiria os produtos tanto para consumo interno da região norte industrializada, como para revenda na Europa, já que tinha a vantagem de possuir uma grande marinha mercante (Marquese, 2015; Blackburn, 1988). Assim sendo, Brasil e Cuba amparavam-se comercialmente na nação norte americana, que conseguia ser deficitária com esses Estados, porque preservava sua balança comercial favorável com as vendas para a Inglaterra, a qual dependia da produção americana de algodão para o funcionamento de sua indústria têxtil (Marquese, 2015).

O alinhamento escravista mantinha-se nos planos econômicos, político-diplomáticos e no das ideias sob a liderança dos Estados Unidos, que apresentava o ideário positivo em defesa da condição servil e representava a grande potência da liga internacional:

[...] a natureza do discurso escravista do Sul e a projeção dos Estados Unidos no cenário internacional, com sua bem-sucedida política de incorporação de outros territórios no norte da América, cavaram no sistema interestatal um espaço de autonomia relativa vital à sobrevivência da escravidão em países periféricos como o Império Espanhol e o Brasil. E não podia ser de outro modo: quem podia ser levado a sério em Londres, quem dispunha de um Estado militarmente relevante (tendo derrotado a própria Grã-Bretanha duas vezes), quem fornecia o principal insumo da Revolução Industrial não eram os cafeicultores do Vale do Paraíba nem os donos de engenho do Ocidente de Cuba, mas os proprietários brancos, protestantes e membros de uma comunidade cultural inglesa que produziam algodão no sul dos Estados Unidos (Marquese & Parron, 2011, p. 111).

Marquese e Parron (2011) expõem que a massiva produção de algodão dos Estados Unidos, que tinha centralidade na economia-mundo capitalista industrial do período, e a forte presença do Estado norte-americano na configuração do sistema interestatal foi um fator de estabilidade para a existência da escravidão nos outros Estados, que instituíram suas independências enquanto

escravistas. Sinteticamente, os autores apontam que toda a potência de uma internacional escravista se concentrava na figura dos Estados Unidos. E, por isso, a Guerra de Secessão é sinônimo de crise de regime para as remanescentes geografias escravistas.

Em convergência com os autores, reforça-se que não se pode pensar um processo de formação de Estados nacionais por meio, unicamente, daquilo que ocorreu dentro de seu espaço doméstico. É preciso romper com as fronteiras nacionais, o que inclui as do pensar, para compreender os fenômenos que demarcam a construção e o resultado de um país que se constituiu enredado em uma arena mundial, na convergência de forças econômicas, sociais e políticas (Marquese & Parron, 2011; Marquese, 2015).

Para pensar a escravidão no Brasil e o Brasil, uma vez que ao contar esta história também se narra em que bases se fundiu seu Estado nacional e sua sociedade contemporânea, não se pode deixar de fora o que veio de fora. Em atenção à concepção de global e local como processos mútuos, propõe-se, agora, compreender primeiramente sob quais alicerces regularam-se a produção escravista deste país, para assim pensar os que regularam sua reprodução.

2.1. De dentro para fora: a escravidão nos limites do Brasil Império

Durante o reposicionamento da escravidão no sistema-mundo capitalista, entre as décadas finais do século XVIII e as iniciais do XIX, o Brasil não tinha uma produção determinante de sua exportação. O mesmo ocorria nas zonas periféricas escravistas que focavam nas vendas para os centros industrializados. Ou seja, os Estados e territórios que cultivavam os principais produtos tropicais de exportação, como açúcar, café, tabaco e algodão, tinham múltiplas e contínuas disputas pela liderança no fornecimento para o mercado mundial (Marquese & Salles, 2016).

A saída do Haiti do mercado mundial é uma das justificativas desta incerteza nas lideranças, porque esvaziou de algum modo o fornecimento das *commodities* tropicais. Para o Brasil, o vazio fez do momento pertinente para investimentos agrícolas em várias frentes, como para o açúcar da Bahia, o algodão de Pernambuco e o café do sudeste. Contudo, outros territórios escravistas e produtores das referidas *commodities*, do Atlântico ao Índico, também estavam na disputa de fornecimento aos centros industrializados. O período é, portanto, de indefinição na composição da oferta global dos artigos (Marquese & Salles, 2016).

Inclui-se neste recorte temporal outras duas coisas: a ascensão dos Estados Unidos como

nação independente e em industrialização, com uma grande massa consumidora do café; e a inversão do cultivo nas Índias Orientais, do café para o chá, com o intuito de atender a preferência do mercado consumidor inglês (Prado, 1984; Marquese, 2004).

Ou seja, enquanto o consumo do café crescia, viu-se reduzido o número de fornecedores do grão. Havia um enorme espaço a ser tomado no mercado mundial àquele capaz de corresponder a esta demanda. Em decorrência de uma combinação de fatores, que suscitaram entre os anos de 1790 e 1830, o Brasil posicionou-se na liderança absoluta do mercado cafeeiro. Ora, expostos nos parágrafos anteriores os fatores globais, estes são combinados a características internas do país. Pode-se começar pela geografia física favorável do território e um conhecimento prévio adquirido.

Prado (1984) explica que antes do café se tornar um artigo de consumo de massa, já havia quem o produzisse no sudeste do Brasil, pelas regiões da Serra do Mar. Isto é, havia quem detivesse conhecimento sobre este tipo de lavoura e uma capacidade inicial de inserção do grão brasileiro no mercado. Tal fato tornava uma das principais dificuldades da lavoura cafeeira menos impeditiva: uma planta só começa a produzir após quatro ou cinco anos, o que exigia grande inversão de capital inicial sem retorno imediato. Mais, conta o autor, a cultura tinha no Vale do Paraíba o território ideal para sua expansão produtiva.

As condições naturais são aí esplendidas. Uma altitude que oscila entre 300 e 900m mantém a temperatura, embora em latitude tropical, dentro dos limites ideais para a planta, e regulariza as precipitações. Região muito acidentada, não lhe faltam encostas bem protegidas contra o vento (fator importante numa planta arbustiva de grande porte como o cafeeiro) e convenientemente expostas. A mata virgem que a revestia deu solos magníficos (Prado, 1984, po. 2656).

Marquese (2004) destaca uma outra vantagem do Vale, a de ser, nas primeiras décadas do século XIX, uma região praticamente desocupada, o que significa que a terra não seria mais um aspecto dispendioso para este cultivo. O autor ainda lembra que para dar conta das *plantations* – as novas e as em expansão – era preciso empregar muitos trabalhadores escravizados. O provimento desta mão de obra também não foi obstáculo, porque existia uma rota de tráfico negreiro entre o litoral congo-angolano e o Rio de Janeiro. Estima-se que entre 1810 e 1830 cerca de 450 mil escravos chegaram pelos portos do centro-sul brasileiro destinados as *plantations* cafeeiras da região (Marquese, 2008)²⁴.

Quanto ao Rio de Janeiro, Prado (1894) cita um outro fator positivo: a região estar orientada pela capital fluminense, onde havia porto para escoamento do produto, além de ser essa cidade o

²⁴ Um adendo: vê-se que, neste momento, a reprodução da força de trabalho era garantida por meio do tráfico externo.

centro financeiro e controlador do Brasil e que, por 14 anos, também foi do Império Português. Assim, para devido entendimento do Brasil na liderança do mercado mundial do café, é crucial considerar a influência da corte portuguesa desde as intervenções nas explorações auríferas à fuga da família real para sua colônia americana.

Nos primeiros três séculos de existência da colônia portuguesa, a região do Vale do Paraíba, que compreende o declive entre a Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira desdobrado pelas províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, era praticamente inexplorada, sendo até denominada como Sertões do Leste. Ao motivo de sua virgindade, junta-se os receios dos conquistadores portugueses de ser uma área misteriosa e perigosa ao fato de não ser permitido abrir rotas e trilhas pela mata. Uma vez que foram encontradas minas de ouro em zonas adjacentes ao Vale, ficou proibido por decreto régio a abertura de qualquer outro caminho que não o Caminho Novo da Estrada Real, onde alocavam-se as instalações dos registros do metal precioso, o que garantia a medida exata do quinto à Coroa Portuguesa. Tendo em vista que o referido caminho desviava de todo o Sertão Leste, acredita-se que a atuação da metrópole para controle do ouro brasileiro fez retardar todo o processo de desenvolvimento agrícola da região sudeste²⁵.

A agricultura na região do Vale do Paraíba se manteve esparsa e concentrada em pequenos povoados até a chegada da Corte. Pode-se citar duas justificativas principais para a impulsão agrícola da região diante da presença real. Primeira, a família real veio acompanhada de pelo menos 8 mil pessoas²⁶, o que implicava uma rede alimentar melhor. Tal necessidade colaborou com a revogação das medidas fundiárias que impediam a ocupação agrária das serras (Marquese & Salles, 2016). Segunda, assim que o Regente D. João VI, que governava em nome de sua mãe, Rainha D. Maria, pisou nas terras tupiniquins, declarou o fim do monopólio e a abertura dos portos da colônia a todas as nações amigas. Ou seja, o decreto marca o declínio do domínio colonial português sobre o comércio brasileiro e a inserção do Brasil no livre comércio da economia-mundo capitalista oitocentista.

Prado (1984) diz que este episódio, em 1808, representa o fim da era colonial brasileira, embora a independência só tenha ocorrido de fato 14 anos depois. Este fato também é relevante para Blackburn (1988), porque o coloca no quadro dos eventos históricos que compuseram a derrubada do escravismo colonial.

Mesmo após a saída das tropas napoleônicas de Portugal, a corte brigantina manteve-se na colônia tropical até 1821, quando o rei retorna ao seu país de origem. O Brasil passa a ser governado por seu filho Pedro, o qual declara a independência do país no ano seguinte, fazendo da antiga colônia

²⁵ In: Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras. Rio de Janeiro: Sertões Brasileiros I, vol. II, 2009.

²⁶ Blackburn (1988) estima que a corte fugida ao Brasil integrava 8 mil pessoas. Prado (1984) fala em 10 mil pessoas, e Darcy Ribeiro (1995) em 20 mil.

um império constitucionalista com assembleia parlamentar. Na constituição promulgada em 1824, definiu-se que todo homem livre era cidadão brasileiro, contudo só tinha direito ao sufrágio – ativo e passivo – quem detinha renda advinda de propriedade privada. Com isso, alçou-se ao poder público os grandes proprietários de cada região do país. Destarte, o Império brasileiro é simultaneamente constituído com a ascensão do escravismo nacional – propriedades – e dominado por uma classe senhorial escravista – proprietários (Blackburn, 1988; Salles, 2008).

É consensual admitir que, embora a escravidão não tenha sido citada na Constituição de 1824, a Carta Magna a legitima. Ou seja, o Império não institui oficialmente a escravidão, embora seja ela a base de toda sua sustentação. Moura (2013) conta que a escravidão foi mencionada pela primeira vez num documento de regulação civil só em 1857, na Consolidação das Leis Cíveis. O escravo foi tema abordado uma única vez na introdução da legislação, com o objetivo de falar que lá não se encontraria qualquer lei destinada aos escravizados. Prometia-se, futuramente, consolidar os direitos dos cativos em um “Código Negro”, o que nunca foi realizado. No entanto, salienta-se que a escravidão foi assunto versado no código criminal do Império do Brasil de 1830 (Marquese, 2004). Observa-se, portanto, que o Brasil se tornou um Estado soberano dentro de um sistema-mundial ao escorrer café bebendo do sangue do escravizado, este afastado normativamente de qualquer condição civil.

Constituir um Brasil independente trouxe problemas diplomáticos que não existiam quando tutelado por Portugal. O principal deles representava uma ameaça à estabilidade de âmbito interno e externo do Império. Com a pressão externa pelo fim do tráfico de escravos, o seu não cumprimento ameaçava a soberania nacional brasileira. Por outro lado, a extinção da prática colocava em causa o poder imperial dentro das fronteiras nacionais.

Com a sucessão de eventos históricos narrados a partir de agora, é possível observar mais clara e explicitamente ações sociais e políticas que emergem de um contexto específico brasileiro, porém suscitadas por dinâmicas de uma relação global com o local, expressada primordialmente na disputa dentro da economia mundial capitalista. A seguir, exemplifica-se, por exemplo, a influência do poder hegemônico da Inglaterra quanto ao ordenamento dos países que compunham o sistema interestatal àquilo que ocorreu dentro das fronteiras nacionais, resultando em práticas e estratégias que infligiram todo o tecido social brasileiro.

Em 1826, a fim de uma vez por todas legitimar internacionalmente a independência do Brasil, D. Pedro I assinou um tratado com a Inglaterra em que se comprometia a “proibir o tráfico inteiramente dentro de três anos depois da troca de ratificações, o que se deu em 1827” (Prado, 1984, po. 2418). Assim, em 1831, o imperador promulgou lei com as ratificações do acordo, em que

se proibia o tráfico negreiro e concedia liberdade aos africanos desembarcados no país. Com isso, até 1834, o tráfico ficou residual (Marquese & Parron, 2011).

Destaca-se que a lei entrou em vigor em momento que o café tinha se materializado como o principal produto de exportação brasileiro, sendo que o domínio desta produção era exercido pela classe senhorial do sudeste, conectada umbilicalmente com o poder imperial. O descontentamento dos senhores com a medida levou a articulações políticas que tornou insustentável a permanência de Dom Pedro I no poder. Ele, então, abdicou do cargo de Imperador a favor de seu filho, Pedro II, de cinco anos.

Deste modo, deu-se fim ao Primeiro Reinado e iniciou-se o Período Regencial. Como constatam Marquese e Parron (2011), tal crise que levou à volta de D. Pedro I a Portugal pode ser vista como uma resposta clara ao problema de como expandir a escravidão em um cenário internacional politicamente tenso ao regime. O modo encontrado para lidar com isso demonstra o imbricamento da constituição do Império brasileiro à ordem escravista: “o poder decisório foi deslocado de um executivo inicialmente fortalecido pela Carta de 1824 para o Legislativo, percebido como instância representativa dos interesses de uma sociedade plenamente escravista” (Marquese, 2004, p. 104).

A Regência foi, destarte, executada por nomes retirados do seio da classe senhorial escravista, representando o interesse dos mais poderosos senhores cafeeiros, chamados saquaremas, os quais compunham uma espécie de partido pró-escravidão, o Regresso Conservador. A legenda defendia com unhas e dentes meios de conservação do regime escravista e se opunha a qualquer possível pauta de mínimo caráter antiescravista (Marquese & Salles, 2016).

Em 1835, a demanda política dos senhores de escravos do Vale do Paraíba, alçada no parlamento pelo Regresso, pela reabertura do tráfico negreiro transatlântico é atendida e a lei de 1831 que o proibia vira letra morta (Marquese & Salles, 2016)²⁷. Calcula-se que, entre 1835 e 1850, chegou aos portos do centro-sul “ilegalmente” cerca de 350 mil africanos para serem escravizados ao serviço do café para exportação (Marquese, 2008)²⁸.

Tal lei que advinha do tratado com a Inglaterra para reconhecimento da independência tinha duração até 1845. Neste período, o Brasil já estava no Segundo Reinado, sob o comando de Dom Pedro II, que preferiu não renovar os tratados. Em resposta ao enfrentamento brasileiro, Londres optou pela pressão naval direta e promulgou, unilateralmente, a *Bill Aberdeen*. Esta lei foi aprovada no parlamento inglês em agosto de 1845, conferindo à marinha inglesa o direito de aprisionar qualquer

²⁷ Conta a história que daí que vem a expressão “lei para inglês ver”, regulações promulgadas, mas não cumpridas na prática.

²⁸ Nota-se que o período de 15 anos foi de maior recepção de trabalhadores escravizados quando comparado a intervalos temporais anteriores. Novamente, reitera-se que, a poucos anos do premente fim do tráfico internacional, era o meio externo que possibilitava a reprodução social da escravidão.

navio negreiro e julgar seus tripulantes por pirataria (Moura, 2013).

A nação escravista mediu forças por mais cinco anos com os ingleses, inclusive com ataques aos navios britânicos que entravam na área de domínio marítimo brasileiro. Contudo, a resistência pôs mais uma vez em causa a soberania do país, que, na queda de braço com a Inglaterra, ficava enfraquecida sem apoios internacionais. Então, em 1850, o ministro da Justiça propôs a Lei Eusébio de Queirós, que leva o seu nome, em favor da extinção do tráfico internacional de escravos.

A partir da data, adotaram-se medidas rigorosas de combate ao tráfico transatlântico, o que compreendia a expulsão dos traficantes das terras brasileiras, função que, na maioria das vezes, era ocupada por portugueses. Fazer desses comerciantes malquistos no país não foi de completo desagrado por parte da classe senhorial. Pelo contrário, uma vez que os proprietários rurais eram, grande parte, devedores dos traficantes, a relação entre eles era tênue entre a dependência e o desejo de livramento. Expulsá-los, portanto, foi uma solução bem calhada aos senhores de escravos, que, apesar de possuírem interesse no tráfico pelo fornecimento de mão de obra, tinham vantagens em ver os traficantes pelas costas. “Isso facilitou grandemente a violenta reação contra o tráfico iniciada pelo governo brasileiro” (Prado, 1984, po. 2058).

Assim sendo, apesar de a Lei Eusébio de Queirós ter representado um momento crítico para o regime escravista, essa não acarretou de fato a instabilidade do modelo de produção, embora tenha implicado em novos desafios. Salles (2008), com apoio de Slenes, afirma que o período pós tráfico internacional foi de estabilidade, para não dizer crescimento, do regime escravista brasileiro. Essa tendência só foi rompida com a Lei do Ventre Livre de 1871, que tornava liberta toda criança nascida do ventre escravizado.

O período seguinte ao fim do tráfico não foi sinônimo do fim da escravidão porque o possível obstáculo de falta de mão de obra foi contornado com um crescimento demográfico nas regiões das *plantations* ocasionado por (i) tráfico interno e (ii) reprodução natural da escravaria. Assim que se extinguiu o tráfico internacional, iniciou-se imediatamente uma nova modalidade, a do tráfico interprovinciano de escravos, cuja definição é:

Um sistema de comércio de seres humanos que é relativamente autônomo (com determinantes principalmente endógenos de preços e outras características) e que integra os compradores e vendedores locais dentro de uma região, colônia, ou nação, ou até mesmo dentro de uma área que ultrapassa fronteiras políticas num mercado comum (Slenes, 2004, p. 325)²⁹.

²⁹ No original: A system of commerce in human beings that is relatively autonomous (with primarily endogenous determinants of prices and other characteristics) and that integrates local buyers and sellers within a region, colony, or nation, or even within an area that overlaps political boundaries, into a common market (Slenes, 2004, p. 325).

A migração interna de escravos já existia antes do fim do externo, mas esta era mínima, ocorrendo primordialmente em razão de mudanças de senhores de escravos, e não a grande responsável pelo crescimento populacional e de contingente de trabalhadores. No entanto, quando trabalhadores escravizados não eram mais providos pelo continente africano, desenvolveu-se volumosas transações internas de compra e venda de escravo. Os *planters* de regiões em decadência, como os no nordeste, que perderam lugar para Cuba no mercado mundial do açúcar, optavam por vender seu plantel de cativos aos *planters* do sudeste, que estavam em pleno fervor produtivo. A locomoção dos trabalhadores escravizados era realizada por vias marítimas, navegando-se pela costa brasileira, o que, no entanto, apresentava risco de apreensão por parte dos ingleses, ou, em grande parte, por vias terrestres, por meio dos chamados comboios³⁰.

Slenes (2004) afirma que o volume deste tráfico indica o quão grande era a demanda por trabalhadores escravizados no centro-sul do país para a produção do café. Computa-se que, entre as décadas de 1850 e 1880, traficaram-se internamente 222,5 mil escravos, ou cerca de 7,2 mil escravos ao ano. Conta o autor que a demanda maior pela mão de obra escrava ocorreu entre 1872 e 1881, ou seja, após promulgada a Lei do Ventre Livre, momento que coincide com um crescimento das exportações cafeeiras. Ou seja, mais uma vez nota-se cristalino o dinamismo do tráfico de escravos – e sua reprodução social – conectado à integração do país no mercado mundial.

O autor também sustenta que, com o fim do tráfico transatlântico de escravos, o repentino e massivo tráfico interprovinciano despertou um sentimento e verdadeiro período de fragilidade para as famílias e comunidades escravas formadas até então. Isto porque elas corriam o risco de serem separadas para responder à crise financeira do senhor. Tendo em vista a preferência dos senhores compradores por jovens, era comum a separação dos filhos de suas mães (Slenes, 2004; Scheffer, 2015). Fato este que foi retratado pela literatura ficcional da época, a qual era utilizada como forma de repreender e criticar a escravidão.

A exemplo, expõe-se aqui passagem de um conto, chamado “A escrava”, de Maria Firmina dos Reis (1887), sendo a autora, filha de mãe forra, a primeira escritora negra e antiescravista de que se tem notícia no Brasil. Contada em primeira pessoa, a narrativa se passa em alguma vila indefinida da Bahia, região de engenho e produção de açúcar. Trata-se de uma senhora abolicionista que socorre e abriga em sua casa uma escrava fugida e o filho, Gabriel. A escrava padece na casa da senhora e do leito de morte chama pelos seus filhos traficados:

³⁰ Moura (2013) define que os comboios eram os lotes de escravos, conduzidos pelos comboieiros, até os senhores interessados em sua compra.

- Carlos!...Urbano...
- Não, minha mãe sou Gabriel.
- Gabriel, – tornou ela, com voz estridente. – É noite, e eles para onde foram?
- De quem fala ela? – interoguei Gabriel, que limpava as lágrimas na coberta da cama de sua mãe.
- É doida, minha senhora; fala de meus irmãos Carlos e Urbano, crianças de oito anos, que meu senhor vendeu para o Rio de Janeiro. Desde esse dia ela endoideceu (Reis, [1887] 2018, po. 2748).

Apesar de tais obras literárias serem ficcionais, há de se ressaltar que seus autores e suas publicações eram do século XIX. Desta forma, os escritores estavam inseridos no universo simbólico de uma sociedade escravista, e, por isso, seus livros transmitem os valores, tecem as críticas e revelam o imaginário advindo do vivenciado naquilo que os rodeiam.

Conforme explica Chalhoub (2019), é muito comum na literatura ficcional crítica à escravidão construir verossimilhanças com os acontecimentos políticos referentes ao cativo e com as situações cotidianas protagonizadas entre senhores e homens e mulheres escravizados. Dessa forma, neste rol de obras, habituou-se ver narrado o sofrimento da mãe escrava e o abuso sexual sofrido pela mulher escravizada por parte do seu senhor.

Maia (2017) também trata de obras literárias antiescravistas brasileiras como fonte para análise social e histórica da época em questão. Diz ela que muitos dos escritores críticos à instituição eram, na verdade, contra os excessos do regime escravista, mas não propriamente abolicionistas, o que os fazia defender uma espécie de reforma do regime, abarcando a humanização do cativo e o bom senhor. Tais valores eram transmitidos pelas linhas editoriais das publicações oitocentistas. “Diversos grupos políticos discutiam o futuro da escravidão e as alternativas para substituí-la ou prolongá-la, em um momento em que poucos diziam-se favoráveis à escravidão, mas que a maioria era contra o fim do sistema escravista” (Maia, 2017, p.13).

A propósito das alternativas para se prolongar o modelo de produção escravista, para além do tráfico interno, ficou rapidamente subentendido entre os membros da classe senhorial que a escravidão devia procurar uma forma de se auto sustentar, de produzir sua própria mão de obra. Ou seja, o regime passou a ansiar pela reprodução interna de escravos nas *plantations*.

Espelhando-se no que ocorria em outros países remanescentes escravistas, a classe senhorial logo passou ao incentivo da reprodução natural e à propagação de discursos de como era possível provocar o crescimento vegetativo da população cativa. Apoiavam-se no exemplo norte-americano, onde ocorreu um acentuado aumento da população escrava após o fim do tráfico negreiro transatlântico naquela zona (Marquese & Parron, 2011). Os saquaremas chegaram a falar

explicitamente no parlamento e na imprensa sobre a potencial reprodução natural da escravaria como forma de repor trabalhadores para as *plantations*.

Não é à toa, portanto, que os investigadores que se debruçaram sobre a natalidade escrava verificaram uma taxa positiva e uma acentuação da tendência à reprodução natural da escravaria após 1850 (Paiva & Libby, 1995; Slenes, 1976). Paiva e Libby (1995), por exemplo, mostram que em Minas Gerais, onde desde o fim do ciclo do ouro a produção destinou-se primordialmente a gêneros alimentares para mercado interno, a tendência de reprodução biológica e crescimento da população escravizada era alta e prevalecente mesmo antes das ameaças ao fim do tráfico negreiro. Lembra-se que uma região serrana faz frente à vista do mar desta província, o que dificultava o acesso ao mercado de escravos e a compra massiva de trabalhadores escravizados. Já Salles (2008) e Pessoa (2017) executaram análises demográficas escravas especificamente sobre *plantations* voltadas à exportação do café.

Segundo Salles (2008), a constatação do crescimento vegetativo da população escrava, isto é, natalidade acima da mortalidade, é uma das razões para se desconsiderar os anos seguintes a 1850 como um momento de declínio do regime escravista. De acordo com o pesquisador, entre 1851 e 1865, a produção do café no Vale do Paraíba pode ser classificada como a fase do apogeu do regime escravista e, entre 1866 e 1880, da grandeza. Isto porque os cafezais, embora tenham reduzido sutilmente sua produção, ainda garantiam um bom negócio às fazendas, sendo este “baseado na propriedade de planteis de cativos num quadro em que a população tendia à auto-reprodução natural” (Salles, 2008, p. 152).

Este investigador apurou a alta da reprodução natural, principalmente, por meio de dados coletados em inventários de senhores de escravos de Vassouras, cidade que concentrava a elite cafeeira do Vale do Paraíba, considerada o coração do Império, “o principal centro urbano irradiador da cultura e do modo de vida senhorial” (Salles, 2008, p. 146).

Segundo ele, em 1820, as *plantations* cafeeiras de Vassouras eram compostas por 68,9% de africanos. Na década de 1840, este percentual subiu para 74%. Passados 20 anos, altera-se o quadro, sendo as *plantations* dominadas por 54% de crioulos, isto é, negros nascidos no Brasil. E, em 1970, o *ratio* praticamente inverte-se, uma vez que os crioulos representavam 68,1% dos trabalhadores escravizados. Portanto, verificou-se que, a partir da década de 1860, os trabalhadores escravizados já nascidos no Brasil predominaram nas *plantations* vassourenses.

Por fim, Salles (2008) reitera que por meio dos inventários foi verificada uma tendência constante de crescimento na proporção de escravos anotados como filhos de outros cativos a partir da

segunda metade do século XIX. Diz o autor que entre 1821 e 1844 não há qualquer registro de filhos de escravos nos referidos documentos, ou seja, essa informação era considerada irrelevante e, portanto, subnotificada. Conclui que “esse fato, por si só, já é um indício do pouco valor que se conferia aos nascimentos e às crianças antes de meados da década de 1840” (Salles, 2008, p. 237).

Pode-se ter como exemplo o inventário de um senhor escravista, Joaquim Soares de Castro Rocha, morto em 1876, que deixou terras e 106 escravos aos seus seis filhos. Dos cativos, 98 eram valorados no testamento, 52 eram homens e 46, mulheres. 31 dos homens tinham menos de 15 anos, cinco tinham entre 16 e 22. Quanto às mulheres, 28 tinham até 15 anos e sete tinham entre 22 e 28 anos. “Tratava-se, assim, claramente, de um plantel com uma pirâmide etária equivalente a uma população em crescimento vegetativo”, rematou o autor (Salles, 2008, p. 216).

Quanto ao Pessoa (2017), a análise de seu estudo sobre demografia escrava foi realizada com base num livro de controle interno das fazendas de Joaquim José de Souza Breves, o Rei do Café. A alcunha faz jus às suas 25 fazendas espalhadas pelo Vale e os cerca de 6 mil escravos empregados no cultivo de seu complexo cafeeiro. No referido livro encontra-se o controle de nascimentos, batismos, casamentos e óbitos dos trabalhadores das fazendas entre 1864 e 1888.

Este autor aferiu que, durante este intervalo de tempo, nasceram 1.363 filhos de cativos em 16 fazendas de Breves. Pessoa (2017) afirma que os dados encontrados desnudam a dimensão do desenvolvimento vegetativo da população escrava nas senzalas deste senhor. Fato interessante é que, conforme captou o autor, as quatro maiores dessas fazendas foram responsáveis por quase 64% dos nascimentos. Esta informação faz brotar uma curiosidade a respeito da possibilidade de o senhor dar mais incentivo à reprodução natural em algumas de suas fazendas e menos em outras.

Nesta temática, o pesquisador cita o irmão de Joaquim Breves, também *planter* da região, José Breves. Conta ele que em uma das fazendas de José toda a escravaria estava unida por laços familiares, enquanto em outras menos da metade tinha laços de parentesco naquela comunidade escrava. “A montagem dessa cartografia social certamente passava pelos interesses e perspectivas dos senhores em relação a cada unidade”, observa Pessoa (2017, p. 472).

Diante da nítida dependência da reprodução biológica da escravaria para continuidade do modelo de produção escravista, o assunto passou ao tocante dos críticos do regime, que enfatizavam o sofrimento que a escravidão trazia às mulheres escravizadas, responsáveis por darem à luz (Maia, 2017). Rondava no imaginário coletivo e nos diálogos entre os contrários ao regime a ideia de que havia criatórios de escravos, isto é, locais destinados às relações sexuais entre escravos cujo objetivo era traficar a prole resultante (Moura, 2013).

Algo similar ocorreu nos Estados Unidos. A possível existência de locais especializados em reprodução de escravos era utilizada para fomento argumentativo contrário à escravidão. No caso, abolicionistas diziam que havia locais nos estados de Virginia e Maryland que se dedicavam integralmente a esta atividade, com o objetivo de abastecer o tráfico interno. No entanto, isto nunca ficou devidamente comprovado na historiografia americana (Marques, 2017).

No Brasil, quem escreveu sobre a existência de criatórios de escravos foi Ewbank (1973, como referido em Moura, 2013), um viajante americano que esteve no país entre 1845 e 1846, tendo escrito sua obra posteriormente, chamada “Vida no Brasil”. Nela, afirma que havia no mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro escravos fadados unicamente à reprodução. Seus filhos eram cuidados até idade apta para trabalhar em fazendas da Ordem no interior do país.

Não negando por completo a veracidade dos criatórios, a historiografia brasileira tem considerado sua existência mais como uma fábula, sem qualquer tipo de comprovação documental. Acredita-se que a construção deste imaginário se deu exatamente pelo aumento da reprodução natural ao longo do século XIX (Salles, 2008). O que se sabe, de fato, é da existência da Fazenda Santa Cruz administrada pelos jesuítas, que chegou a ter 700 escravos sem nunca ter feito uma aquisição massiva de africanos. Contudo, lá, a reprodução não ocorreu de forma coercitiva. As famílias escravas expandiram-se devido ao tratamento conferido a elas pelos jesuítas, que administravam a escravaria segundo preceitos cristãos. Aos escravos, eram concedidos espaços próprios à alimentação e cultivo, habitação às famílias e autonomia na vestimenta (Marquese, 2004).

Apesar de o criatório ter grande chance de ser algo fantasioso, não se pode negar que os senhores de escravos nutriam grande interesse em ver a prole da escravaria aumentada. Para além de conseguirem manter ativo o cultivo de suas *plantations*, executado unicamente por força humana, com o fim do tráfico transatlântico o escravo passou a ser considerado um bem mais caro e, conseqüentemente, uma fazenda com muitos escravos era uma propriedade mais valorizada (Salles, 2008). Este fato também pode ser verificado na literatura ficcional da época.

É o caso de “Fantina: cenas da escravidão”, escrito pelo antiescravista Francisco Coelho Duarte Badaró em 1881. O romance se passa na década de 1870 e tem Fantina como protagonista, uma jovem escravizada de pele mais clara, muito cobiçada pelo marido de sua senhora. Na passagem que demonstra o interesse dos *planters* na reprodução da escravaria, a referida senhora descansa na varanda da casa-grande e observa o pátio da senzala, onde crianças brincavam.

D. Luzia voltou à varanda e distraída contemplava uma porção de criulinhos que brincavam no terreiro. Com o pensamento concentrado naqueles animais domésticos, ela considerava sua

fortuna crescente, mas logo uma sombra negra como a desgraça a enlutava (Badaró, [1881] 2019, p. 79).

No excerto é possível notar a presença de três temáticas aqui já abordadas. Primeira, as crianças eram crioulas, portanto brasileiras e, intui-se, nascidas porteira a dentro. Segunda, representavam um crescimento da fortuna da senhora, podendo elas serem valoradas de distintas maneiras, desde a possibilidade de serem comercializadas como uma *commodity*, tão quanto na valorização de sua propriedade. E terceira, a “sombra negra”, em referência à Lei do Ventre Livre, que no recorte temporal desta passagem, vinha sendo discutida em Parlamento. Ou seja, a senhora considerava a regulação uma “desgraça” porque sabia que, aprovada a medida, as crianças nascidas do ventre escravizado seriam ingênuas, livres, e conseqüentemente perderiam seu valor de mercado e o valor que agregavam à sua propriedade. Potencializando a desgraça da senhora, a lei tornava o fim da escravidão previsível.

Então, pode-se dizer que só o fim do tráfico transatlântico de escravos não ocasionou crise no modelo produtivo escravista. No entanto, a escassez e encarecimento do escravo no mercado despertou uma crise social nos diversos âmbitos e classes da nação escravista. Postulada como uma sociedade escravista elástica, uma vez que o mais baixo integrante da pirâmide social brasileira, o escravizado, podia ansiar – e não havia nada legalmente estabelecido que o impedisse – pela alforria e ele próprio se tornar um senhor de escravo, essa característica se perdeu no avançar do século XIX. Salles (2008) explica que tal elasticidade foi desaparecendo a partir de 1850 porque o fim do tráfico internacional de escravos desencadeou uma concentração social e territorial dos plantéis de cativos.

Elucida-se: a posse de escravos era comum para grande parte do tecido social brasileiro. Havia pequenos proprietários de escravos em quase toda hierarquia e geografia social brasileira, nas áreas urbanas, onde eram adquiridos para serviços domésticos, manufaturas, até mesmo para serem alugados, e nas áreas rurais, tanto nas *plantations* como em pequenas propriedades dedicadas à produção de insumos de primeira necessidade. Contudo, com a redução da oferta de escravos no mercado, o trabalhador escravizado se tornou um bem mais requerido que só os muito abonados podiam adquirir.

Ou seja, reduziu-se a coesão social em torno da escravidão, tendo em vista que, anteriormente, era mais fácil manter o ideal escravista vivo no consciente coletivo quando todos podiam ser ou desejar ser senhores de escravos, o que sinalizava uma possível mobilidade social. Conforme explica Salles (2008), a impossibilidade de ter cativos reduziu a base solidária subalterna à ordem escravista.

Mais ainda, facilitava a manutenção ou o estabelecimento de laços de solidariedade entre os setores livres pobres e os escravos, uma vez que tanto os primeiros quanto os segundos

permaneciam adstritos ao mundo do trabalho. Nessas novas condições, a liberdade, antes concedida, transformava-se em direito a ser conquistado (Salles, 2008, p. 67).

Ainda, o fim do tráfico internacional piorou a vida dos próprios crioulos. Antes beneficiados diante dos africanos, com melhores trabalhos e mais confiança dos senhores, a escassez e a alta do preço do escravo fez com que aqueles que tinham melhor condição de trabalho fossem novamente remetidos às *plantations*. Ainda, como a imigração interna era destinada primordialmente à região sudeste, o escravizado imigrado podia ter sido retirado de um lugar de cultivo tradicional para ser colocado ativo em lavouras onde o trabalho era executado em turmas, com ostensiva supervisão (Salles, 2008; Slenes, 2004).

Sobre este assunto, também é costume destacar o aumento da rigidez dos senhores sobre o trabalho escravo, que precisava render mais com menos trabalhadores. Ou seja, todo o período resulta numa degradação da vida individual escrava, já que o trabalhador escravizado corria o risco de ser vendido no tráfico interno e separado de sua família e comunidade, bem como podia perder direitos e concessões já conquistados, além de estar submetido a um trabalho mais árduo. Desta forma, é possível afirmar que o período também simbolizou uma quebra do suposto paternalismo da relação do senhor e seus cativos (Salles, 2008; Slenes, 2004).

É de se esperar que a derrocada na qualidade de vida escrava tenha tido uma reação por parte da população escravizada, e bem teve. A resistência escrava foi algo presente ao longo de todo o período escravista brasileiro, tendo momentos em que mais se apaziguou e em outros que se acirrou, como é o exemplo do levante escravo em Salvador, a Revolta dos Malês, em 1835.

Segundo Salles (2008), o escravizado teve papel fundamental no processo de destruição do regime escravista brasileiro, não podendo o fim da instituição ser unicamente interpretado como resposta às pressões externas ou vontade da classe dominante. Em convergência, Marquese (2015) expõe que cavou-se a cova da escravidão internamente. Segundo ele, o regime já sufocava internacionalmente desde que não mais protegidos pelos Estados Unidos na liderança da referida internacional escravista. Quanto às pressões antiescravistas de fronteiras para dentro, a agência escrava desferia golpes de resistência, mas não ultrapassava as rígidas estruturas escravistas do país. Ambos citam que o completo rompimento de tais estruturas ocorreu a partir de 1880, com uma aliança entre os abolicionistas brasileiros e o povo negro, que passou a ser respaldado e incentivado às revoltas. No transcorrer de um moroso decurso de enfraquecimento, a derrota do regime escravista culminou “um longo processo histórico de acumulação de forças” (Salles, 2008, p. 60).

Foi uma morte lenta. A Lei do Ventre Livre, promulgada no início da década de 1870,

pressagiou a validade do modelo escravista de produção. Ela desmantelou o sonho senhorial do plantel escravo se auto reproduzir e, com isso, a escravidão poder ser eternamente sustentável. Essa alteração na legislação escravista fez com que os saquaremas não tivessem o mesmo poder dentro da assembleia representativa, uma vez que o peso da moeda já era outro. Conta Slenes (2004) que, na década de 1880, os próprios representantes do centro-sul aprovaram uma taxa sobre vendas internas de escravo que fazia do tráfico impraticável e a compra desvantajosa. Isto porque tal bancada tinha receio de que os *planters* nordestinos vendessem seu contingente escravo e, logo a seguir, pedissem a abolição. Insustentável, a escravidão acaba em 1888 com a sanção da Lei Áurea, escancarando uma outra crise, a do Império. Como por um cordão umbilical em que um não pode sobreviver sem ser nutrido pelo outro, a monarquia agonizou e a República brasileira foi instituída no ano seguinte.

Espera-se que, ao longo de todos esses parágrafos, o leitor tenha captado a relação entre o escravismo nacional inserido no funcionamento de um processo global do sistema interestatal. A manutenção do modelo de produção escravista passou por vários desafios, transformações de ordem política, social e diplomática, sendo que a impossibilidade de sua reprodução pairou sempre como assombração contínua à sustentabilidade do regime. Até 1850, como já se sabe, a reprodução social do modelo – o que incluía, primordialmente, como se angariava portadores de força de trabalho a serem explorados para a produção – concretizava-se externamente. Os trabalhadores escravizados eram capturados na África para serem coercitivamente empregados nas lavouras cafeeiras. Portanto, pode-se dizer que, até a Lei Eusébio de Queirós, existia um modelo de reprodução escravista particular, de imigração forçada.

Após a referida lei, o modo de produção escravista para exportação já não mais conseguiria reproduzir-se de tal maneira. A reprodução do modelo sofreu uma alteração, apostando-se agora no tráfico interno e na reprodução geracional dos portadores da força de trabalho. Desta maneira faz-se crer que, apesar de levar o nome de “natural”, a reprodução da escravaria, que demonstra ter tido um acentuado crescimento neste período, foi manipulada, ou seja, desenvolveu-se um novo modelo de reprodução escravista a dar conta dos interesses dos exploradores da força de trabalho gerada.

Já foi uma crença, à época, que o criatório de escravos era a forma adotada para reprodução da força de trabalho escrava. Atualmente, as pesquisas dedicam-se mais sobre a formação da família escrava, que ganhou maior importância aos senhores escravistas após o fim do tráfico internacional de escravos. A fim de explorar a possível existência de um então processo de reprodução escravista, procurar-se-á formas de compreender como este modo de controle de reprodução pode ter ocorrido. Tentar-se-á perceber se as taxas de natalidade desenvolvidas a partir dali foram, de alguma forma,

produzidas e instigadas por aqueles que tinham interesses econômicos entrelaçados ao tamanho de seus planteis de cativos.

É certo de que havia uma esperança dos senhores de escravos de, ao conquistar uma taxa de crescimento vegetativo positivo no interior de suas *plantations*, o modo de produção escravista ser eternamente exequível, dependente apenas da fertilidade do ventre escravizado, capaz de reproduzir novos trabalhadores e, até mesmo, fomentar o mercado interno de escravos. Agora, resta confirmar como este desejo se manifestava no mundo concreto da escravidão. Para tanto, será realizada uma pesquisa documental nos manuais de agricultura do século XIX, os quais orientavam as práticas escravistas dos administradores agrícolas, para conferir se se desenvolveu, no recorte em questão, uma forma de reprodução específica do modelo escravista inserida no contexto da economia-mundo capitalista.

2.2. Os manuais de agricultor como fonte de pesquisa da escravidão brasileira oitocentista

No âmbito da sociologia histórica, a temática deste trabalho recai sobre estruturas e ações sociais que alvoram em um sistema social histórico. Aqui revisita-se o debate sobre a expansão e funcionamento do sistema mundial moderno lançando mão de um quadro analítico alternativo: o foco não é a produção capitalista destinada às trocas num mercado mundial, mas sim sua reprodução. Pode-se dizer também que esta investigação é, portanto, uma revisitação da teoria da reprodução social provocando-se o alinhamento à economia-mundo capitalista. E, se assim a faz, é preciso inserir nesta perspectiva a divisão internacional e axial do trabalho, a periferia e, portanto, a escravidão.

Para os dispostos ao estudo do sistêmico, pudera então o reduto da reprodução social, a renovação da força de trabalho, ter sido uma questão central durante o período escravista. Ora, foi. Diante da possibilidade do estudo, prosseguiu-se a auto instigação de como, por que, em que momento a reprodução se coloca como um problema para este sistema social, qual é o universo deste sistema, onde a escravidão se insere e o motivo de ser assim organizada. Incontornavelmente, o assunto foi aderindo cada vez mais às especificidades de sua organização local. No entanto, inserida de seu início ao fim numa dinâmica global, permitiu o questionamento: as forças estruturais de um sistema social pesam sobre a reprodução social escravista no seu âmbito local?

A especificidade do problema aqui retratado não é mais viva no tempo conjuntural, mas já que ela foi de uma formação estrutural que ainda persiste, e o sistema social que uma vez assentou nesta

estrutura ainda não foi superado, é plausível que a dinâmica que congregou a problemática ainda esteja engendrada na organização social presente.

Apoiando-se em Wallerstein (1991), pode-se dizer que este trabalho alçado pela sociologia ultrapassa fronteiras disciplinares. Segundo o teórico, na análise de sistema-mundo, limitar-se ao universo disciplinar é uma barreira para o avanço do conhecimento. Ele atesta que é possível encontrar mais semelhanças teóricas e metodológicas nas fronteiras entre os campos disciplinares do que dentro de uma única disciplina. Especificamente ao estudo do sistema-mundo, o autor diz existir três arenas do pensar onde explicam-se as ações humanas coletivas – a econômica, a política e a sociocultural –, sendo que elas não possuem lógicas de funcionamento distintas. Como quem diz: agora vou agir economicamente; enquanto o outro age pura e simplesmente na lógica da cultura. Isto não existe na ação humana e, portanto, a análise do sistema-mundo não deve fragmentá-la.

O autor sublinha que o sistema-mundo é, sobretudo, histórico, isto é, opera com a mesma lógica por um extenso período de tempo, tendo início e fim. Relembra que este sistema social é dinamizado pela economia-mundo capitalista, que tem na acumulação sem fim de capital seu objetivo. A lógica desta acumulação favorece a distribuição desigual da mais-valia acumulada “em favor daqueles capazes de conquistar vários tipos de monopólios temporários em cadeia de mercado” (Wallerstein, 1991, p. 247)³¹. Uma vez que tal lógica é operante no sistema ao longo de toda sua sobrevivência, é possível compreender a formação das estruturas que a sustentam recortando um período temporal suficientemente longo para identificar as que determinaram aquele funcionamento. Isto posto, cabe dizer que a história abriga, então, as disciplinas do saber sistêmico.

Contudo, a pesquisa sobre algo que aconteceu no passado impõe alguns desafios. Não há mais fontes diretas para pesquisar, indagar e observar e, desta maneira, saciar as dúvidas suscitadas. Diante de um conjunto de eventos que ocorreram no século XIX, há de se pesquisar com aquilo que o tempo histórico nos deixou comprovando a materialidade de sua existência. Por isso, nesta situação será necessário realizar uma pesquisa documental, sendo o documento histórico do período retratado a fonte primária para compreensão da problemática proposta.

Quanto a este tipo de pesquisa, Lara (2008) explica que é impossível ao investigador recorrer a todos os textos escritos no passado. É preciso, portanto, fazer uma seleção do material que será coletado e utilizado para, depois, transformá-los em fontes de informação e reflexão. Ou seja, o documento ou o conjunto de documentos passa por um processo de transformação até se tornar uma fonte de pesquisa, o qual será explicado a seguir.

³¹ No original: “in favor of those able to achieve various kinds of temporary monopolies in the market network” (Wallerstein, 1991, p. 247).

Vias de regra, os documentos textuais não foram produzidos com o objetivo de registrar a história; eles visavam fins específicos. Assim sendo, o material observado muito dificilmente tratará explicitamente daquilo que está sendo investigado e, por isso, cabe ao investigador fazer perguntas ao documento, recorrendo a estratégias capazes de retirar daqueles papéis informações necessárias para obter respostas. É preciso, sobretudo, estar atento a quem escreveu, com que objetivo e a quem se destina. Seguidamente, cruzam-se e combinam-se as informações angariadas para formatar o enquadramento do assunto analisado (Lara, 2008).

A autora lembra que todos os documentos são “opacos”, isto é, não se vê uma história translúcida a partir do que é informado por ele. Eles “não nos dão acesso aos fatos do passado, mas apenas ao gesto da escrita que eles conservam e registram”. É preciso, portanto, realizar a leitura do documento não se restringindo apenas ao que está escrito, mas ao modo que está escrito, o motivo de sua produção e como se deu sua circulação (Lara, 2008, p. 20-1).

É sob este cuidado, a fim de fazer com que um tipo de documento histórico se transforme na fonte primária desta investigação, que os manuais de agricultura brasileiros do século XIX serão tateados. Eles serão observados a partir de um questionamento geral, correspondente às seguintes questões: procurou-se formas e normas de provocar a reprodução natural de escravos a fim de aumentar o plantel de cativo? Se sim, pode-se dizer que esse conjunto de formas e normas se enquadram em um processo de reprodução? Se sim, este processo de reprodução é escravista, adequando-se às possibilidades da produção escravista?

À vista destas questões, reitera-se que, neste trabalho, os manuais serão perguntados sobre um possível processo de reprodução escravista com enfoque na reprodução biológica. Como objeto que reúne as práticas de gestão de escravaria da época, procurar-se-á identificar e cartografar o conteúdo relativo à administração de escravo que compete à esfera da produção e o que compete à esfera da reprodução. Do quadro da reprodução, objetiva-se compreender (i) qual era o ideário de normatização de práticas reprodutivas e como este era apresentado; (ii) quais atividades estavam expressas para cumprir com o objetivo da reprodução, (iii) se o assunto foi transformado ao longo do tempo de manual para manual, isto é, se passou a agregar outras práticas, intensificou, modificou ou explicitou o assunto, entre outras coisas. Destaca-se que tais revelações serão observadas com o olhar da teoria da reprodução social e, inversamente, a referida teoria será observada sob a lógica desta reprodução.

Os manuais de agricultura já foram fonte de pesquisa para diferentes investigadores, embora nenhum deles, para já, tenha olhado para o material desta mesma maneira, ou seja, a informação que

se buscava era diferente da que esta investigação deseja encontrar. Contudo, não é incomum que estes estudos toquem na temática da reprodução de alguma maneira, conforme será adiante apresentado.

Sem riscos de carregar demais na tinta, é possível afirmar que quem pesquisou mais profunda e alargadamente sobre o objeto foi Marquese (2004). Num estudo comparado entre Brasil, Estados Unidos e Cuba, países que se inserem no contexto da segunda escravidão e que normatizaram as práticas escravistas através de manuais de agricultura, ele procura compreender qual era o ideário que rondava a administração de escravos na abrangência de três séculos de escravidão, de 1660 a 1860.

Diz ele que a administração da escravaria foi a principal questão enfrentada pelos *planters* das zonas escravistas que tinham a produção voltada ao mercado mundial. Escritos por administradores de fazendas, os manuais podem ser vistos, dentro da ordem social à época vigente, como normatizador das práticas escravistas, tal qual um guia de intervenção na gestão da escravaria.

A análise dos textos prescritivos sobre administração de escravos permite examinar o quadro mental e material envolvido no ato de elaboração das ideias sobre o assunto, pois esses textos foram organizados com base em concepções formuladas em redes de conhecimento historicamente distintas e pretenderam intervir em contextos materiais específicos, isto é, buscaram responder aos problemas das sociedades escravistas a que pertenciam seus autores (Marquese, 2004, p. 12).

Quanto ao tema da reprodução no Brasil, o autor o identifica presente desde os primeiros documentos referentes à gestão escravista do século XVIII, escritos geralmente por jesuítas da Companhia de Jesus, que desenvolveram uma espécie de teoria cristã da administração de escravos, mas apresentou circulação irrisória entre os proprietários rurais brasileiros. Já na segunda metade do século, o autor notou uma reformulação no conteúdo dos manuais publicados, que caminhou junto da entrada dos ideais iluministas no pensamento português. As normas de gestão de escravaria deixaram de ser guiadas pelo pensamento católico e assumiram razões econômicas, sempre justificadas pelo aumento de produtividade. Contudo, durante todo esse período, os senhores de escravos não eram os autores dos guias práticos de cuidados de escravaria e cultivo agrícola. Portanto, o ideário estava afastado do que de fato acontecia no âmbito das práticas sociais escravistas brasileiras (Marquese, 2004).

A produção brasileira de manuais de agricultura pelos proprietários rurais do Brasil começa a aparecer no século XIX. Neste sentido, é importante tomar nota sobre uma outra concebível influência da vinda da corte portuguesa à sua colônia sul-americana, que pode ter dado mais autonomia de gestão de escravaria aos senhores de escravos da então América Portuguesa. Junto dela, veio a prensa

e só a partir daí passou-se a ter publicações produzidas e impressas no próprio território brasileiro (Romancini & Lago, 2007). A partir de então, os manuais de agricultura passam a ser o material que engloba toda a informação relativa à gestão de escravaria e às técnicas de cultivo.

A temática da reprodução foi abordada nestes três momentos de modo distinto, observou Marquese (2004). Num primeiro momento, no conteúdo sobre gestão de escravaria elaborado pelos jesuítas, a reprodução natural de escravos era tratada como mais um item para corresponder à moralidade cristã, por isso a família devia de ser preservada, dando condições para tal, como habitações que permitiam maior autonomia. No segundo, dos ilustrados portugueses, a reprodução natural da escravaria praticamente passou em branco. Embora associassem o crescimento da população escrava ao crescimento da riqueza do reino, esta não era um assunto estendido. E, por fim, no terceiro momento, a reprodução foi tema presente em todos os manuais, estando correlatada à autossuficiência da fazenda e à disciplina escrava.

Rodrigues (2010) é outra autora cuja análise dos manuais recaem sobre a temática da reprodução, principalmente quanto à esfera dos cuidados. A pesquisadora compreende, a partir destes documentos, que desde a ameaça do fim do tráfico negreiro transatlântico o ideário da gestão escravista já detinha preocupações quanto à reposição dos planteis de cativos, uma vez que tinham alta taxa de mortalidade. Entre os modos de reprodução de vida dos escravos – embora não use este termo –, encontrou recomendações sobre alimentação e habitação escrava a fim de manter a escravaria saudável. Diz ela que, incisivamente, os manuais informavam sobre doenças comuns e suas causas e, depois, o tratamento adequado, que geralmente era uma solução higiênica ou receituário de medicinas disponíveis no ambiente rural.

E ainda é possível citar Santos (2016), que faz uso dos manuais para compreender como o discurso da reprodução natural da escravidão foi se naturalizando entre os senhores de escravos diante do irremediável e, posteriormente, em voga fim do tráfico internacional de escravos. A autora destaca que os manuais apresentavam forma e conteúdo que alimentaram o discurso legal de senhores e juristas sobre a reprodução natural de escravos. Guiados pelo princípio romano de “*partus sequitur ventrem*”, o qual limita o filho à condição da mãe em razão da dependência da bebê nos primeiros anos, senhores de escravos passaram a se apoiar na normativa para justificar a contínua escravização de crioulos. Atesta ela que essa posição foi reproduzida e ampliada pelos manuais.

Após esse breve resumo do já estudado sobre reprodução de escravos nos manuais de agricultura do século XIX, confere-se que o assunto foi abordado com objetivos diversos, mas não sob o prisma de um processo de reprodução social escravista. A partir de agora, o que se propõe é observá-

los com estes olhos.

Dos manuais publicados no Brasil oitocentista, aqui se pesquisará quatro: “O Manual do Agricultor Brasileiro”, de Augusto Taunay (1839); “Memoria sobre a Fundação de huma Fazenda na Provincia do Rio de Janeiro”, de Francisco Peixoto de Lacerda Vernek (1847); “Ideias sobre a Colonização, Precedidas de uma Succinta Exposição dos Principios Geraes que Regem a População”, de Luís Peixoto de Lacerda Werneck (1855); e “Manual do Agricultor de Generos Alimenticios”, de Padre Caetano da Fonseca (1863). Foram eles os que tiveram circulação mais relevante, e seus autores eram de fato inseridos na conjuntura do cultivo agrícola e da gestão da escravaria, bem como impactados pelo contexto agroexportador brasileiro.

3. A acumulação pelo domínio do ventre negro: contornos e práticas do processo de reprodução escravista

Os manuais de agricultura publicados ao longo do século XIX no Brasil poderiam ser compreendidos como a expressão material do pensamento dominante da época relativo à reprodução da escravidão, com fins de dar continuidade à produção agrícola brasileira e, para tanto, manter aquele ordenamento social bem como estava dividido entre proprietários rurais e trabalhadores escravizados. Se assim fossem observados, tais documentos estariam mais bem assentados como uma coletânea historicizada da reprodução societal da época, isto é, a reprodução do sistema social no qual tais sujeitos se alocavam.

A reprodução societal não é sinônimo da abordada pela teoria feminista da reprodução social, embora dela seja suscitada. Conforme distinguiram Brenner e Laslett (1989, p. 383), a terminologia societal aponta para a reprodução social conforme definida nos postulados marxistas, referente à “perpetuação de modos de produção e de estruturas de desigualdade de classe inscrito dentro deles”³². Neste sentido, acredita-se que a compreensão societal da reprodução mais se assemelha aos modos de reprodução e dominação de Bourdieu (2020), que argumenta que uma determinada sociedade tende a perseverar em razão das estruturas pelas quais se organiza e também da disposição dos agentes que dela fazem parte. Quanto às estruturas, estas revelam-se em aparatos e mecanismos que resguardam a sucessão de variados capitais, fazendo com que aos dominantes sucedam sempre mais capitais do que aos dominados, mantendo-se com isso as desigualdades de determinada formação social. Ainda, diz que essa sucessão se realiza por estratégias de transferência de capitais, por exemplo

³² No original: “the perpetuation of modes of production and the structures of class inequality inscribed within them” (Brenner & Laslett, 1989, p. 383).

o casamento. Tais estratégias adentram o *habitus*, a tal disposição consciente – que pode ocorrer, por exemplo, quando se organiza uma ação coletiva para romper com a estrutura ou para adaptá-la a fim de sua perpetuação – ou inconsciente de pensar e agir constituída de acordo com a condição histórico-social dos coevos.

Como um todo, sugere-se que os manuais sejam uma materialização do *habitus* da classe dominante da época, a classe senhorial constituída por proprietários de terras e de escravos, ou seja, da expressão de suas estratégias para reprodução daquela estrutura social que os mantinha em posição de dominância. De outra maneira, pode ser dito que os manuais, então, aglutinam-se num só objeto mergulhado na reprodução societal da escravidão oitocentista brasileira, pois carregam muito das formas de como se dava e se pensava a reprodução deste sistema de relações sociais. Mas não são só isso. É possível direcionar o olhar aos manuais para algo mais específico, que concerne à reprodução social.

Neste sentido enfoca-se, para além das questões de reprodução do modo de produção capitalista e de suas classes, como colocado em Marx, e concentração e transmissão de capitais em grupos dominantes, como colocado em Bourdieu, na dependência da reprodução das desigualdades de gênero para a perpetuação e reprodução do todo social que compõe o sistema capitalista. Em outras palavras, tal teoria permite compreender que a continuidade do sistema capitalista não só depende da reprodução das desigualdades de classe, mas também das desigualdades de gênero (Brenner & Laslett, 1989).

Como apontado no primeiro capítulo, uma vez que o capitalismo opera pela lógica da acumulação sem fim de capital, tem de ser considerado que tal acumulação advém da exploração do trabalhador, que concede sua força de trabalho ao capitalista por um valor inferior ao qual corresponde o rendimento de sua produção. Assim, nas estruturas do sistema também se inserem formas de controle para promover a disponibilidade do trabalhador explorado, espécie humana que é unicamente concebida por meio da gestação, abrigada pelo corpo feminino. Ou seja, é preciso ter controle sobre o corpo feminino e agir sobre ele para fins da reprodução do trabalhador e, ao fim e ao cabo, da reprodução do sistema capitalista como um todo.

Apoiando-se na teoria do sistema mundial moderno, também já se deixou claro que houve mais de um modo de produção capitalista ao longo do desenvolvimento histórico deste sistema. Por isso, como “todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução” (Marx [1867] 2011, p. 780), é urgente ponderar o que pode resultar de uma análise ampliada dos modelos de controle de trabalho da produção capitalista, incluindo-se aí o escravista. Ainda, com o auxílio da

teoria da segunda escravidão, também se viu que, embora tenha sido o modo de produção capitalista escravista que prosperou no Brasil até as últimas décadas do século XIX, circunstanciado como pertencente às regiões periféricas da economia-mundo, ele não foi estático. Isto é, o modo de produção escravista alterou-se ao longo de seu percurso de operação, com efeitos específicos nas suas relações sociais de produção e, se assim for, estas alterações também tiveram de entrar no modelo de reprodução.

Sem mais delongas, o que se promoverá a partir de agora é a análise desses manuais a fim de identificar onde estão estas especificidades da reprodução social escravista, sentenciada pelos autores proprietários rurais e senhores de escravos. Num primeiro momento, será apresentado um quadro geral dos manuais que corrobora a ideia de serem uma expressão dos autores para a reprodução societal da escravidão. Em seguida, efetuar-se-á a análise do que os manuais carregam sobre os três elementos específicos da reprodução social – a reprodução biológica da espécie, a reprodução da força de trabalho e a reprodução do provimento da vida e dos cuidados (Arruzza, 2017) – com atenção a dois momentos distintos da escravidão oitocentista brasileira: o antes e o depois da proibição do tráfico internacional de escravos.

3.1. Quadro geral dos manuais

Como já referido anteriormente, serão aqui analisados quatro manuais de agricultura do Brasil oitocentista, a saber: “O Manual do Agricultor Brasileiro”, de Augusto Taunay (1839); “Memoria sobre a Fundação de huma Fazenda na Provincia do Rio de Janeiro”, de Francisco Peixoto de Lacerda Vernek (1847); “Ideias sobre a Colonização, Precedidas de uma Succinta Exposição dos Principios Geraes que Regem a População”, de Luís Peixoto de Lacerda Werneck (1855); e “Manual do Agricultor de Generos Alimenticios”, do Padre Caetano da Fonseca (1863).

Logo vê-se que cada um foi publicado em uma década diferente do século XIX. O primeiro é da década de 1830, o segundo de 1840, o terceiro de 1850 e o quarto de 1860. Portanto, dois antes e dois depois do fim do tráfico internacional de escravos. Inicialmente, já pode ser dito que todos carregam conteúdo que demarcam este acontecimento no que compete à reprodução da escravidão brasileira, com distinções relativas ao contexto temporal e espacial em que cada autor estava inserido. O resultado é quatro unicidades, visto que cada obra abarca expressões de preocupações e de estratégias à sua maneira, mas sempre voltadas para a produção e reprodução de um Brasil agrícola e

exportador.

Um ponto de partida para o olhar geral sobre os manuais é a percepção de que portam uma característica comum a todos: eles falam para uma classe de semelhantes. Os autores são proprietários agrícolas e senhores de escravos e suas obras se destinam a outros proprietários agrícolas e senhores de escravos. No entanto, há de se ter em conta que se a classe é a mesma ao longo do tempo – no sentido de classe dominante de capitalistas, como colocado por Wallerstein (1979), já que são eles os beneficiários da exploração do trabalho humano para fins de acumulação de capital –, ela também passou por uma reprodução social, esta ocasionada pela renovação geracional endógena. O que se procura aqui dizer é que o autor que publica na primeira metade do século é de seu tempo e seu lugar e fala para outros proprietários de seu tempo e seu lugar; enquanto o autor que publica na segunda metade do século é de uma segunda, ou terceira geração de proprietários oitocentistas, talvez filhos ou netos dos da primeira e transmitem conteúdo que concernem ao tempo e lugar que ocupam enquanto pertencentes daquela mesma classe de proprietários.

Isto é facilmente visto pelos manuais de Francisco Vernek (1847)³³ e Luis Werneck (1855), pai e filho. Sublinha-se que Francisco Vernek foi proprietário de mais de uma fazenda da região de Vassouras, no Vale do Paraíba, e detinha o título de Barão do Paty dos Alferes (Salles, 2008). O progenitor escreve e dedica sua obra para o filho, que, conforme narrativa de sua dedicatória, vinha dos estudos na Europa para a vida agrícola do Vale do Paraíba sem qualquer experiência de administração rural. Vernek procura, então, deixar-lhe um guia de como administrar as propriedades que logo estariam em seu nome. Ele fala de um tempo e lugar em que a escravidão ainda era alimentada pelo tráfico externo, e embora já soasse o alarme de seu fim, o único modo de produção agrícola abordado em sua obra é o escravista. Enquanto seu filho, quando publica seu manual já como administrador rural de um país sem tráfico internacional de escravos, depara-se com outros problemas tangentes à escravidão. Diante deles, promove uma defesa e elaboração de um novo modo de produção para o Brasil, o qual chama de colonização europeia, que bem é a criação de colônias agrícolas cujo trabalho seria executado por trabalhadores livres.

Outro fator que demarca a posição de dominância representada socialmente pelos autores é a própria realização de suas obras. Para a compreensão desta ideia, entra-se na discussão do que se sabe de quem os publicou e como foi publicado. Neste ponto, é possível recuperar o conceito de campo simbólico de Bourdieu (2011), tendo em vista que àqueles que estavam envolvidos na sua publicação eram agentes de um mesmo campo simbólico e, nele, detinham capitais sociais diversos

³³ Em artigos e livros recentes, costuma-se ver o proprietário rural identificado como Francisco Werneck, além de outras adaptações do seu texto ao português atual. Aqui, opta-se pela grafia dos nomes dos autores e de excertos de seus manuais conforme constam nas obras originais.

que, mobilizados, faziam surgir conteúdos onde protagonizava-se o interesse dos seus pares, bem como ajudavam a organizar uma ação social operada por e para um coletivo de semelhantes. Isto é, dentro deste campo simbólico, seus agentes se legitimavam, se destacavam e agiam por meio dele para eles mesmos se beneficiarem.

Começemos com o exemplo do manual de Carlos Augusto Taunay (1839). Francês, este autor já morava no Brasil há mais de duas décadas quando escreveu sua obra. No país, era produtor agrícola de café na região da Tijuca, no Rio de Janeiro. Escreveu a primeira versão do manual em 1829, mas essa ficou engavetada por cerca de dez anos, pois não conseguiu publicá-la integralmente. Em 1833, o proprietário rural aderiu a SAIN (Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional), uma organização da ordem dos proprietários de meios de produção, criada pelo Estado Imperial em 1825 com o objetivo de fortalecer a indústria brasileira, “entendida no período como toda e qualquer atividade produtiva, fosse ela agrícola ou fabril” (Marquese, 2001). Entre as ações de fortalecimento fomentadas pela entidade, encontravam-se publicações que concerniam à agricultura, desde periódicos a livros completos, como os manuais (Marquese, 2004).

Apesar disso, apenas em janeiro de 1839 a obra de Taunay é integralmente publicada, sendo ela uma realização do dono do Jornal do Commercio, Júlio Villeneuve, diário para o qual o autor escrevia com assiduidade. Pouco tempo depois, o manual chegou às mãos do ministro da Justiça e do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos, que também era um dos líderes do Regresso Conservador. Este, por sua vez, indicou a obra à SAIN, que a publicou dois meses depois com distribuição para todo o território nacional (Marquese, 2004).

Em seguida, temos a publicação de Francisco Peixoto de Lacerda Vernek (1847), que escreveu um manual agrícola em 1846 para entregar às mãos do filho, como uma herança cultural de administração de fazenda cafeeicultora, traduzindo-se numa ferramenta de transmissão de capital cultural. Um ano depois o conteúdo tornou-se público, já que editado pelo O Auxiliador da Indústria Nacional, o periódico da SAIN. Posteriormente, o manual ainda teve mais três edições, destas vezes publicados pela editora privada Typographia Universal de Laemmert (Marquese, 2004).

A Typographia Universal, fundada em 1838 na capital do Império, pertencia aos irmãos Eduardo e Henrique Laemmert. Em 1859, já estava estruturada como grande empresa, contando com mais de uma centena de funcionários e operando com máquinas a vapor. Esta editora publicava o Almanak Laemmert, calhamaço com grande credibilidade entre os coevos por agregar informações

sobre comércio e indústria nacional a partir da segunda metade do século XIX³⁴. Seu nome completo era “Almanak administrativo, mercantil e industrial da corte e da província do Rio de Janeiro” e era considerada a publicação mais importante da tipografia, na qual exibiam-se as repartições públicas, companhias e sociedades reconhecidas como parte da capacidade industriosa e comercial do Império, bem como lista de profissionais liberais e principais estabelecimentos de lavoura da província (Donegá, 2009). Tais características levam a crer que estar presente na referida publicação era de grande importância, e ainda mais prestigioso era falar por meio da tipografia ao ser publicado pela mesma, lembrando que *status* é uma das formas de angariar capital simbólico.

Rarefaz-se informações sobre os manuais da segunda metade do século XIX. Quanto à obra de Luiz Peixoto de Lacerda Werneck, o filho de Francisco Vernek, sabe-se que houve ao menos duas edições, uma em 1855 e outra em 1865, ambas publicadas pela editora dos irmãos Laemmert, que nestas versões leva impresso o nome da tipografia como Eduardo & Henrique Laemmert. Ainda, no epílogo do manual, o autor reitera que o conteúdo ali exposto já fora anteriormente publicado em forma de artigos, pelo Jornal do Commercio, o mesmo que estreou o manual de Taunay.

Quanto ao manual seguinte, do padre Antonio Caetano da Fonseca (1963), este autor se apresenta como tendo mais de 20 anos de experiência em administração agrícola. Ele era proprietário rural de uma fazenda em Murié, região mineira do Vale do Paraíba. Sabe-se que era membro da SAIN e que sua obra, além da primeira edição, teve mais duas reimpressões pela Eduardo & Henrique Laemmert (Marquese, 2004).

Adentrando à caracterização geral de cada obra, dediquemo-nos agora à publicação de Taunay (1839), “Manual do Agricultor Brasileiro”. Um livro mais longo e prático, num sentido de que pouco se aprofunda no questionamento crítico do modo de produção escravista brasileiro, mas muito na operação deste modelo de controle de trabalho e nas técnicas agrícolas. A administração da escravaria é o substancial assunto da obra, embora também esteja dotada de outras temáticas condizentes à diversidade de gêneros de lavouras para exportação e produção de alimentos para consumo interno. São 273 páginas, distribuídas entre introdução e outros 18 capítulos, onde incluem-se abordagem explícita sobre a reprodução da força de trabalho escravo e dos trabalhadores escravizados. Resumidamente, predomina-se a visão autoral de que a produção é exportadora, o produto é o café, seu modo de produção é o escravista e o trabalhador é o escravizado. Tal trabalhador é reproduzido, primordialmente, de forma exógena e angariado por aquisição.

Na introdução, o autor descreve um Brasil que possibilita um desenvolvimento agrícola idílico,

³⁴ Informações retiradas do site da Biblioteca Nacional: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicos-literatura/tipografias/typographia-universal-de-laemmert/>

onde tudo pode ser cultivado. Ainda diz que, se aproveitados seus atributos naturais, o país poderia desempenhar o papel de “empório para todos os povos”, assentado na agricultura. Prossegue para o primeiro capítulo, com explicações de como implementar uma *plantation*, abrangendo desde questões relativas à localidade e ao terreno quanto à escolha do gênero a ser cultivado, que varia de acordo com a qualidade do solo presente no local. O autor reforça que, diferentemente da Europa, a fertilidade da terra no Brasil não é um problema, mas há uma desvantagem nesta comparação geográfica: a falta de mão de obra no país tropical.

[...] outras dificuldades compensam essa vantagem, e em primeira linha se apresenta a necessidade de empregar braços de escravos, na compra dos quais se sepulta avultado cabedal, e que obrigam os agricultores, não somente a uma vigilância de todos os instantes, mas tiram também à sua existência o sossego e doçura de coração que o tornam na Europa o exemplar da inocência e felicidade; porque o dono de certo número de escravos rústicos, sendo bom agricultor, preenche somente a metade de sua tarefa, devendo juntamente possuir e exercer as partes que constituem o bom chefe de um pequeno reinado, no qual, por governar despoticamente, e acumular atribuições de legislador, magistrado, comandante, juiz e algumas vezes de verdugo, nem por isso é menos responsável do seu bom governo, do qual depende a prosperidade da família (Taunay, [1839] 2001, p. 48).

No trecho, que revela como o autor vê a figura do fazendeiro – o déspota que governa um pequeno reinado –, da fazenda – o pequeno reino –, e, assim sendo, de seus súditos – os escravizados, também se evidencia as razões pelas quais estes últimos, segundo Taunay, devem ser vigiados e ordenados, já que é desta administração que resulta e depende a fortuna daquele pequeno império. Ainda, mostra que o autor entende a compra de escravos migrados do continente africano como forma predominante de se obter força de trabalho para a agricultura. Em seguida, Taunay julga assim justificado o porquê o assunto mais alargada e densamente forjado no manual é a conduta e a disciplina dos escravizados.

Deste modo, os próximos capítulos são os que mais ocupam páginas da obra, sendo o segundo de posicionamento crítico sobre a escravidão e os escravizados; e o terceiro um manual de tratamento da escravaria, que vai desde disciplina, escorada nos castigos e ensino religioso, às tarefas diárias, alimentação, habitação, vestimentas e relações entre os sexos. O restante do manual desdobra-se, majoritariamente, sobre construção e organização de uma fazenda e cultivo de gêneros agrícolas e animais domésticos, assuntos que, afinal, também concernem ao modo de controle de trabalho escravo, uma vez que todas as atividades desenvolvidas para estes fins eram executadas pelos braços cativos.

Além disso, Taunay não parece ver a escravidão com final premeditado. Ao contrário, demonstra ter na instituição um regime de longevidade, cujo fim está num futuro muito distante. Tais

ideias estão reforçadas nas passagens em que critica a escravidão ao mesmo tempo que diz que essa é vital para a existência da nação. Ainda, justifica o cativo e o tráfico de africanos para o Brasil em razão da inferioridade da raça negra, assegurado pela ideologia do racismo científico³⁵. Para ele, os africanos eram salvos de sua incapacidade civilizacional e melhoravam de vida quando traficados e escravizados nas lavouras brasileiras.

A inferioridade física e intelectual da raça negra, classificada por todos os fisiologistas como a última das raças humanas, a reduz naturalmente, uma vez que tenha contatos e relações com outras raças, e especialmente a branca, ao lugar ínfimo, e ofícios elementares da sociedade (Taunay, [1839] 2001, p. 53).

Já a obra de Vernek (1847), “Memória sobre a fundação de huma fazenda na Província do Rio de Janeiro”, é sem dúvidas a mais curta e concisa delas. Em 31 páginas divididas em cinco capítulos, o autor demonstra algumas preocupações já divergentes das de Taunay (1939). Escrito cerca de três anos antes do fim do tráfico transatlântico, este já estava anunciado e, coerentemente ao seu tempo, a obra já não associa na figura do trabalhador escravizado a preponderância do africano. Contudo, é consonante ao Taunay quanto às relações entre produção nacional, sendo esta exportadora do café, e produtores diretos, sendo o grão cultivado por braços escravizados sob o jugo de um modo de produção escravista. Quanto à renovação da força de trabalho, essa também é predominantemente realizada por meio da compra. O autor preocupa-se com a manutenção da vida dos escravizados, em condição saudável, com o objetivo de evitar perdas financeiras ao proprietário de escravos.

Vernek inaugura seus escritos falando sobre a instalação de uma fazenda, o local ideal onde deve ser implantada e onde seus edifícios devem ser erguidos. Também se preocupa com a produção de alimentos para consumo interno, garantindo que assim o proprietário conquista a união entre “o útil com o agradável, e sem que nada vos custe, tanto que haja habilidade e bom gosto” (Vernek, 1847, p. 11). Seguidamente, trata das obrigações atribuídas ao feitor, descrevendo sua rotina de trabalho, embora sem nunca o chamar de trabalhador. O trabalhador na fazenda de Vernek era apenas o escravizado empregado no cultivo agrícola. Se o escravizado se destinava a algum ofício, já era chamado de operário. Nas palavras do autor: “Tende o cuidado logo, em principio, de pôr alguns moleques a aprender officios, como sejam carpinteiros, ferreiros e pedreiros: em pouco tempo estão officiaes e tendes de casa operarios, tendo-vos aproveitado do lucro da aprendizagem” (Vernek, 1847, p. 20).

³⁵ Quanto ao conceito de racismo científico, Wieviorka (2002) explica que este é trajado de uma atribuição de inferioridade por razões naturais. Isto é, o racismo científico prega que a suposta raça inferior é dotada de características naturais que a inferiorizam moral e intelectualmente. De tal pregação, deriva argumentos sobre a necessária civilização dos inferiores, sendo esta enredada por aqueles que se caracterizam como superiores.

Pode-se dizer que as ideias desenvolvidas por Vernek se articulam numa concepção de autossuficiência da fazenda. Ele sublinha e propõe a redução dos dispêndios para o aumento da fortuna do proprietário, temática na qual se inclui uma adequada administração dos trabalhadores escravizados, compreendida no terceiro capítulo. Lá, Vernek qualifica o modelo de controle de trabalho como um germe que deteriora o Império brasileiro, mas que será curado com o tempo. Ou seja, já há previsibilidade de fim da escravidão. Neste sentido, diz que o trabalhador livre é esquivado do país por conta da abundância de braços cativos e de imensos terrenos de cultivo. Destarte, argumenta que o trabalhador livre não se sujeitaria ao trabalho necessário no Brasil e, por isso, os proprietários agrícolas ficam rendidos ao “cancro roedor”, em alusão ao trabalhador escravizado (Vernek, 1847, p. 16).

Os últimos dois capítulos referem-se às ferramentas que uma fazenda deve possuir e para o que devem ser utilizadas, bem como apresenta culturas de lavoura, divididas entre a produção para exportação, o café, e para a autossuficiência da fazenda, os mantimentos e animais domésticos. Ainda, é no último capítulo que discute os castigos que devem ser aplicados aos escravizados indisciplinados e defende que, para além das penas, os escravizados também podem ser motivados por prêmios, mencionando às técnicas de recompensa, como exposto no primeiro capítulo desta dissertação.

O manual de seu filho Luis Werneck ([1855] 1865), chamado “Ideias sobre Colonização Precedidas de uma Succinta Exposição dos Princípios Geraes que Regem a População”, é sem dúvidas o mais discrepante deles. Isto porque volta-se principalmente às questões da produção supostamente necessárias para o progresso do país. O autor reforça seus desassossegos com o desenvolvimento interno de um país extenso e profundo, amplamente desocupado, salvo pela região costeira. Enxerga como solução para sua ocupação e avanço econômico um cruzamento entre população e produção, ambas proporcionalmente dependentes.

Diz ele que a riqueza de um país consiste na apropriação e transformação da riqueza nativa, demonstrando comungar da conceitualização de trabalho como a produção resultante da intervenção do homem sobre a natureza. Tendo já vasta natureza disponível, o país precisaria apenas desenvolver sua população: “A producção pois augmenta à proporção que, em um paiz ermo e abundante, ou apto para a abundancia, a população se tornar numerosa, e se derramar pelo territorio” (Werneck, [1855] 1865, p. 5).

Pondera que, para tanto, é preciso melhorar a produção de alimentos, chamada de produção dos viveres, a fim de saciar as necessidades primárias e fazer crescer a população nacional. Diz que tal produção tem de ser executada por trabalhadores livres e pequenos proprietários organizados em colônias agrícolas. Como não há trabalhadores livres disponíveis em grande número no país, Werneck

advoga pela imigração voluntária de trabalhadores, preferencialmente europeus.

Quanto à produção para exportação, embora não seja ela a abordagem central do manual, é exposta ainda dentro do universo do modo de produção escravista. Resumidamente, o autor intervém a favor da inserção de outro perfil de trabalhador, o livre, para ser empregado em um novo modelo produtivo. Para a manutenção do modelo produtivo já operante, destinado à exportação, resguarda a reprodução daqueles que ali já trabalhavam, os escravizados.

Então, nas 184 páginas de sua obra segmentadas em 20 capítulos, 13 deles comprometem-se com o desenvolvimento – e como desenvolver – das colônias agrícolas, produção de viveres e possíveis nacionalidades a serem atraídas para o país. A esta imigração o autor denomina colonização. Contudo, as ideias iniciais do manual ainda não tratam somente da imigração voluntária, há também em observância o que ele chama de colonização africana e o crescimento da população escravizada.

Werneck é o que argumenta de forma mais intelectualizada e, mais do que um manual prático, disserta criticamente ideias e projetos para um país de caráter agrícola e tropical, que não mais se apoia no tráfico internacional de escravos para recrutar mão de obra. Curiosamente, é também o que defende mais clara e explicitamente a reprodução natural da escravaria, a vendo como uma maneira de provocar o crescimento da população brasileira e, por consequência, a produção nacional do país. Isto é, a compreende de forma estritamente econômica, como um meio para o desenvolvimento da produção agrícola por toda a extensão territorial do Império brasileiro e, seguidamente, da fortuna nacional.

Quanto ao manual de Fonseca (1863), chamado “Manual do agricultor de generos alimenticios”, o último aqui analisado em linhas gerais, pode-se dizer que detém conteúdo que converge em algumas temáticas e abordagens ora com os de Taunay e Francisco Vernek, ora com o de Luis Werneck, além das peculiaridades próprias. São 119 páginas distribuídas em dez capítulos, sendo que os nove primeiros dizem respeito à produção de gêneros agrícolas e animais domésticos, bem como implementação da fazenda. O último e mais extenso dos capítulos é o que discorre sobre administração da escravaria. Ainda, importa dizer que o manual é dotado de um longo anexo, de 131 páginas, no qual contém um tratado de medicina com diagnósticos e soluções médicas para tratamento de diversas doenças que acometiam a população rural.

Fonseca não propõe outro modo produtivo, como colônias agrícolas para produção de alimentos. Quando disserta sobre suas recomendações à produção agrícola e às técnicas produtivas de uma fazenda, pouco se identifica quem configura o trabalhador, mas quando citado, o trabalhador é majoritariamente o escravizado. O mesmo ocorre com o modo produtivo, que não está nitidamente

problematizado, mas quando está presente refere-se ao escravista.

Neste sentido, pode-se dizer que o foco da argumentação de Fonseca reside na produção de gêneros alimentícios em terrenos cansados, e não em *commodity* para exportação. Inescapavelmente, o autor aborda o café, mas não é neste cultivo que empenha suas palavras. Em suma, em seu manual, o modo de produção é o escravista, o trabalhador é o escravo, mas o produto – café ou alimento – não é propriamente o que rege as ideias expostas na obra, mas sim a produção do que quer que seja num solo exaurido. O escravo não é mais adquirido por meio do tráfico internacional, tampouco pelo tráfico interno. O autor não faz qualquer menção à compra de escravos, a reposição da força de trabalho é executada de modo endógeno, com base na reprodução biológica da escravaria.

Ainda é preciso dizer que o autor enfatiza que seu objetivo maior com a obra é ser útil a proprietários de terrenos cansados, isto é, deseja ensiná-los a recuperar uma terra gasta e infértil para cultivo, promover a abundância de produção de gêneros alimentícios e, deste modo, conseguir combater a fome que, segundo ele, flagela várias províncias.

Neste estudo tenho consumido vinte annos consecutivos com mais ou menos assiduidade, em experiencias e observações, e seguro agora dos seus resultados, posso asseverar aos meus patricios que o actual systema de cultura é anti-economico, prejudicial e nocivo à saude publica.

Anti-economico, porque depende de mais serviços do que são precisos para se conseguir certa quantidade de mantimentos; prejudicial, porque tende a destruir progressivamente as nossas terras de cultura; e nocivo à saude publica, porque altera sensivelmente o estado salubre da nossa atmospheria, como logo demonstrarei (Fonseca, 1863, p. V e VI).

Vê-se no excerto acima que o autor realiza uma conexão de seu método de cultivo em solo cansado à coisa pública, no caso a saúde, o bem-estar comum e o meio ambiente. Mas também apela à mobilização de argumentos de cunho econômico quando procura defender seus métodos, por exemplo, quando atesta que a queima e derrubada de matas é uma técnica antieconômica, procurando assim sensibilizar para a relevância de seu manual a nível individual, como contributo à prospera fortuna de “seus patricios”. Então, diferentemente de Werneck que disserta um projeto de país, Fonseca centra-se em condutas individuais que levariam ao enriquecimento da classe senhorial.

Para dar fechamento a este quadro geral, cabe então relacionar o que foi dito teoricamente com o já exposto empiricamente. Os manuais foram um tipo de literatura da época que contêm a racionalidade sobre as experiências de seus autores proprietários com suas propriedades materiais e humanas. Portanto, temos em mãos um material que agrega os conhecimentos da classe dominante para se reproduzir enquanto dominante a depender de suas capacidades de dar continuidade ao modo de produção escravista que os mantinha nesta posição. Este modo de produção, por sua vez, era

dependente de um modo reprodução social específico ao modelo escravista, uma vez que trata-se da contínua reposição da força de trabalho explorada de trabalhadores escravizados. Ou seja, estes documentos eram um dos instrumentos que permitiam reproduzir aquela sociedade de classe exploradora de proprietários e classe explorada de escravizados por funcionarem como transmissão de estratégias de reprodução social, formuladas a partir da racionalização da realidade material da classe senhorial.

Lembrando que a reprodução social é abrangida pela reprodução societal, que trata da continuidade das relações específicas de classe de uma determinada sociedade capitalista, no caso a protagonizada pelos envolvidos na relação social de produção entre proprietários agrícolas e trabalhadores escravizados, e que “também define o quadro dentro do qual a reprodução social acontece” (Arruzza, 2017, p. 41). Assim, os manuais não deixam de revelar no seu conteúdo as estratégias normatizadas e aconselhadas à reprodução do todo daquele sistema de produção, o que inevitavelmente inclui as estratégias normatizadas e aconselhadas à reprodução social da escravidão, isto é, como pensavam e sugeriam formas de promover a reposição da força de trabalho.

3.2. A reprodução social da escravidão na primeira metade do século XIX

Neste primeiro momento de análise ao que incumbe à reprodução social, os manuais serão utilizados para perceber como se dava a reprodução da força de trabalho escrava na primeira metade do século XIX. Sabe-se que a reprodução da força de trabalho concerne a um processo de reposição de trabalhadores que morreram ou se exauriram da condição ativa no modo de produção em que estão inseridos. Como destacado por Vogel ([1983] 2013), a reprodução da força de trabalho é uma condicionante da produção, uma vez que a última depende da constante substituição da força de trabalho necessária para realização do seu processo produtivo. A autora acrescenta que tal reposição pode ser executada por meio de uma renovação geracional concebida pelos trabalhadores ali existentes, da imigração ou da escravização.

Os primeiros dois manuais somam a esta interpretação de reprodução social de Vogel acerca da reprodução social dos trabalhadores de modo majoritariamente não endógeno, mas sim pela escravização. Isto é, o que substituiu os trabalhadores já inoperantes na produção agrícola era a imigração forçada de trabalhadores provenientes de territórios africanos para as *plantations* brasileiras, uma reprodução biológica que ocorria externamente ao processo produtivo operante no país. Em

poucas palavras, a reprodução biológica geracional estava fora do processo de reprodução escravista brasileiro. Isso não quer dizer que a reprodução biológica de escravos não existisse e não fosse até mesmo de certa forma estimulada, mas não era tida como o meio para se realizar a reprodução social da escravidão. Salienta-se que a renovação da força de trabalho tem de ser vista pelo modo em que a totalidade do contingente de trabalhadores é resposto (Vogel, [1983] 2013).

Vejamos uma passagem do manual de Taunay em que o modo de produção escravista é considerado o único possível para o Brasil, e mais: o único modo de reproduzi-lo seria por meio da angariação de trabalhadores vindos de arenas externas. Quer dizer, se ao modo de produção elenca-se seu processo de reprodução, neste período e para este autor, este processo era feito de uma só maneira, alicerçada no tráfico internacional de escravos. Tal ponderação é feita quando Taunay argumenta sobre os malefícios da escravidão. Aos seus olhos, conforme reforçado em diversas passagens da obra, o modelo produtivo era ruim porque trazia ao território nacional uma raça inferior. Quanto à dependência ao modo de produção e ao de reprodução, diz o autor:

O Brasil sente mais violentamente do que qualquer outra nação, ou colônia, este mal, e menos do que qualquer outra acha-se em estado de se subtrair tão cedo à sua influência. Nossa agricultura, já tão decaída, não aturaria no momento atual nem a libertação dos pretos, nem mesmo a real cessação do tráfico; portanto, em vez de querermos sanar o mal, cuja extirpação levaria consigo a existência, o nosso trabalho deve limitar-se a mitigar os seus piores efeitos, e preparar os meios às gerações futuras para se poderem livrar sem perigo da praga social com que nossos geradores nos dotaram (Taunay, [1839] 2001, p. 53-4).

O trabalhador como o escravizado empregado nas *plantations* a partir de uma aquisição realizada pelo proprietário rural aparece constantemente assim referido em seu manual. Vê-se o exemplo nestes dois trechos:

Os negros pois nas colônias europeias, e no Império do Brasil, não são verdadeiramente escravos, sim proletários, cujo trabalho vitalício se acha pago, em parte pela quantia que se deu na ocasião da compra, em parte pelo fornecimento das precisões dos escravos e sua educação religiosa (Taunay, [1839] 2001, p. 57).

Os pretos não se compram para se ter o gosto de os sustentar e de os ver folgar, mas sim para tirar do seu trabalho os meios de subsistir e lucrar. O salário deste trabalho foi pago em parte por uma vez pelo dinheiro da compra, e a outra parte paga-se diariamente com o sustento (Taunay, [1839] 2001, p. 64).

Pelos dois excertos é possível observar que, para o autor, a renovação contínua da força de trabalho é sempre executada por uma compra, uma transação comercial. Uma vez comprado, o escravo passa a dever por toda a vida seu trabalho. No prosseguimento de sua argumentação, Taunay diz que no ato da compra se estabelece um contrato entre o proprietário e sua posse, o trabalhador, sendo que o custeio da manutenção do próprio escravizado soma-se ao valor empenhado para sua compra e o montante total é apresentado como a contrapartida do trabalho não pago. Além disso, as

passagens também deixam claro que o autor demonstra ter o entendimento da racionalidade econômica capitalista de que, nesta relação social de produção, quanto mais explorado for o trabalhador, maior a possibilidade de enriquecimento do proprietário rural.

Num outro momento, Taunay disserta sobre o trabalho que deve ser executado em razão de tal contrato. Para contextualizar destaca-se que, em parágrafos anteriores, ele defendia que o tempo de trabalho do escravizado deveria ser similar ao do trabalhador livre europeu – seis dias ativos, um dia de descanso – e regular à extensão do dia, com pausas para almoço e jantar. Contudo, diz que o trabalhador livre, por ser recompensado com salário, muitas vezes opta por trabalhar mais para com isso beneficiar-se financeiramente. Porém, argumenta que o contrário não se aplicava, porque “o preto, que nada vê a ganhar neste excesso de fadiga, entrega-se ao desespero, e brevemente definha” (Taunay, [1839] 2001, p. 66).

Apresentamos com tanta maior razão esta observação, que não entendemos por trabalho o tardonho e indolente simulacro de ocupação dos pretos abandonados a si mesmos e extenuados pela fome, e de que pode dar uma completa ideia o serviço que fazem os presos da cadeia e pretos do calabouço, mas sim o ativo e produtivo emprego de todas as forças do corpo, que absorve a atenção do espírito, espreme o suor do corpo e despacha a tarefa como por encanto, o único capaz de conduzir a resultados que correspondam os desembolsos (Taunay, [1839] 2001, p. 66).

Agora, com observação aos três trechos destacados, o que se percebe é que embora o autor compare o trabalhador escravizado ao proletariado europeu, Taunay não o reconhece como portador de força de trabalho que a cede ao capitalista. Não, o escravizado é sempre devedor do emprego de sua força de trabalho, sendo essa uma dívida vitalícia estabelecida no momento de sua compra. A dívida se mantinha independente do quanto o escravizado trabalhasse produtivamente ao seu proprietário, porque também era composta pelos dispêndios de sua constante manutenção. Isto é, embora o trabalho reprodutivo necessário à manutenção da vida fosse todo executado pelos próprios trabalhadores escravizados, o custeio era de responsabilidade do senhor. E, ainda, este era tido como uma não oportunidade de trabalho produtivo, de não lucro senhorial, comparando a atividade não produtiva ao negro não produtivo presos em cadeias e calabouços. Assim sendo, nesta relação conforme qualificada por Taunay, o negro devia ao seu proprietário a sua própria reprodução, a sua própria condição de escravizado.

Escrito quase duas décadas depois, o manual de Vernek (1847) traz na figura do escravizado o trabalhador ainda resposto por meio do tráfico negreiro. Contudo, enquanto Taunay deixa claro que este tráfico é o internacional, ao constantemente aludir-se ao trabalhador como africano, Vernek não expõe a naturalidade do escravo comprado. Ou seja, o autor ainda vê no tráfico de escravos a forma de

se repor a força de trabalho escrava empregada nas *plantations* cafeeiras, mas não deixa claro se o tráfico ao qual se refere é majoritariamente externo ou interno, embora o internacional ainda não houvesse sido proibido aquando da promulgação da Lei Eusébio de Queirós em 1850.

Nota-se sinais desta temporalidade, que afetou a oferta de mão de obra escrava, quando o autor demonstra demasiada preocupação com o preço dos escravos, o que poucas vezes entra nas ponderações de Taunay. Com a subida dos preços dos escravos ocasionada mesmo antes da Lei Eusébio, em razão da avultada pressão inglesa após a *Bill Aberdeen* em 1845, o assunto ganha centralidade, invadindo toda uma outra racionalidade econômica para fins lucrativos do senhor, que recaí inclusive em estratégias de manutenção salubre da escravaria, por exemplo. Vejamos primeiro as questões de preço e reposição da força de trabalho:

Vê-se a necessidade de continuar com esse cancro roedor, cujo preço actual não está em harmonia com a renda que d'elle se póde tirar; inda de mais accresce a immensa mortandade a que estão sujeitos e que devora fortunas colossais, e traz a infallivel ruina de honrados e laboriosos lavradores, que tendo huma fortuna feita se vêem carregados de dividas, e seus bens não chegando para satisfazer a quem os vendeo, muitas vezes sabendo, que vão carregados de enfermidades incuráveis (Vernek, 1847, p. 16).

Neste exceto, o autor faz uma crítica à escravidão centrada na redução da capacidade do modelo em provir maiores lucros aos senhores escravistas, uma vez que dependem de uma força de trabalho cujo preço está em ascensão. Mas dele ainda se observa que, para além da reposição do trabalhador escravizado executada de maneira externa, o autor também associa a possibilidade de acumulação de capital do proprietário rural à exploração do trabalhador escravizado, sendo que o lucro do proprietário é o resultante da produção escravista retirado o custo da compra dos escravos.

Ademais pode-se perceber que, nesta relação, o autor calcula a margem de lucro do proprietário rural contabilizando o custo do escravo com o seu período de vida produtivo. A partir desta razão, afirma que se o trabalhador não fosse suficientemente explorado, tal diferença resultante seria insuficiente para crescer a fortuna do senhor de escravos. Por fim, como a taxa de mortalidade dos trabalhadores escravizados era alta, considera que o preço do escravo estava muito superior em relação àquilo que era produzido em seu curto período de vida. Diante deste cenário, aconselha quando e como o trabalhador deve ser adquirido: “À vista d’este triste quadro infelizmente verdadeiro, não compreis escravos fiados, mercai-os quando tiveres dinheiro, porque se vos morrem, estão pagos, e a perda he menos sensivel” (Vernek, 1847, p. 16).

A temática da mortalidade de trabalhadores escravizados ganha centralidade no desenvolvimento argumentativo de Vernek quanto ao tratamento da escravaria. Seu raciocínio adentra o campo da reprodução social que diz respeito à manutenção da vida, que neste caso específico da

produção escravista estava diretamente associado às questões do processo de produção e acumulação de capital, uma vez que a morte de um trabalhador escravizado não só representava a redução da força de trabalho, o proprietário rural também enlutava parte de seu capital ativo. Ou seja, os termos e as estratégias da classe senhorial para a reprodução do provimento da vida escrava também se formatavam pelo caráter específico da relação social de produção escravista.

As palavras do autor sobre a alta mortalidade escrava revelam que a morte do trabalhador escravizado era, sobretudo, uma perda econômica ao seu proprietário, um duplo prejuízo. Isto porque representava uma necessidade de reposição daquela força de trabalho que seria executava por uma nova compra, isto é, uma nova aplicação de recursos financeiros do proprietário, e uma perda de capital que já havia sido investido com a compra do trabalhador que morreu. Por isso, mais do que preocupado com a reprodução biológica dos trabalhadores ali existentes, já que a reprodução social não dependia dessa para assim ser renovada a força de trabalho, o autor demonstra demasiado desassossego com a manutenção da vida do trabalhador, e não por questão de humanidade e empatia, mas sim por uma razão econômica.

Isto se nota, por exemplo, quando o autor disserta sobre a necessidade dos escravizados estarem sempre de roupa seca, os cuidados na enfermaria com primordial atenção do senhor e o descanso dos doentes, a alimentação nutritiva dos trabalhadores, bem como as condições sanitárias da senzala. Nas palavras do autor: “As senzalas devem ser feitas no lugar mais sadio e enxuto da fazenda: he na conservação da escravatura que se depende a prosperidade do fazendeiro” (Verneck, 1847, p. 10).

Também diz ele, diretamente ao ponto: “É de se esperar que a alta do preço dos negros e menores rendimentos da agricultura tornem os senhores mais solícitos no tratamento de sua escravatura” (Verneck, 1847, p. 64).

A temática da alta mortalidade apareceu nos dois manuais de mãos dadas com a reprodução social da escravaria, tanto da força de trabalho repostas com a compra, como associada à reprodução biológica interna às *plantations*. Eles deixam clara a conexão da mortalidade com a compra quando advogam no sentido de evitarem mortes para não necessitarem de efetuar novos dispêndios financeiros com aquisição de trabalhadores. Ainda assim, a compra de novos escravos era o principal recurso utilizado para executar a reposição necessária. Como dito por Wallerstein (1979, p. 216), durante o período de importação de trabalhadores escravizados no Brasil, era menos custoso comprar um trabalhador já em idade produtiva, do que criar um bebê nascido escravizado até este ponto de desenvolvimento etário.

O assunto também é abordado por Vogel ([1983] 2013), que sublinha uma característica da reprodução geracional que provavelmente estava nesta razão entre comprar a força de trabalho ou reproduzi-la. Diz ela que a gravidez e lactação provocam um declínio da capacidade da mãe no trabalho produtivo, tendo de mantê-la – o que no trabalho escravo, incluía o custeio de seu provimento de vida – por um longo período em que sua contribuição direta na produção de *commodities* para exportação está reduzida. Ainda, a teórica reitera que na escravidão, como o ritmo de trabalho é mortal, a reposição geracional da força de trabalho tornava-se impossível.

Diferentemente do modo de produção assalariado, em que os custos da reprodução do trabalhador são repassados ao próprio trabalhador, que tem de despender seu salário na sua manutenção, no modo de produção escravista, os custos da reprodução do trabalhador pesavam no bolso do seu proprietário. Assim sendo, a reprodução geracional do trabalhador escravizado nem sempre representava um ganho ao seu senhor, porque (i) implicava no afastamento da mãe do trabalho produtivo, e (ii) a prole gerada demorava a atingir a idade produtiva, quando sequer a alcançava, dada a alta taxa de mortalidade infantil. Então, é provável que o custo da reprodução geracional do escravizado era mais dispendioso do que o valor que se desembolsava na compra de trabalhadores já em idade produtiva. Acredita-se, portanto, que os aconselhamentos dos autores sobre cuidados necessários à reprodução geracional – que em breve serão exemplificados com citações diretas – mais se assentavam na ideia de não sofrerem perdas econômicas do que propriamente ganhos.

A constatação de que a alta mortalidade era um obstáculo para promover a reprodução natural como forma de reposição da força de trabalho é explícita em Taunay ([1839] 2001, p. 76): “A América devora os pretos: se a contínua importação os não recrutasse, em breve a raça desapareceria entre nós”. Ou seja, o autor demonstra saber que a reprodução geracional de escravizados que ocorria dentro do território nacional era insuficiente para dar conta do necessário contingente de trabalhadores sob o jugo da escravidão. Contudo, ele não acha isso propriamente negativo.

Para Taunay, a alta mortalidade era sinal de más práticas de gestão de escravaria, o que era prejudicial à agricultura e à prosperidade financeira dos proprietários rurais, mas vantajoso à nação, que não correria o risco de ter os negros naturalizados no território. O autor assume-se pessoalmente contra a crioulização, já que julga os negros uma raça prejudicial ao Império brasileiro, e por isso o conjunto de baixa fecundidade e alta mortalidade não seria assim tão ruim: “Debaixo deste ponto de vista, seria bom que não nascesse um só crioulo na extensão do Império” (Taunay, [1839] 2001, p. 77).

Depois de fazer seus julgamentos negativos quanto à proliferação de negros na nação brasileira e antes de se prolongar na reprodução como fator para favorecimento da riqueza individual do senhor de escravos, Taunay faz considerações tolerantes à reprodução da escravaria – e críticas à escravidão – apelando aos valores religiosos. Diz ele:

Todas as espécies de animais, achando alimento e certo grau de bem-estar, tendem a se multiplicar: as raças humanas, com o mesmo privilégio, receberam demais ordem positiva de o pôr em prática; *crescite et multiplicamini!* e se fossem precisas novas provas do quanto a escravidão é contranatural, bastaria observar a que o preceito divino se pratique (Taunay, [1939] 2001, p. 77).

É a partir daí que entrelaçam-se os dedos da mortalidade com os da substituição dos trabalhadores mortos por novos gerados no interior das *plantations* e Taunay passa a desenvolver uma abordagem econômica sobre o tema. Segundo ele, é possível contrariar a regra de decrescimento da população escravizada se o proprietário rural bem disciplinar sua escravaria e os ceder certo bem-estar, além de equiparar relativamente “o número dos machos ao das fêmeas”. Com isso, diz o autor, “pode contar que com bem poucas compras conservará a sua escravatura” (Taunay, [1839] 2001, p. 78).

O que se percebe a partir destas passagens retiradas dos manuais de ambos os autores é que, embora a reprodução da força de trabalho não fosse executada majoritariamente pela reprodução biológica, ela não deixou de ser um objeto importante ao longo do período e de primordial interesse do administrador rural a fim de bem administrar a sua fortuna. No caso específico de Taunay, destaca-se o fato dele colocar a reprodução natural da escravaria como algo natural e inevitável, como se não houvesse ação humana capaz de alterá-la. Isso chega a ser claramente abordado: “Terá o senhor o direito de obrigar os seus escravos a produzirem filhos? Responderemos que nem tem direito, nem precisão disso, e que para conseguir bastará não contrariar a natureza que convida os sexos a se reunirem” (Taunay, [1839] 2001, p. 78).

Quando diz que não tem necessidade de se obrigar os escravizados a se reproduzirem, o autor justifica-se pela crença de a reprodução ser algo simples e somente natural. Ora, não é bem assim. Conforme apontou Arruzza (2017, p. 52), “a reprodução biológica é um fato central da vida humana, mas um fato que é sempre socialmente organizado e não pode ser considerado de maneira separada da reprodução social e societal”. E os manuais deixam isso muito claro. Apesar dos argumentos conscientes dos autores se apoiarem naquilo que julgam natural, as práticas que normatizam e os significados que imputam à reprodução da escravaria apontam para a manipulação e construção social desta reprodução, sendo a ação sobre ela pensada para e operada por aqueles que se beneficiariam

da exploração futura do produto resultante, a força de trabalho do escravizado.

Além disso, tal excerto contraria todos os argumentos que se seguem no manual, quando Taunay propõe como devem ser normatizadas a relação entre os sexos e a criação dos bebês e das crianças. Importa dizer que o autor denomina essas práticas como “sistema”, um sistema que congrega reprodução, criação e educação disciplinar dos escravizados. Taunay aconselha que, mesmo casados, os escravizados deveriam viver em ranchos separados por sexo e se encontrar somente à noite, quando findado o turno de trabalho. O único dia que teriam para convívio em família ou em casal seria o domingo. Ainda diz que o casamento era aconselhável, mas não obrigatório, deixando a escolha dos envolvidos. Contudo, diz que as uniões passageiras deveriam ser desencorajadas e mantidas em segredo para prezar pela moral religiosa.

Depois parte brevemente para como se devia agir com as mulheres e as crianças. Quanto às mulheres grávidas, defende atenção especial e tempo de resguardo do trabalho intensivo agrícola: “Casadas ou solteiras, as pretas prenhes devem ser tratadas com mimo e aplicadas a um trabalho moderado. O parto e a amamentação merecem as competentes atenções” (Taunay, [1839] 2001, p. 80). Quanto às crianças, diz que depois de desmamadas deviam ser criadas em comum em classes conforme a idade e sexo. Ainda pede especial dedicação à infância, por ser um momento de fragilidade física com alta mortalidade e, também, por ser o período ideal de se ensinar a disciplina desejável.

Vernek não foge à regra, porém é ainda mais sucinto ao tratar da temática. Apesar de ter no tráfico de escravos o modo majoritário de se substituir trabalhadores, ele também dá atenção à reprodução geracional. Diferentemente de Taunay, seu método parece estar mais atento à promoção de vantagens para constituição de família escrava. Ele aconselha que os escravizados tenham mais autonomia em sua vida familiar, o que incluía desde um pedaço de terra para cultivo próprio, bem como habitação familiar na senzala – um quarto deveria ser ocupado por quatro solteiros ou marido, mulher e filhos. Especificamente à reprodução geracional apenas diz o seguinte:

Não mandeis a preta que estiver criando à roça por espaço de hum anno, occupai-a em serviço de casa, como, lavar roupa, escolher café, e outros objectos. Quando ella tiver seu filho criado irá então, deixando o pequeno entregue a huma outra que deve ser a ama secca de todos, para os lavar, mudar a roupa, e dar-lhe a sua comida (Vernek, 1947, p. 17).

Na comparação do que estes dois autores dissertam sobre o modo que a reprodução biológica e de provimento da vida e cuidados deveriam ser executadas, interessa perceber uma diversidade na abordagem da reprodução dentro daquilo que veem como possível para laços familiares escravos, inserindo-os dentro daquele processo de produção. Um defende senzalas divididas por sexo independente de casados ou solteiros, outro advoga pela habitação familiar. Essa variabilidade reforça

que, salvo a biologia da reprodução da vida, nada é natural na reprodução biológica de portadores de força de trabalho, tampouco a ideia sobre organização familiar. Isto importa porque a força de trabalho reproduzida para exploração e manutenção da sociedade capitalista, conforme apontado por Vogel ([1983] 2013), é produzida na sua singularidade no contexto parental consanguíneo da família de classe trabalhadora. A teórica postula que “como em qualquer estrutura social, o formato que as relações parentais tomam depende sempre do desenvolvimento social, e sempre são um potencial terreno de luta” (Vogel, [1983] 2013, p. 150)³⁶.

O que se nota pela observação das diferentes práticas escravistas normatizadas pelos senhores de escravos nos manuais, pois, é que o contexto da reprodução geracional da força de trabalho para exploração nos modos de produção capitalista não foi de fato universal, tampouco imutável dentro de um único modo de produção, como o escravista. O que se quer dizer aqui é que, embora a reprodução geracional da força de trabalho no período referente à primeira fase da escravidão oitocentista ocorresse primordialmente por meio da compra, havia ainda assim discrepâncias nas racionalizações e estratégias quanto às atividades que envolviam a promoção da reprodução social da escravidão que variavam com o contexto sócio histórico em que o modo de produção operava e se afetava. Assim, a reprodução social da escravidão oitocentista no Brasil, neste primeiro momento, assumiu contornos específicos daquela relação social de produção escravista que também estava em transformação e, nestas medidas, agia-se sobre ela com a intenção de se disponibilizar o meio, o trabalhador, da futura acumulação de capital.

Rematando a discussão entre reposição da força de trabalho e reprodução geracional de trabalhadores suscitadas pelos manuais da primeira metade do século XIX, observemos passagem da conclusão de Taunay quanto à normatização da relação entre os sexos. Diz ele que o proprietário que seguir seus conselhos sobre essa relação e a criação dos crioulos, obterá “desta forma, uma nova geração, mais instruída, jeitosa, disciplinada e virtuosa do que a que veio da Costa, suprirá as faltas desta, e pouco a pouco a substituirá inteiramente” (Taunay, [1839] 2001, pp. 80-1).

O autor, portanto, lida com dois cenários na sua argumentação quanto à reprodução escravista: o corrente e o desejado. O corrente é o que necessita do tráfico de escravos para continuidade da produção agrícola escravista brasileira, que como apontado pelo autor não pode sequer sobreviver sem ele, em razão da alta mortalidade dos trabalhadores somada a uma intensa e extensa necessidade de braços cativos nas *plantations*. O desejado é um modo de reprodução escravista que consiga, dentro do próprio universo da *plantation*, repor geracionalmente trabalhadores

³⁶ No original: “As with any social structure, the form kin-based relationships take always depends on social development, and is potentially a terrain of struggle” (Vogel, [1983] 2013, p. 150).

e se ver independente do tráfico negreiro.

Se o leitor ainda se pergunta onde entrou o gênero nisto tudo, detalha-se agora. Como já dito, sabe-se que até 1850 o tráfico de escravos era a principal via pela qual se executava a reposição da força de trabalho nas *plantations* brasileiras. Esta via foi prioritária e incontornável ao longo de todo o período escravista colonial, quando o tráfico era executado pelo domínio das grandes metrópoles que se beneficiavam disso, como foi mencionado em Williams ([1944] 1975). Contudo, foi se enfraquecendo após a abertura do mercado e a queda do escravismo colonial, até que as configurações políticas e econômicas do sistema interestatal implicadas no contexto local brasileiro levam a sua completa secessão. Ao longo deste processo de encerramento, a oferta do trabalhador escravizado foi reduzida no mercado de escravos, seu preço inflacionado e alternativas para reposição da mão de obra que todo um modo de produção dependia foram ganhando maior importância, além de novos significados. A reprodução deixou de ser abordada puramente como uma questão natural e regida por preceitos cristãos e pouco a pouco foi trajando-se de camadas econômicas.

Muito embora, nesta primeira metade da escravidão oitocentista, a reprodução social da escravidão se alicerçava no tráfico externo, isto não quer dizer que não havia opressão sobre as mulheres que nela estavam inseridas, mesmo não localizando no seu ventre a gênese da contínua reposição dos trabalhadores. Os manuais publicados nesta primeira metade do século XIX, e aqui analisados, já demonstram o claro conhecimento do que representa o corpo de uma escravizada: a possibilidade da reprodução. A possibilidade de que, como destacou Taunay, se bem tratados e disciplinados, reproduzissem a futura classe explorada e, assim, garantiriam a perpetuação da escravidão.

Mas suponhamos que não houvesse o desejo de se ver livre do tráfico negreiro transatlântico. Assim, não dependendo da mulher para a reprodução da força de trabalho, uma vez que esta reposição ocorreria pelo tráfico, seria ela livre da opressão que a envolve em razão de ser a biologicamente capaz de gerar o portador da força de trabalho?

Apoiada na teoria da reprodução social conforme formulada por Vogel ([1983] 2013), a resposta já começa a se inclinar para o não, mas ainda é insuficiente. Diz ela que, em *plantations* americanas, as mulheres tinham sua força de trabalho requerida no cultivo agrícola para, sobretudo, gerarem produtos de valor de troca, as *commodities* de exportação. O trabalho reprodutivo, como cuidado de bebês e preparo de alimentos, era executado coletivamente, delegado a mulheres mais velhas ou crianças, que já não serviam ou ainda não tinham idade adequada para o trabalho produtivo na agricultura – as tais *amas secas*, como exposto no manual de Vernek. Ou seja, constata ela, a

depende das peculiaridades de uma dada sociedade de classes, “a opressão das mulheres na classe explorada é moldada não só pelo relacionamento das mulheres no processo de manutenção e renovação da força de trabalho, mas pela extensão e pelo caráter de sua participação no trabalho produtivo” (Vogel, [1983] 2013, p. 155)³⁷.

Para aprofundamento da resposta no quesito geracional, faz-se de apoio Morgan (2004), que realiza um estudo sobre a relação entre reprodução de escravos e mulheres negras em colônias inglesas do Caribe ao longo do século XVIII, período, portanto, em que o tráfico negreiro transatlântico era legalizado em todos os territórios escravistas. Diz ela que a mulher escravizada era requerida nas *plantations* sob um duplo sentido: de execução de trabalho físico para os senhores em ordem do lucro, e pelo valor simbólico em ordem de dar sentido a escravidão racial.

Ou seja, mesmo que não fossem requeridas para, de fato, parirem e criarem a próxima geração de trabalhadores, uma vez que estes seriam adquiridos, seus corpos eram revestidos de uma simbologia de continuidade do regime escravista: detê-las era como possuir uma máquina – um meio de produção –, que podia ou não ser posta em funcionamento. Máquina esta que representava a possível produção de futuros escravizados, se necessário fosse. Mas, num tempo em que o tráfico internacional funcionava em plena atividade e, acrescentando ao cenário temporal, a alta mortalidade de crianças e bebês, tal valor permanecia-se inteiramente especulativo – podendo ser até mesmo abandonado –, optando-se por “repor aqueles que trabalharam até a morte por trabalhadores recém-adquiridos” (Morgan 2004, p. 114)³⁸.

A vida das mulheres sob a escravidão nas Américas sempre incluiu as possibilidades de seus úteros. Quer trabalhassem entre cana-de-açúcar, arbustos de café, ou arrozais, os cálculos de custo-benefício dos senhores de escravos incluíam o valor especulativo de uma reprodução de força de trabalho (Morgan, 2004, p. 103)³⁹.

Juntando-se o que foi dito – e aqui diretamente citado – por Vogel ([1983] 2013) com a explicação de Morgan (2004), pode-se dizer que a experiência da mulher explorada no trabalho escravo era moldada pela simbologia do seu útero, pela possibilidade desejada ou rejeitada da reprodução. Quer dizer, se a preferência do proprietário rural era a manutenção da mulher na atividade produtiva e efetuar a reprodução geracional somente pela compra, a ação de dominação voltada para essa mulher seria uma, orientada para a rejeição da reprodução biológica; e se a preferência do proprietário fosse reproduzir no interior da *plantation* a próxima geração de trabalhadores, a ação de dominação sobre

³⁷ No original: “the oppression of women in the exploited class is shaped not only by women’s relationship to the process of maintenance and renewal of labour-power, but by the extent and character of their participation in surplus-labour” (Vogel, [1983] 2013, p. 155).

³⁸ No original: “replacing those they worked to death with newly purchased laborers” (Morgan 2004, p. 114).

³⁹ No original: Women’s lives under slavery in the Americas always included the possibilities of their wombs. Whether laboring among sugar cane, coffee bushes, or rice swamps, the cost-benefit calculations of colonial slaveowners included the speculative value of a reproducing labour force (Morgan, 2004, p. 103).

essa mulher seria outra, orientada para a desejada reprodução biológica. Isto é, a experiência de vida da mulher escravizada, com atenção à funcionalidade atribuída no trabalho e à autonomia sobre seu corpo e sua reprodução, era limitada de acordo com o contexto da relação social de produção em que estava subjugada.

Voltando às análises dos manuais, percebe-se que esse valor especulativo referido por Morgan não foi ignorado nem abandonado dos cálculos dos senhores de escravos brasileiros oitocentistas mesmo quando a reprodução biológica endógena não era o meio primário para renovação dos trabalhadores escravizados. Ao menos, é neste valor especulativo atribuído à mulher negra escravizada que demonstra se alicerçar Taunay quando argumenta, pode-se assim interpretar, que o útero escravizado confere à manutenção da condição servil mesmo para quem foi nascido no Brasil. Diz ele:

A escravidão dos crioulos é mais difícil de justificar do que a dos pais comprados na Costa. O filho segue a mãe, *filius ventris sequitur*, esta máxima do direito baseia-se na precisão que o parto tem para viver do leite da mãe, e do pão do senhor desta. A lei considera que o senhor não trataria da cria e não faria desembolsos durante a longa duração da infância, se não tivesse em perspectiva o trabalho do resto da vida. O voto da lei legitima a esse respeito o jus do senhorio (Taunay, [1839] 2001, p. 78).

O trecho exhibe uma incongruência que Taunay enxerga na escravização de crioulos. Ora, seguindo sua lógica de raciocínio de que o trabalhador escravizado deve seu trabalho vitalício ao seu senhor em razão do valor empenhado pelo proprietário para sua compra, como justificar a escravização de alguém que não foi comprado? Tal incongruência é sanada pela hereditariedade da condição servil, como se fosse um gene herdado da mãe. Para ele, a prole já nasce devedora de seu trabalho, já que o proprietário rural custeou sua criação. Para tanto, era preciso que o novo trabalhador, nascido no Brasil, para assim justificar sua condição de explorado e escravizado, fosse nascido de um ventre escravizado. Pode-se afirmar, portanto, que não só a reprodução representava a continuidade do trabalho escravo ao senhor que possuía e tutelava a prole e a mãe escravizada, como também reproduzia a diferença que permitia a escravização do resultado, o crioulo.

Neste primeiro momento da escravidão oitocentista a mulher escravizada representava, então, a possibilidade de gerar a força de trabalho e a continuidade do regime escravista independente do tráfico negreiro. Manifestava-se como um desejo de autonomia da *plantation*, uma vez que se pregava que para uma boa administração econômica da fazenda tudo que nela se consumisse fosse um produto dela mesma, incluindo aí o trabalhador escravizado. Contudo, este pensamento era um direcionamento às práticas, não era propriamente o executado, uma vez que a reposição da força de trabalho era dependente sobretudo das constantes aquisições. Parte-se agora para a abordagem dos escravistas para quando não havia mais alternativa em perseverar o modo de produção se não pela

reprodução biológica dos trabalhadores já ali existentes.

3.3. A reprodução social da escravidão na segunda metade do século XIX

Quando Vogel ([1983] 2013) fala da reprodução para reposição do trabalhador num modo de produção escravista, ela a coloca como divergente da renovação geracional endógena ocasionada pela reprodução biológica da classe explorada. Traz o exemplo da reprodução social escravista sempre implicada na compra dos trabalhadores para reposição da força de trabalho. Em outras palavras, ela exemplifica diferentes formas de se repor a força de trabalho de modo não biológico geracional, sendo o das compras de trabalhadores o acolhido pelo processo de produção e reprodução escravista.

Até agora, podíamos estar de pleno acordo com essa afirmação em seu limite. No sentido de que a reprodução biológica, conforme exposto nos primeiros dois manuais, não era a prática adotada para a renovação do todo da força de trabalho. A biológica estava lá mais como um horizonte, um desejo de se ter autonomia produtiva e reprodutiva da fazenda, incluindo-se aí a sua própria reprodução de trabalhadores. Contudo, a compra de escravos era o que permitia a renovação desta força na mesma velocidade e medida que os trabalhadores que a constituíam morriam ou se retiravam do trabalho produtivo, sem prejudicar a capacidade produtiva da *plantation*.

O que nos mostra essa segunda metade do século XIX do Império brasileiro é que o modo de produção escravista se manteve mesmo quando a compra de escravos foi cessada. Para tanto, o modo de produção reformulou o processo de se executar a sua reprodução social, inserindo como principal meio de reproduzir novos trabalhadores a procriação dos escravizados. O que quer dizer que (i) a reprodução biológica também foi um meio pelo qual se promoveu a reposição da força de trabalho escrava e (ii) o caráter específico dos processos de reprodução, conectados à especificidade de seus modos de produção, não pode ser resumido na renovação da força de trabalho ocasionada pela reprodução biológica.

As quase quatro décadas que se seguiram após a Lei Eusébio de Queirós com a escravidão brasileira em vigência já demonstram que não havia um modo fixo de reprodução geracional de acordo com o modo de produção, como se ao escravista coubesse unicamente a compra de trabalhadores escravizados para renovação do todo da força de trabalho. Contudo, não se pode dizer que o geracional escravista, no que tange à reprodução biológica, se organizou da mesma forma que o geracional assalariado se organizava. Havia contornos específicos que só se desenharam em razão

daquela relação social e modo de produção.

Como já dito no segundo capítulo desta dissertação, assim que o tráfico internacional de escravos foi proibido, desenvolveu-se no país mecanismos de operação de tráfico interno, que serviram para alocar novos trabalhadores especialmente nas *plantations* do sudeste brasileiro. Mas, mesmo os trabalhadores disponíveis para as transações internas mais cedo ou mais tarde se extinguiriam se não houvesse forma de reproduzir escravos destinados a este mercado interno, já que assim se desejava a continuidade do modelo de produção agrícola exportador brasileiro. Sinteticamente, cabe dizer que mesmo que a renovação da força de trabalho de algumas *plantations* fosse realizada por meio da compra, com a intermediação do tráfico interno, a reprodução biológica dos trabalhadores traficados tinha de ser realizada de modo endógeno, dentro das fronteiras do Império.

No manual de Werneck ([1855] 1865), o autor percebe a reprodução biológica da escravaria como via única para a continuidade do processo de produção agrícola para exportação. Esse modelo era tido como a forma para se repor trabalhadores no interior das *plantations*, com a procriação dos trabalhadores já ali empregados, bem como para alimentar o tráfico interno de escravos. Vejamos como esta ideia se constrói.

Diferentemente dos outros autores aqui já analisados, Werneck centra mais suas ideias no desenvolvimento econômico do país e não tanto na prosperidade individual dos proprietários rurais. Como já destacado no primeiro tópico deste capítulo, o autor está particularmente interessado no crescimento populacional da nação brasileira, uma vez que conecta diretamente o crescimento econômico à maior concentração de população laboriosa. Daí, também retira um paradoxo, porque para fazer crescer a população era preciso primeiramente ser capaz de nutri-la, o que, por sua vez, dependia da produção agrícola de viveres, a qual carecia de braços operantes. Assim sendo, recomendava um modelo de produção agrícola de alimentos, cultivado por trabalhadores livres migrados da Europa e organizados no país em colônias agrícolas.

Logo, o primeiro passo da sua teoria de administração rural é tentar solucionar como fazer crescer a população que já habitava o território nacional. Diz que o meio de aumentar a população e engrandecer o país, mantendo sua característica de “nação de produtores”, é a propagação da espécie. Contudo, critica que este meio não recebia a atenção merecida. Na corrente desta argumentação, expõe em um só parágrafo o porquê a população deixou de crescer e, em razão deste decréscimo, justifica a necessidade de se recorrer a outras formas de incrementar o contingente de trabalhadores.

No entanto ahi está a garantia do futuro, do bem-estar dos vindouros, ahi está a conservação desta actualidade, de certo por demais prospera, mas que presagia pela falta de braços uma

era de grandes dôres e de infalível decadência, se promptos remédios não se prestarem eficazmente a preencher esse vacuo medonho, que nos legou a cessação da colinisação africana (Werneck, [1855] 1865, p. 8).

Observa-se que naquele momento, cinco anos após o fim do tráfico negreiro, o autor considerava que a atualidade ainda provinha bem-estar, mas sabia que se não se intervesse sobre aquele estado, a situação não vingaria. O presságio do mal-estar conjecturava a falta trabalhadores ao Império. Reconhece que a forma que antes se angariava os trabalhadores advindos do continente africano não mais funcionava e isto ocasionou o impedimento da constância na reposição da força de trabalho. Assim defende que era preciso urgentemente substituir o modelo de reprodução para dar continuidade ao bem viver atual – evidentemente que apenas para aqueles que se direciona, os membros da classe senhorial – e a prosperidade futura.

Segue então para como de se provocar o crescimento populacional e o primeiro modelo defendido é a reprodução natural da escravaria. Não mais revestido em camadas de moral cristã, apoia-se em argumentos fisiológicos para dizer que os seres humanos tendem não só à conservação da espécie, mas também à sua multiplicação. Ele então realiza um cálculo aproximado de quantos filhos cada casal deveria ter durante a vida fértil, considerando aqueles que padecem antes de entrar na idade de trabalho produtivo. Imagina um cenário ideal em que cada casal vingaria seis filhos até a idade produtiva de 26 anos e, neste ritmo, vê a possibilidade de se triplicar a nação neste mesmo intervalo de tempo. Depois, conclui: “Parece pois que, independente da colonisação, nós poderíamos só pela acção procreativa da especie humana levar a um transbordamento de população, em poucos annos, esse nucleo de população conterranea, ora existente no paiz” (Werneck, [1855] 1865, p. 12).

Não demora muito para trazer essa lógica da reprodução total dos indivíduos do país para a classe subordinada, os escravizados. Para confirmação de sua hipótese, lança mão do exemplo norte americano. O autor diz que nos Estados Unidos a população conseguiu se multiplicar independente da colonização, referindo-se tanto a imigração de colonos, como a imigração coercitiva de trabalhadores do continente africano. No que diz respeito aos escravizados, Werneck calcula, com dados demográficos populacionais divididos temporalmente, que a população escravizada já residente na América do Norte duplicou em 25 anos. E ainda salienta: “só pela acção procreadora da especie, e sem a mínima intervenção da colonização, da importação dos seres” (Werneck, [1855] 1865, p. 15). Conclui, ainda, que a este exponencial crescimento da população escravizada se deve a “marcha progressiva da prosperidade dos Estados-Unidos”.

Tal caminho de raciocínio, iniciando-se por quantos filhos cada casal deveria criar para fazer crescer a população laboriosa na medida necessária para desenvolvimento do país, até a possibilidade

deste crescimento ser ocasionado pela população escravizada, apoiando-se no exemplo empírico dos Estados Unidos, é traçado no segundo capítulo do manual e induz, no correr da leitura, uma indicação de quantos filhos cada casal escravizado deveria ter se o objetivo era a ampliação da mão de obra. Nota-se que o autor está em constante referência ao modo de se aumentar a população trabalhadora do país, que se não por imigração, essa é ocasionada, segundo ele, de maneira pura e simplesmente natural.

Voltamos, portanto, em argumento que já esteve presente e já foi discutido em Taunay (1839). Lá, já debatemos que por mais que, sim, a biologia dos corpos sexuados é o que provoca a reprodução humana, a forma que esta reprodução acontece é social. Conforme explica Arruzza (2017), a reprodução social não pode simplesmente ter um caráter determinista de diferenciação biológica. Esta diferença indica somente o fato de que são as mulheres que geram e parem, o que não necessariamente implica num significado social ou cultural. No caso do sistema capitalista, centra-se na especificidade da reprodução da sociedade de classes, sendo que são as relações de classe que “colocam as fronteiras no interior das quais a reprodução social ocorre e, portanto, no interior das quais a reprodução biológica também é organizada” (Arruzza, 2017, p. 52).

Tais passagens do manual de Werneck permitem suscitar essa variante de análise. Ora, ele preocupa-se com a reprodução geracional da classe subordinada, a que compõe o contingente de trabalhadores, cujo trabalho permite a apropriação da mais-valia pela classe dominante, os proprietários rurais. Assim sendo, confirma-se postulado de Vogel ([1983] 2013) de que, para a sociedade de classes, a reprodução da força de trabalho consiste na reprodução da classe daqueles que estão subjugados à exploração. Diz ela que, evidentemente, a classe dominante também necessita de uma renovação geracional, o que temos representado pelas figuras do Vernek pai e Werneck filho, mas esta reprodução não é considerada reposição da força de trabalho da sociedade. “Por definição, a força de trabalho numa sociedade de classes é gerada somente por membros da classe de produtores diretos” (Vogel, [1983] 2013, p. 148)⁴⁰.

Aprofundando-se no assunto, a teórica diz que quando a reprodução social da força de trabalho tem de ser realizada pelos trabalhadores ali existentes, as mulheres das classes subordinadas passam a desempenhar um papel especial, tendo em vista que são elas que participam diretamente da manutenção e reprodução desta força, cuja contínua exploração é a garantia da posteridade do ordenamento da sociedade de classes. Assim sendo, é por isso que, quando a reposição da força de trabalho é obtida pela reprodução biológica, torna-se de primordial importância a biologia dos corpos

⁴⁰ No original: “By definition, labour-power in a class-society is borne only by members of the class of direct producers” (Vogel, [1983] 2013, p. 148).

dos trabalhadores.

Mas vejamos, se a reprodução biológica geracional sofre de uma intenção para manutenção das classes, uma vez que reproduz a diferença na qual se faz o explorado e explorador, essa diferença é transmitida de acordo com o modo produtivo no qual se envolviam as classes, ou seja, no âmbito das relações sociais de produção. Por isso, a discussão ainda carece de abordar outros prismas, que dizem respeito às especificidades daquela sociedade de classes, que embora capitalista, operava na economia-mundo com modo de produção escravista e, assim, se organizava a partir das relações de classe estabelecidas neste modelo de controle de trabalho. Por tanto, o contorno desta reprodução social, mesmo que de base biológica, há de ser específico ao contexto escravista no qual se realizava.

Guiados neste preceito, voltemos para o caminho empírico de se observar essas especificidades, os manuais. Werneck constata, em sua obra, que a população escravizada residente naquela atualidade era insuficiente para elevar a produção ao grau de desenvolvimento do país e, portanto, era necessário “servimo-nos de meios, que promovão a propagação da raça escrava” (Werneck, [1855] 1865, p. 22). Ele argumenta que é só pelo crescimento desta população que um dia o Brasil poderia se ver livre da escravidão, porque era preciso primeiramente aumentar a produção ao ponto que fosse capaz de fornecer viveres suficientes para sustentar uma população livre. Deste modo, além de ele construir uma relação de dependência do trabalho escravo para conseguir se inserir o modo de produção assalariado no país, também coloca na conta do trabalho escravo a própria liberdade do trabalhador escravizado.

Se deixarmos estacionaria a população escrava, que é a que nos fornece maior somma de producção pelas razões emitidas, nós retardaremos a época de a dispensar e a liberar, porque tornaremos estacionaria a producção, cujo progresso constitue o único recurso para o augmento da população livre (Werneck, [1855] 1865, p. 22).

Ainda, é notável pelo excerto que, apesar de anteriormente ter colocado a reprodução biológica como algo que a própria natureza se encarrega, o autor demonstra uma agência senhorial na procriação da escravaria, ao dar a entender que esta pode ou não ser deixada estacionaria. De seguida, recorre novamente ao exemplo de crescimento de população escravizada dos Estados Unidos, apoiando-se inclusive em documentos literários que explicitavam as estratégias dos proprietários rurais americanos para promover a procriação, cujo intuito era o crescimento da fortuna individual tanto pela exploração da mão de obra quanto para fornecimento de escravos ao tráfico interno.

Werneck não tarda em prospectar este cenário para a realidade brasileira. Em reflexão sobre o custo da mão de obra escrava, pesando o preço do escravo inflacionado após o fim do tráfico internacional, o autor pondera que tal valor só decairia se houvesse avultada reprodução natural.

Werneck afirma que a mão de obra escrava poderia manter-se mais barata do que o trabalhador livre se bem multiplicada e disponibilizada, embora demonstre desejar o emprego do segundo. Diz ele:

Os escravos devem encarecer com o aumento da população livre, e da riqueza publica e privada. Como todas as mercadorias, à proporção que se augmentam os consumidores, que crescer a cuncurrencia, o escravo subirá de preço, a menos que não haja uma prodigiosa multiplicação delles pela procriação, e um estado estacionario na marcha do incremento da população livre, e da riqueza nacional (Werneck, [1855] 1865, pp. 53-4).

Esse excerto abre as comportas para todo um outro afluente em que a teoria da reprodução social pode desaguar. Passemos primeiro ponto por ponto do conteúdo presente no parágrafo citado. O autor faz uma comparação do custo do trabalho escravo ao livre, sendo que pondera a possibilidade do livre ser mais barato se a oferta do trabalho escravo for insuficiente para suprir a demanda requerida – os consumidores, no caso, proprietários rurais. Os dois são entendidos como uma mercadoria e, portanto, ambos representam um dispêndio de recursos financeiros para aquele que se beneficia da exploração daquela força de trabalho. Sendo mercadorias, o contingente de trabalhadores disponíveis mais numeroso teria sua força de trabalho menos valorada e seria mais empregado do que a mais cara. Essa é a referida concorrência. O escravo se tornaria mais barato no mercado de mão de obra – na balança os dois modelos de controle de trabalho, escravo ou livre – se houvesse maior quantidade de mercadoria ofertada, o que só poderia ocorrer por meio da procriação que, conseqüentemente, ao aumentar sua disponibilidade, reduziria seu preço ao explorador no ato da compra. Ainda, ao aludir à compra de escravos, conclui-se que o autor se referia a uma procriação que, futuramente, seria destinada ao e trocada no tráfico interno.

É preciso, no entanto, olhar para o trecho para além das limitações de raciocínio do autor proprietário rural. O trabalhador escravizado não pode ser visto como mercadoria similar ao trabalhador livre. Como já exposto no primeiro capítulo desta dissertação, recorrendo-se à teoria marxista, o trabalhador livre é portador da força de trabalho, sendo que essa só se torna uma mercadoria quando é vendida ao capitalista em troca de um salário. Em outras palavras, toda pessoa portadora de força de trabalho não é automaticamente detentora de uma mercadoria, tendo em vista que a característica primária da força de trabalho é o seu de valor de uso e não o seu de valor de troca. Se um trabalhador usa da força de trabalho somente para si ou para os seus, para produzir artigos que ele próprio consumirá, essa força sequer é criadora de uma mercadoria, isto porque um artigo só se torna uma mercadoria quando é para o usufruto de outrem (Marx, [1865] 2004, p. 40-1). A mesma interpretação serve para a força de trabalho. Se ela é utilizada para uso próprio, detém apenas o que lhe é intrínseco, seu valor de uso. Agora, se ela é disponibilizada no mercado para o uso de outrem, ela

adquire valor de troca e, conseqüentemente, se torna uma mercadoria (Marx, [1867] 2011, p. 313). Assim sendo, um trabalhador livre nunca é uma mercadoria; o que pode vir a ser uma mercadoria é a sua força de trabalho que, em geral, adquire esse formato porque é usualmente disponibilizada no mercado de trabalho em razão da coação econômica que todo trabalhador expropriado de meios de produção sofre.

O mesmo não pode ser dito no caso do trabalhador escravizado. Apesar de, como qualquer pessoa humana em plenas capacidades física e mental, ser portador de força de trabalho, o escravizado não vendia essa força ao proprietário rural na relação social de produção escravista. Nesta relação, o capitalista comprava o próprio trabalhador e, com isso, passava a ser detentor da força de trabalho desse portador. Logo, o trabalhador escravizado era ele mesmo uma mercadoria.

Tal afirmação é a defendida por Mintz (1978). Conferindo uma linha de pensamento sobre proletariado e burguesia distinta da realizada por Wallerstein (1979), que a aborda dentro de uma divisão estrutural entre proletariado e burguesia, de modo que o capitalista burguês é aquele que se apropria da mais-valia advinda da exploração da força de trabalho e o proletário é a que a cede, seja qual for o modelo de controle de trabalho, Mintz (1978) questiona se o trabalhador escravizado de *plantation* é ou não um proletário a partir de condições específicas da exploração da força de trabalho escrava⁴¹.

O antropólogo norte-americano argumenta que, assim como os proletários, os escravizados também não possuem domínio sobre os meios de produção, mas contrariamente aos assalariados, eles não têm a força de trabalho para vender como mercadoria, eles são uma mercadoria de uso exclusivo daquele que a possui. Dá prosseguimento ao raciocínio dizendo que “o trabalho do escravizado não é, na maioria das circunstâncias, uma *commodity* dentro da economia escravista, mas os produtos de seu trabalho são, na maioria das circunstâncias, *commodities*; eles mesmos parecem ser uma forma de capital, apesar de serem seres humanos” (Mintz, 1978, p. 90)⁴². É apenas neste enquadramento que a comparação entre trabalhador livre e escravizado realizada por Werneck pode fazer sentido, sendo a natureza da mercadoria em referência divergente, uma diz respeito à força de trabalho do trabalhador livre, a outra ao próprio trabalhador escravizado.

Nesta linha reflexiva, adentremos na problematização da reprodução social da escravidão acerca da especificidade da reprodução biológica escravista. Como destacado por Ferguson e McNally

⁴¹ Mintz (1978, pp. 97-8) afirma que seu estudo não contradiz a premissa de Wallerstein, uma vez que ambos concordam que “as relações de produção que definem um sistema são as relações de produção de todo o sistema”. Portanto, o autor utiliza da definição isolada entre proletariado e escravizado mais em ordem das diferenciações dos modos produtivos, e não propriamente relacionando a dinâmica de relação social de produção da sociedade de classes do todo capitalista.

⁴² No original: “their labor is not, under most circumstances, a commodity within the slave economy, but the products of their labor are, under most circumstances, commodities; they themselves appear to be a form of capital, though they are human beings” (Mintz, 1978, p. 90).

(2013), é recorrente classificar o trabalho reprodutivo somente no capitalismo como produtor de valor de uso, isto é, ele não produz valor de troca. Ora, é simples chegar neste entendimento: o trabalho executado dentro do universo doméstico para a regeneração dos trabalhadores não resulta em artigos destinados ao mercado, em mercadorias detentoras de valor de troca; o que é ali produzido ou executado, como a alimentação, manutenção da casa e cuidado dos membros, é realizado para o próprio uso e consumo daquele núcleo familiar e, por isso, o resultado desse trabalho é apenas detentor de valor de uso.

Assim também se observa a produção e a reprodução biológica de futuros trabalhadores realizadas no seio da família proletária. Este entendimento permite afirmar que a mulher ao gestar, parir, amamentar e criar um portador de força de trabalho executa um trabalho produtor de valor de uso. Como explicado em parágrafos anteriores, uma pessoa portadora de força de trabalho é detentora, sobretudo, de valor de uso. Por isso, julga-se que esse trabalho reprodutivo, que garante a reprodução geracional dos trabalhadores, não pode ser classificado como produtivo, um mais-trabalho, já que o resultado dele, o portador de força de trabalho, não tem valor de troca; somente quando ofertada ao capitalista, essa força se transforma numa mercadoria.

Contudo, ao abranger o processo de produção e reprodução escravista como integrante do sistema capitalista, a afirmação de que o trabalho reprodutivo não gera valor de troca só pode ser realizada erroneamente. Se considerada a premissa de que “trabalho reprodutivo no capitalismo não gera mercadoria” como uma verdade absoluta, desprezando em qual processo de produção esse trabalho está submetido, tem-se a experiência histórica da mulher branca como universal. O referido postulado só pode ser nestes termos fixados se o trabalho reprodutivo estiver sempre associado ao processo de produção assalariado. Isto porque no caso da reprodução biológica executada dentro do processo de produção e reprodução escravista oitocentista, a mulher escravizada, ao gerar uma criança, gerava simultaneamente um futuro trabalhador escravizado e uma mercadoria àquele mercado nacional.

Reforça-se que, no modo de produção capitalista escravista, o ventre das mulheres escravizadas era produtor de uma mercadoria e de um bem que desempenhava vários papéis no processo de acumulação de capital do proprietário rural. A prole escravizada era (i) a garantia do futuro fornecimento da força de trabalho ao proprietário rural, (ii) a mercadoria que podia ser vendida por intermédio do tráfico interno, e, além disso, (iii) ainda funcionava como um capital ativo acumulado, uma vez que os trabalhadores escravizados somavam-se ao valor da *plantation*, isto é, faziam parte do patrimônio da propriedade rural (Blackburn, 2016).

Contanto, acredita-se que também não estaria correto se, diante do constatado, mecanicamente afirmássemos que o modo de produção escravista traz uma contradição para a teoria da reprodução: a de que o trabalho reprodutivo é então produtor de valor de troca. O que essa constatação permite perceber é que no modo de produção escravista, as atividades executadas para a produção e reprodução dos trabalhadores é também produtor de valor de troca, a mercadoria escrava, tendo, pois, um cariz tanto reprodutivo como produtivo. Isto posto, pode-se afirmar que, enquanto no modelo de controle de trabalho assalariado as esferas produtivas e reprodutivas são divididas entre produtora e não produtora de valor de troca, no escravista essa fronteira é volúvel. Acredita-se que, possivelmente, ela sequer existiu, sendo as esferas da produção e da reprodução misturadas numa só. Isso pode ser pensado quando observamos, por exemplo, as relações de consumo nos dois modelos.

O consumo realizado para a produção e reprodução do sistema capitalista também pode ser dividido em dois: o produtivo, que diz respeito ao consumo para a produção de outras mercadorias; e o reprodutivo, chamado por Marx ([1867] 2011) de consumo individual, que concerne ao consumo realizado para a reprodução dos trabalhadores. No modo de produção assalariado, o consumo produtivo abrange todos as mercadorias – meios de produção – necessárias para a feitura de outras mercadorias. Embora sejam consumidas pelos atos dos trabalhadores, essas mercadorias são de encargo e posse dos capitalistas e a eles também pertencerá a mercadoria final produzida, sendo que, pela sua venda, os capitalistas obterão o lucro, tendo em vista que nela há cristalizado uma parcela de trabalho não pago ao trabalhador, a mais-valia (Marx [1867] 2011). Ou seja, o capitalista não tem qualquer prejuízo por ser ele o responsável em custear o consumo produtivo contanto que a mercadoria produzida seja vendida por um valor que, pelo menos, seja igual ao custo despendido. Já o consumo reprodutivo diz respeito ao que o trabalhador assalariado realiza para conservar sua força de trabalho, comprando mercadorias para sua subsistência e assim, dia após dia, poder vender sua força de trabalho ao capitalista. Para isso, ele faz uso do valor pago pelo seu tempo de trabalho na compra de mercadorias indispensáveis para a sua regeneração e a dos seus; um processo de consumo necessário que, ao fim e ao cabo, produz o lucro do capitalista. Nas palavras de Marx:

Ele [o capitalista] lucra não apenas com o que recebe do trabalhador, mas também com o que lhe dá. O capital que foi alienado em troca da força de trabalho é convertido em meios de subsistência, cujo consumo serve para reproduzir os músculos, os nervos, os ossos, o cérebro dos trabalhadores existentes e para produzir novos trabalhadores. Dentro dos limites do absolutamente necessário, portanto, o consumo individual da classe trabalhadora é a reconversão dos meios de subsistência, alienados pelo capital em troca de força de trabalho, em nova força de trabalho a ser explorada pelo capital. Tal consumo é produção e reprodução do meio de produção mais indispensável ao capitalista: o próprio trabalhador (Marx, [1867] 2011, p. 788).

Agora, façamos algumas reflexões sobre alguns aspectos do consumo produtivo e reprodutivo na escravidão oitocentista brasileira. O consumo produtivo envolvia tão quanto as mercadorias meio de produção para a realização da mercadoria final, no caso o café que seria remetido ao mercado mundial. Contudo, enquanto no assalariado a força de trabalho do trabalhador é também um meio de produção que determina os dispêndios de consumo produtivo do capitalista, no escravista o trabalhador escravizado é ele próprio uma das mercadorias meio de produção, bem como, a certa medida, pode adquirir um caráter de ser mercadoria final, remetida ao mercado interno de tráfico de escravos. Mas, enquanto no modo de produção assalariado a produção e reprodução de portadores de força de trabalho é realizada fora do processo produtivo, embora coagida por ele, a produção de trabalhadores no modo escravista está integrada ao processo produtivo. Vemos isso com o consumo reprodutivo, realizado para a produção e regeneração do trabalhador, já que também era de encargo do proprietário rural e senhor de escravos.

Conforme foi explanado por Marx ([1867] 2011, p. 787), no modo de produção assalariado o consumo produtivo da força de trabalho do trabalhador representa um item de consumo que pertence ao capitalista enquanto um meio de produção; e no consumo reprodutivo, o trabalhador pertence a si mesmo e “executa funções vitais à margem do processo de produção”. O que vemos aqui é que no modo de produção escravista o trabalhador nunca pertencia a si mesmo, o seu consumo reprodutivo era também consumo produtivo do capitalista. Sendo que, no Brasil pós 1850, o consumo efetuado para reproduzi-lo produzia conjuntamente uma mercadoria meio de produção, um bem e uma mercadoria final para venda.

Essa constatação demonstra mais um caráter específico da relação do processo de produção e reprodução escravista, que é capaz de revelar muito da sua unicidade e complexidade. Particularmente à questão reprodutiva biológica, com fins de renovação geracional dos trabalhadores para exploração da força de trabalho, uma vez que o escravizado era, como atestado por Mintz (1978), fundamentalmente o meio de produção da *commodity* para a acumulação de capital por meio deste processo de produção, os manuais contêm a especificidade de uma razão econômica calculada para obtenção de capital advindo de uma relação social de produção escravista. À luz do que foi exposto nos manuais da primeira fase da escravidão oitocentista, por Taunay ([1939] 2001) e Vernek (1947), e já com o que foi exposto da segunda fase, com o abordado no manual de Werneck (1854), notamos como os autores equacionam, por exemplo, a acumulação dos proprietários rurais à luz das possibilidades de reprodução dos trabalhadores escravizados. Isso se vê claramente, por exemplo, nas ponderações que realizam quanto à morte dos escravizados e a necessidade de reposição dessas

forças de trabalho.

Enquanto no modo de produção assalariado a morte de um trabalhador livre não representava perda de capital investido, tampouco redução da força produtiva, porque bastava ao capitalista recorrer novamente ao mercado de trabalho, de onde compraria uma nova força de trabalho pelo mesmo valor que vinha empenhando pela força de trabalho perdida, no modo de produção escravista, a morte de um trabalhador representava novos custos para o capitalista, como também poderia ocasionar na redução da força produtiva, considerando as dificuldades em encontrar mão-de-obra escrava. Como já foi exposto pelos excertos dos primeiros manuais, a reposição de um trabalhador inativo por um ativo era efetuada, usualmente, com uma nova compra de escravo, o que, por consequência, aumentava-se os dispêndios do capitalista com o consumo produtivo, já que necessitava de mais mercadorias de meio de produção, no caso, o trabalhador. Já os manuais do segundo período, que estão por hora em análise, demonstram que, quando o tráfico internacional passou a ser ilegal, a disponibilidade do trabalhador não era uma certeza: se a *plantation* não reproduzisse escravos até a idade produtiva no mesmo ritmo que eles morriam, a sua força produtiva iria conseqüentemente decair, a não ser que se empenhasse imensos recursos em novas compras. Ambos os cenários acarretavam a redução da acumulação de capital do proprietário rural.

É certo que no modo de produção assalariado, conforme declara Arruzza (2017), o processo de produção é também um processo de reprodução, sendo que o contrário não pode ser afirmado, isto é, o processo de reprodução não é um processo de produção, e que, como visto, no modo de produção escravista, principalmente em atenção ao período em que a reprodução biológica necessitava de se realizar endogenamente, essa oposição demonstra não ter cabimento, uma vez que os processos se executam numa única esfera. Ainda assim se nota que tais processos de produção e reprodução, embora distintos, se articulavam como meios de acumulação de capital.

Na dinâmica de acumulação de capital do sistema-mundo, este olhar permite ver uma conexão da reprodução do modelo de controle de trabalho livre com a reprodução do modelo de controle de trabalho escravo em dependência da expansão do domínio capitalista ao ventre escravizado. Ora, o fornecimento de matéria-prima a baixo custo necessário para a industrialização europeia dependia da reprodução geracional da força de trabalho em territórios periféricos ainda escravistas, que já não usufruíam do tráfico transatlântico. O mesmo ocorria com o fornecimento de bens de consumo que contribuíam com o provimento da vida dos trabalhadores, como o café. Como demonstrou a teoria da segunda escravidão, o processo produtivo da economia-mundo capitalista oitocentista funcionava em economia de escala, ou seja, demandava a máxima utilização de todos os envolvidos no processo. Para

fazer a produção industrial crescer era preciso que aqueles que provinham seus bens primários também aumentassem sua produção para exportação. Por sua vez, a produção destas *commodities* dependiam da reposição da força de trabalho, cada vez mais explorada e intensificada, força qual só podia ser constantemente fornecida pelo processo de reprodução biológico.

Ao fim e ao cabo, para a continuidade desta dinâmica era necessário fazer vingar bebês de mães escravizadas. Embora Werneck tenha exaustivamente tratado da importância de se fazer crescer a população, ele não deu muitos detalhes do método recomendado. Diz ele que para aumentar a população escravizada existente no país bastaria “a solicitude pela gravidez, mais zelo e cuidado para com os recém-nascidos e as crianças” (Werneck, [1865] 1855, p. 23). Seguidamente, reforça que os administradores rurais deviam promover todos os meios possíveis para ocasionar a propagação de escravos, contanto que estivessem de acordo com a moral e a religião. Quanto aos meios, apenas diz:

Todos nós sabemos quaes as medidas, que o senhor deve tomar para assegurar-se da procreação dos seus escravos. Melhor vestuário, melhor habitação, melhor nutrição, cuidados nas enfermidades, e outros alvitres, que são em geral desprezados entre nós, bastarão para salvar muitas vidas, que hoje se sacrificão pelo desleixo e incuria (Werneck, [1865] 1855, p. 27).

Mais do que promover uma maior taxa de fecundidade, ele enfoca-se em não perder aqueles que foram gerados. Já o manual de Fonseca (1963) joga com as duas medidas, a da vida e a da morte. Porém, antes de entrarmos nos detalhes desta obra, interessa primeiro contextualizá-la acerca da conjuntura da reprodução social da escravidão brasileira no período em que foi publicada.

Conforme já referido no segundo capítulo desta dissertação, os abolicionistas foram se multiplicando após o fim do tráfico negreiro, na metade do século XIX, muito influenciados pela pressão do movimento abolicionista internacional. A ilegalidade do tráfico transatlântico representou a todos do Império brasileiro uma derrota dos escravistas para uma Inglaterra mascarada de valores abolicionistas. Ainda, somando-se ao contexto internacional, em 1863, quando a obra de Fonseca foi publicada, o país estava prestes a perder sua referência na escravidão norte-americana e no seu modelo de reprodução social. Isto porque a Guerra da Secessão, que leva ao fim da instituição nos Estados Unidos, encontrava-se a dois anos do seu encerramento, que representou outra vitória para o movimento abolicionista internacional.

Conforme apontou Salles (2008), tal guerra, iniciada em 1861, abriu os olhos da classe senhorial, que passou a aguardar o questionamento interno e externo de todo o conjunto do regime escravista brasileiro. Não é à toa que já se procurava ir vagarosamente abrindo o caminho para o seu fim. Por exemplo, este mesmo autor revela que, embora a Lei do Ventre Livre só tenha sido sancionada

em 1872, ela já estava em apreciação parlamentar desde 1867.

Então, como integrante da classe senhorial escravista, pensa-se que não é resultado do acaso ou unicamente pelo fato de ser padre que Fonseca é, sem dúvidas, o autor que faculta ao escravizado maior grau de humanidade. Por exemplo, mesmo quando ele salienta a importância de se fazer crescer a prole escravizada para aumento do lucro senhorial, a relaciona com a propensão ao amor dos trabalhadores escravizados similar a dos senhores de escravos. Diz ele:

Portanto devem lembrar-se os fazendeiros, que os seus escravos também são homens, e tem como eles a mesma propensão para o amor, e por isso lhes devem facultar casarem-se à sua vontade, pois d'ahi provêm socego e moralidade dos escravos, assim como o lucro e tranquilidade dos senhores, como vou expor. O preto casado ordinariamente tem filhos, e os deve amar, assim como a sua mulher; portanto tem mais adesão à casa do seu senhor; e se trata bem de seus filhos, lhe cria amor, por uma *sympathica* retribuição. Está livre de passeiar de noite, e de perturbar famílias dos vizinhos, e por isso de sofrer algum desastre. Além de tudo isto, a prole enriquece a seu senhor. Adverte-se, porém que os escravos casados não devem viver promiscuamente com os solteiros no mesmo pátio. Devem ter pátio separado, e receberem suas mulheres de noite. (Fonseca, 1863, p. 102).

O autor procura convencer outros proprietários para o estímulo do casamento entre escravizados, escorando-se na procriação que resulta em lucro, embora não especifique que tipo de lucro é esse – se pela exploração do trabalho, se pela venda –, e na disciplina escrava. A disciplina, pela primeira vez, aparece distante dos castigos e violência, método detalhado nos manuais da primeira metade do século XIX e que, nesta obra, é desaconselhado. Apesar de ter comparado o escravizado ao proprietário na tendência ao amor, ele não o vê como igual, classificando-o ainda como raça distinta da branca.

É indubitável que a raça africana tem a mesma propriedade para reprodução, como a raça branca, e que as fazendas em que ella não aumenta deve a sua diminuição a causas especiais: como são os lugares insalubres das suas habitações, o máo tratamento diario, pouca atenção e abandono nas suas enfermidades, o trabalho excessivo, as vigílias, finalmente a falta de casamento entre elles, que é a principal causa (Fonseca, 1863, p. 101-2).

A aproximação entre a humanidade do senhor com a do escravizado é vista ao longo de todo o capítulo relativo à administração da escravaria. Ele defende, por exemplo, que o primeiro dever de todo homem é ser útil ao seu semelhante e elenca, neste argumento, a necessária utilidade do proprietário rural ante ao trabalhador escravizado: “Partindo deste princípio segue-se que o senhor de uma fazenda tem rigorosa obrigação de prestar aos seus escravos todos os meios que forem indispensáveis para o seu bem estar, e para tornar mais tolerável a sua triste condição” (Fonseca, 1863, p. 95-6).

Num outro momento, em que especifica como as crianças devem ser tratadas, com especial atenção do senhor para assim serem gratas ao carinho e lhe criarem afabilidade, diz que elas nunca

devem ser maltratadas. Justifica os bons tratos na humanidade que lhes pertence, embora não seja a mesma que possuem os filhos do senhor: “A humanidade de qualquer modo que seja revestida, tem sempre o direito de ser bem tratada” (Fonseca, 1863, p.101). Esta característica não foi encontrada nos outros manuais. Os autores já referidos, quando falavam em humanidade, diziam respeito a uma condição que só os senhores tinham e por serem dotados dela tinham de assim agir perante os escravos, principalmente quando mencionavam os castigos.

Além disso, é peculiar que nenhuma passagem do manual de Fonseca faz alusão ao preço do escravo, nem a qualquer tipo de compra, venda ou transação de tráfico interno. Crê-se que, numa conjuntura em que o modelo de reposição dos trabalhadores escravizados já estava há mais de uma década assentado, o autor delimitou-se em dissertar mais sobre como ocasionar a reprodução geracional do que no porquê.

Como já visto em manuais anteriores, ele atenta-se à manutenção da saúde dos trabalhadores, para não perder os já ativos e principalmente para fazer crescer saudável a prole até idade recomendada para ser remetida ao trabalho produtivo.

Quando os meninos passarem de cinco anos, devem ir aprendendo alguma doutrina cristã, e principiar a trabalhar em serviços que forem compatíveis com as suas forças, porém por pouco tempo: pois é isto somente para moralisa-los, e para desenvolver e fortificar os seus musculos, e não para tirar fructo do seu trabalho; pois só de dez annos por diante podem dar algum serviço a seus senhores. Os meninos devem comer mais vezes que os adultos, porque o requer a sua constituição (Fonseca, 1863, p.101).

Pelo excerto, pode-se perceber que, seguindo-se as normas de Fonseca, o escravizado gerado no interior da *plantation* representa dez anos de custeio do proprietário durante seu desenvolvimento. Isto é, o proprietário arcaria com os custos da reprodução do provimento da primeira década de sua vida, para depois obter retorno com a execução de trabalho produtivo da criança escravizada no cultivo agrícola. Como mostra o autor, essa despesa é vista como um investimento para trabalho futuro, por isso delega diferenciada atenção e alimentação, com o objetivo de obter-se posteriormente um trabalhador bem capacitado, corporalmente estruturado para o trabalho produtivo e disciplinado.

Quanto ao provimento de vida que condiciona a reprodução, conforme já exposto em anterior citação de Fonseca, o autor trata das condições salubres da senzala, higiene escrava, e alimentação nutritiva, dando inclusive a medida dos alimentos para cada refeição. É neste momento que o autor traz sua principal marca diferencial quanto ao tratamento da escravaria, a distinção sexual dos trabalhadores escravizados.

Entenda-se sempre que o preto deve ter por adubo em cada comida uma onça de toucinho, ou banha, e duas onças de carne sêcca por dia. As pretas regulão o mesmo tratamento; mas o

seu serviço deve ser menos pesado, pois a sua condição é mais débil (Fonseca, 1863, p. 98).

Essa é a primeira vez que, nos manuais, adjetiva-se a mulher como naturalmente mais frágil que os homens. Nas outras obras, só havia sido brevemente abordado um tratamento diferenciado para a mulher que gestava, com o intuito de não se perder a prole. É curioso porque só quando recaiu à mulher escravizada a responsabilidade geracional da futura classe de trabalhadores que empregou-se a ela algumas das condições biológicas deterministas da inferioridade das mulheres brancas, segundo a ideologia de gênero da época (Beauvoir, 1970). Até a primeira metade do século XIX, a mulher escravizada que não estava alocada nas Casas-Grandes dispunha-se para o trabalho na *plantation* tanto quanto o homem escravizado, com exceção ao período em que gestava e lactava. Como exposto no segundo tópico deste capítulo, o período de resguardo em razão da fecundidade era tido, inclusive, como uma perda econômica do proprietário rural.

Este assunto é mais bem abordado por Reddock (1984, como referido em Mies, 2014) que, debruçada no estudo da escravidão colonial e pós-colonial do Caribe, constata que enquanto o tráfico internacional de escravos era vigente, os senhores de escravos eram guiados no tratamento da escravaria por uma ideologia de gênero oposta àquela que os orientava na relação com suas mulheres. Neste quadrante, diz que as mulheres escravizadas eram desencorajadas a casar e a gestar, até mesmo proibidas, uma vez que era mais barato importar os trabalhadores do que pagar pela reprodução geracional da força de trabalho escrava.

Então, o que se vê pelo manual de Fonseca é sinais da alteração desta ideologia no contexto brasileiro a partir do momento em que o modo de produção passou a depender daquele corpo reprodutor. Deriva-se daí um especial concernimento do autor à saúde reprodutiva da mulher, que devia receber tratamento diferenciado em razão do seu sistema e ciclo reprodutivo. Por exemplo, o autor diz que no tempo da menstruação e gravidez a escravizada deveria merecer cuidados próprios. Prossegue-se com as palavras do padre:

[...] nestas ocasiões evitarão os calores fortes nos dias de sol, e o fogo das fomalhas; pois o calor excessivo nestas occurrencias causa hemorragias uterinas e abortos. Podem comtudo trabalhar ao tempo até às dez horas do dia, e das tres da tarde por diante, ou em outros serviços domésticos, como o fiar, tecer, etc (Fonseca, 1863, p. 98).

Ainda sobre o ciclo reprodutivo, o autor demonstra necessários cuidados a fim de não prejudicar a fertilidade da escravizada. Ele diz:

As mulheres no tempo de sua regra, não devem pisar na lama nem metter os pés dentro d'agua fria, porque isto pode causar sua suppressão e graves enfermidades. As pretas neste tempo, e no da sua gravidez, não devem ser tratadas com rigor; porque isto muitas vezes é causa dos abortos, suppressão das regras, e de muitos outros inconvenientes (Fonseca, 1863,

p. 98).

Em seguida, encontramos o motivo em que se alicerça diferenciado tratamento: “Na ocasião do parto a escrava deve merecer a mesma atenção que merece a sua senhora, e o recém-nascido os mesmos cuidados que os seus jovens senhores. Praticar o contrário seria faltar à humanidade e ao nosso interesse” (Fonseca, 1983, p. 99). Este trecho demonstra novamente a adequação da teoria da reprodução ao possibilitar a associação da reprodução geracional como instrumento manipulado para reprodução da sociedade de classes. Isto porque ao se referir aos filhos dos proprietários rurais, os chama de jovens senhores. Isto é, eles não são gerados por mulher da classe explorada e, portanto, não se destina a eles o papel de fornecimento de força de trabalho. O contrário acontece com o filho da escravizada, que já nasce escravo e é educado como um investimento para futura exploração, ou seja, para a renovação da classe explorada.

Além disso, o trecho salienta que todo o cuidado com a gestante e o recém-nascido, embora também apresente uma argumentação perfumada com a humanidade do senhor para com seus escravos, é orientada pelo interesse econômico que esse possui em fazer crescer a sua escravaria. O mesmo se apresenta quando o autor se dedica aos cuidados necessários com os bebês. Entre as recomendações, aconselha que as mães não dormissem na mesma cama que os filhos. Era preciso, portanto, que a habitação escrava fosse organizada para confortar ambos em locais distintos, a mãe na cama, o filho em berço. Esta disposição evitaria, segundo o autor, muitas das mortes que ocorrem de “meninos afogados e esmagados” (Fonseca, 1983, p. 99).

Para sintetizar e concluir com a derradeira análise de manual, estes últimos trechos destacados da obra de Fonseca demonstram que, independente da suposta condição mais débil da mulher escravizada, ela nunca era interpretada e condicionada pela mesma orientação que distinguia os sexos da sociedade dominante. A mulher escravizada só passou a ser objeto de maior atenção no manual e com específicas recomendações nos assuntos que tangiam à administração da escravaria quando o futuro da acumulação de capital de seu proprietário e do ordenamento daquela sociedade de classes começou a depender de seu ventre.

Conclusão

As considerações finais que se apresentam a partir de agora desdobram-se em três dimensões e, nelas, é reiterado o que foi possível endossar, indicar ou concluir por meio do confronto das

perspectivas e teorias aqui mobilizadas com a análise dos manuais de agricultura oitocentistas, utilizados como fonte de pesquisa. Discriminadas como pontos conclusivos, grosso modo, o primeiro trata das práticas e técnicas de reprodução de escravos na dinâmica da economia-mundo capitalista; o segundo, do encontro do gênero nesta dinâmica; e o terceiro, da reprodução social da escravidão.

O primeiro ponto conclusivo refere-se, pois, à alternância de estratégias dos senhores de escravos para a reprodução da escravaria conforme ocorriam movimentações políticas e econômicas dentro da dinâmica da economia-mundo capitalista. Esta dissertação permitiu observar que ao passo que o contexto econômico e social global se alterava, também se modificava a forma que a reprodução social da escravidão brasileira – considerados os âmbitos da reprodução da força de trabalho, reprodução biológica de trabalhadores e reprodução dos provimentos da vida – era significada, pensada e normatizada por aqueles que protagonizavam o papel de dominância naquela relação social de produção.

Já ficou exposto que no início do século XIX a conjuntura da economia-mundo capitalista ganhou novos arranjos. Salienta-se a hegemonia da Inglaterra no sistema interestatal, derivada do protagonismo na Revolução Industrial, e a queda da escravidão colonial compreendida pela segunda escravidão, em que sucedeu um modo de produção ainda escravista, mas de caráter industrial. Sublinha-se estas informações porque, com o fim da escravidão colonial, o extenso período de um capitalismo caracterizado pelo mercantilismo e por monopólios derivados da submissão das colônias às metrópoles se encerrou, dando abertura para o desenvolvimento da economia-mundo firmado no livre mercado. Como visto, uma das consequências diretas desta abertura recaiu sobre o tráfico internacional de escravos e, seguidamente, sobre a futura disponibilização de mão de obra escrava ao mercado escravista brasileiro.

Nesta altura, a Inglaterra passou a combater com intensidade o tráfico negreiro devido a, resumidamente, cinco motivos: (i) o país já não obtinha vantagens econômicas monopolistas com o tráfico de escravos, tal como obteve ao longo do século XVIII e assim muito acumulou capital para seu desenvolvimento industrial (Marx, [1867] 2011; Williams, [1944] 1975); (ii) formar contingente de trabalhadores africanos nas recém-colônias da África Ocidental (Wallerstein, 1979); (iii) prejudicar seus adversários econômicos europeus ao dificultar a relação deles com seus fornecedores escravistas (Wallerstein, 1979); (iv) aumentar o preço das *commodities* de consumo para que colônias inglesas das Índias Ocidentais competissem novamente no mercado mundial e, com isso, satisfazer essa classe senhorial (Tomich, 2011; Marquese & Parron, 2011); e (v) responder a uma demanda da população inglesa abolicionista, embebida pelos ideais da Era das Revoluções (Blackburn, 2016; Marquese &

Parron, 2011).

Na aqui chamada primeira fase do regime escravista pós-colonial brasileiro, o Império do Brasil, respondendo às demandas da classe senhorial brasileira, tendo em vista que muitos membros deste grupo também compunham a elite política do país, fazia frente às pressões inglesas e conseguia driblar as medidas restritivas de Londres, dando continuidade ao tráfico internacional. Para este período, observou-se o manual de Taunay (1839). Escrito em 1829, a obra sequer ponderou o fim da escravidão como um destino incontornável. Nela, o tráfico de escravos foi valorado como essencial, assim como os trabalhadores escravizados, que sempre eram aludidos aos oriundos do continente africano. Para ele, a reprodução social da escravidão tangente à substituição da força de trabalho era garantida, majoritária e inescapavelmente, pelos navios negreiros transatlânticos. O próprio autor disse, palavra por palavra, que não fosse o constante fornecimento de mão de obra escrava pela imigração forçada, a escravidão brasileira tornar-se-ia insustentável devido à alta taxa de mortalidade dos trabalhadores. Isto é, na concepção de Taunay, não haveria formas de se substituir os trabalhadores escravizados no mesmo ritmo que morriam, o que por consequência interferiria diretamente na produtividade do cultivo agrícola do país.

A análise de seu manual permitiu perceber que, em razão da reprodução social da escravidão estar assegurada pelo tráfico, as estratégias propostas pelo autor para a continuidade do processo produtivo assentes na exploração da força de trabalho escrava eram esculpidas neste arcabouço, o que moldava inclusive sua normatização em relação à reprodução geracional e biológica dos escravizados. Sua metodologia para reprodução interna guiou-se por uma moralidade cristã com adição de um cariz econômico, porém este último aspecto voltava-se ao mero sentido de boas práticas. Para ele, era economicamente favorável cuidar da escravaria para que, com isso, o plantel de cativos mantivesse sua grandeza sem necessidade de recorrer a constantes aquisições. Ou seja, as técnicas sugeridas aos colegas agricultores eram caso tivessem a intenção de se obter autonomia reprodutiva no interior da *plantation*, sendo essa um resultado desejado, mas não indispensável. Diante disso, fez-se presente em sua obra recomendações que rondavam tanto à manutenção da escravaria quanto à procriação.

As ideias e sugestões de Vernek (1947) que se inseriam no âmbito da reprodução social da escravidão já não foram apresentadas do mesmo modo. Interessa lembrar que o autor produziu sua obra pouco tempo depois da promulgação da *Bill Aberdeen*, de 1945, tendo, portanto, um ambiente escravista brasileiro discrepante daquele em que Taunay estava inserido aquando de sua escrita. Vernek foi autor de manual agrícola de um país já infligido e que pressagiava sofrer cada vez mais ataques ingleses se não extinguisse o tráfico internacional de escravos. No momento que escrevia, a

ida dos navios negreiros à costa brasileira já estava dificultada e, como efeito, o preço do trabalhador no mercado de mão de obra escrava, elevado. Assim sendo, notou-se predominante na razão econômica deste autor fatores para evitar perda de investimentos, ocasionada pela morte de trabalhadores escravizados somada a conseqüente necessidade de nova aplicação de recursos para reposição de mão de obra perdida. Diante das práticas voltadas à reprodução, encontrou-se seu maior desassossegado em, antes de reproduzir novos trabalhadores, não perder os que ali já existiam. Conseqüentemente, suas estratégias para reprodução da escravidão direcionaram-se majoritariamente a melhorias de provimento de vida e não tanto à promoção da procriação biológica em si.

Então, vê-se que já nesta primeira fase da escravidão oitocentista, em que a reprodução social ainda era possibilitada pela compra de escravizados, políticas diplomáticas executadas para disputa de poderio econômico do sistema interestatal influenciaram diretamente o modo de pensar e agir sobre a reprodução escravista. Os proprietários escravistas, que dependiam desse regime para manter-se em posição de dominância na sociedade de classes brasileira e também acumularem capital através do fornecimento de *commodities* de consumo no mercado mundial, tiveram de moldar suas práticas sociais de acordo com a disputa econômica global, envolvente do tráfico internacional de escravos, que lhes era imputada.

Quando, em 1850, o tráfico é de fato proibido pelo Império brasileiro, que, com isso, objetivava preservar a soberania do país, os manuais passam a conter argumentos mais incisivos a favor da procriação endógena de escravos, bem como metodologias mais detalhadas e justificadas. Apoiada nestas obras, notou-se que na medida que as jogadas políticas e econômicas que procuravam ocasionar o enfraquecimento do tráfico e da instituição escravista iam sendo realizadas, as práticas escravistas executadas dentro das fronteiras domésticas do Brasil iam se reconfigurando para que o modelo de controle de trabalho escravo pudesse perseverar sem recorrer a trabalhadores vindos do continente africano. Ora, relembra-se que o tráfico internacional de escravos foi extinguido em momento que o Brasil ocupava a liderança do mercado mundial no fornecimento do café, ou seja, o que lançava o país na economia-mundo capitalista e o inseria nessa posição periférica vantajosa era um produto cultivado por braços cativos. Para aquele momento, previa-se dois possíveis cenários: os escravistas se adaptavam a esta nova realidade contornando os obstáculos políticos internacionais ou perderiam espaço na economia-mundo capitalista e seriam ultrapassados por seus concorrentes na hierarquia do sistema interestatal.

A forma encontrada para adaptar a produção brasileira àquela nova realidade imposta pelas forças hegemônicas do sistema interestatal foi delineada pelos próprios proprietários rurais e senhores

de escravos, a qual está traduzida em palavras registradas nos manuais de agricultura da segunda fase da escravidão oitocentista brasileira. Enquanto Taunay e Vernek variavam suas concepções em relação à reprodução biológica ora assentadas em valores cristãos, ora em econômicos, bem como ora voltados às compras de trabalhadores, ora à autonomia reprodutiva de cativos no interior das *plantations*, Werneck ([1855] 1865) publicou um manual alicerçado numa racionalidade puramente econômica quanto à reprodução doméstica da escravaria, assim como também percebia o desenvolvimento do país dependente dela. Em comparação aos autores do primeiro período, que colocaram a procriação como um plano desejável, Werneck defendeu ampla e explicitamente a reprodução natural dos escravizados como indispensável para o crescimento econômico do país. Para tanto, dizia que os proprietários de escravos deviriam adotar condutas de gestão de escravaria que provocassem esse aumento, embora não tenha aprofundado o detalhamento de seu método, exemplificado em poucas ações para melhorias de provimento de vida dos trabalhadores.

Tal metodologia já se apresentou muito bem discriminada em Fonseca (1963), extraída de um contexto social e econômico brasileiro modificado em comparação ao vivenciado aquando da publicação do manual anterior. Enquanto a obra de Werneck foi incisivamente crítica e justificada quanto à necessidade de se promover o crescimento da população escravizada para o desenvolvimento nacional, este outro autor não realizou nenhum tipo de análise neste sentido, mas detalhou os meios pelos quais acreditava incitar o aumento vegetativo do plantel de cativos a título de prosperidade dos senhores de escravos.

Na década em que publicou seu manual, a ideia de que a escravidão só poderia continuar pela procriação natural interna já estava consolidada entre os membros da classe senhorial que nesta posição ansiavam manter-se dando continuidade à relação social de produção escravista. Mas, neste período, a instituição escravista estava sob ataque como um todo: enfraquecida nos Estados Unidos com a Guerra da Secessão e sofrendo constantes enfrentamentos dos movimentos abolicionistas organizados, que cresciam internacionalmente bem como dentro do Império brasileiro. Ou seja, para postergar a longo prazo a produção agrícola com base na mão de obra escrava seria preciso que a própria *plantation* reproduzisse seus futuros trabalhadores.

Foi isso que se viu no manual de Fonseca, uma metodologia pormenorizada de, para além de não perder os escravos que ali já trabalhavam, promoção da procriação dos cativos. Não é à toa que este é o manual que expôs mais minuciosamente questões sobre o ciclo reprodutivo feminino, meios de se preservar um organismo fértil, de se evitar abortos espontâneos, de cuidar de bebês recém-nascidos a fim de evitar a mortalidade infantil, e de educar crianças até atingirem idade adequada para

serem empregadas no trabalho produtivo agrícola.

Pode-se finalizar este primeiro ponto de considerações conclusivas como o debruçado em análises que procuraram relacionar o contexto de ordenamento do sistema interestatal com as práticas de reprodução escravista executadas internamente ao Brasil. Exatamente por ter relacionado um ao outro, foi possível descortinar e identificar um ritmo de alterações nos processos de reprodução escravista no Brasil, indo da base exógena com imigração forçada para a base endógena com a reprodução biológica, comandado por um compasso imposto pela dinâmica estrutural da economia-mundo capitalista. Isso não quer dizer que um acontecimento que infligia negativamente a instituição escravista brasileira, provocado em razão das disputas por hegemonia deste sistema, evocasse subitamente reações e alterações no seu processo de reprodução, exigindo uma completa reconfiguração do modelo. Em outras palavras, tais acontecimentos demandavam que o modelo fosse adaptado, mas eles não representavam um instante fecundo em que todo um novo esquema de operação havia de nascer.

Como demonstrou Bourdieu (2001), os agentes de um campo econômico beneficiam-se de certo grau de previsibilidade, o que os possibilita organizar ações continuadas de adaptação e transformação de suas práticas sociais. Contudo, sendo os escravistas o lado mais fraco dos capitalistas deste grande campo econômico constituído na configuração do sistema interestatal oitocentista, eles não conseguiam impedir que transformações desfavoráveis a eles ocorressem. De fato, o funcionamento da estrutura tende a favorecer àqueles que estão em posição de maior domínio no campo, os que congregaram mais capitais, localizados no centro do sistema e não na sua periferia, como acontecia com os brasileiros.

Na conjuntura da escravidão oitocentista brasileira, restava aos capitalistas brasileiros adaptarem-se novamente às regras e ao ordenamento do campo e é esta adaptação que os manuais permitiram ver. Tanto é assim que começamos com a análise de um manual que dissertava sobre práticas voltadas à reprodução da escravaria orientado numa realidade de tráfico internacional operante, em que a compra do escravizado era a protagonista deste processo, e terminamos com a análise de um manual escrito mais de três décadas depois, em que não há qualquer alusão às transações comerciais para obtenção de mão de obra. Nesse, todo o pensamento enquadrado dentro da temática da reprodução social escravista foi adaptado para e orientado pela reprodução geracional endógena da escravaria.

Daí, avança-se para o segundo ponto conclusivo desta dissertação: a opressão das mulheres escravizadas como integrante do processo de reprodução do capital e a presença dessa opressão no

processo de distribuição desigual de capital próprio do sistema interestatal. Em consonância com a teoria da reprodução social, reitera-se que a opressão das mulheres é basilar para o modo de produção capitalista, qualquer que seja ele, assalariado ou escravista. Ambos os modos se organizaram para a acumulação de capital resultante da exploração da força de trabalho de trabalhadores, tornando o controle sobre a produção deste profícuo artigo, o trabalhador, fulcral para o andamento dos dois modelos. Enquanto teóricas já referenciadas, como Vogel ([1983] 2013) e Federici (2017; 2019), nos auxiliaram mostrando como se dava e se dá o controle de um corpo livre para garantir a produção e reprodução de trabalhadores, esta dissertação exibiu alguns aspectos da opressão das mulheres escravizadas integradas ao processo de produção capitalista escravista.

Com a análise dos manuais, conforme resumido nos parágrafos anteriores a título conclusivo, foi possível perceber inclusive que as formas de se controlar o corpo feminino escravizado eram manipuladas e alteradas conforme a necessidade dos capitalistas. Mais, lembra-se que analisar tais documentos procurando perceber como se sucedeu o controle sobre as trabalhadoras escravizadas e a reprodução biológica de trabalhadores tinha, sobretudo, um objetivo: o de compreender o gênero no funcionamento do sistema-mundo capitalista. Deste modo, desejou-se transpassar o entendimento da opressão contra as mulheres como basilar do capitalismo, como feito pelas teóricas da reprodução social, para localizá-la no eixo estrutural da economia-mundo capitalista. Acredita-se ter sido possível suscitar alguns contributos.

Na perspectiva do sistema-mundo, em que aqui foi trabalhada principalmente pela teoria de Wallerstein (1974), o sistema capitalista se desdobra num sistema interestatal capitalista, o qual estava dividido, no século XIX, em zonas geográficas distintas para cada modelo de controle de trabalho, cujo intuito era promover trocas internacionais de mercadorias de menor ou maior valor, de modo que essa dinâmica favorecesse alguns países, os centrais, que trocavam mercadorias de alto valor agregado, em detrimento de outros, os periféricos, que trocavam *commodities* primárias. Desconfiou-se, assim, que a opressão das mulheres também haveria de ser localizada na dinâmica da desigualdade funcional deste sistema, já que distintos modos de produção foram cruciais para se obter tais trocas desiguais e que, independente do modo, demandava-se produzir e repor os trabalhadores que eram neles explorados, o que envolvia o controle sobre o corpo feminino.

Iluminada pela teoria da segunda escravidão, que esmiúça as transformações da escravidão moderna associando-as à temperatura da economia mundial, essa dissertação foi capaz de perceber uma relação entre tais transformações com a opressão das mulheres escravizadas no caso específico brasileiro, que era adaptada a fim de responder às demandas emergidas do contexto da economia-

mundo oitocentista. Conforme a escravidão negra foi assumindo o caráter industrial e de escala concomitava as pressões políticas de combate ao tráfico. Como citado, as décadas anteriores da efetiva proibição do tráfico internacional no Brasil, em 1850, foi de intensa chegada de homens e mulheres do continente africano destinados a uma vida cativa. Neste período, o corpo da mulher negra escravizada dentro das *plantations* brasileiras era, sobretudo, utilizado para as atividades produtivas; a intenção direcionada pelos seus proprietários sobre a capacidade reprodutiva de seu ventre demonstrou ser minorizada. Após a proibição, com a promulgação da Lei Eusébio, a demanda do mercado mundial pelas *commodities* tropicais continuavam ascendentes e, evidentemente, os compradores não tinham preferências por fornecedores: compravam de quem ofertava nas quantidades e nos preços mais vantajosos. Assim, para manter-se no mercado, os capitalistas brasileiros alteraram a significação primária que atribuíam àquele corpo feminino: a capacidade reprodutiva passou a ser prioritária e a agrícola produtiva foi para um segundo plano. Destarte, o que se conclui é que, independentemente de o corpo feminino – e a mulher escravizada – ter ou não ter sido usado prioritariamente no processo produtivo agrícola ou no reprodutivo de força de trabalho, havia sempre sobre ele uma ação direcionada para e orientada pelo processo de reprodução de capital. Ou seja, as experiências dessas trabalhadoras oprimidas enquanto escravizadas eram determinadas pelas forças do capital⁴³, pelo papel que cumpriram na produção e reprodução desse. Por isso, aqui afirma-se que apesar do ventre ser do corpo feminino, era tido como propriedade do senhor de escravos e, sobretudo, um ventre do capital.

Somando-se as especificidades do quadro político, reconhecido como um cenário internacional antiescravista, e econômico da segunda escravidão, com caráter industrial e de escala, entendeu-se que o corpo feminino escravizado foi mobilizado sempre à mercê dessa relação em que se contornava as ameaças políticas à instituição para garantir a presença ativa do país – e da classe proprietária – no mercado mundial. Se, mesmo contrários à instituição, os países centrais demandavam mais café para suprir sua classe operária – curiosamente um produto de provimento de vida para a reprodução dos trabalhadores livres – respondia-se a essa demanda intensificando a produção do grão nas *plantations* brasileiras, o que, por sua vez, dependia da maior disponibilidade dos trabalhadores, que a partir de 1850 só se fez possível alterando-se a intenção produtiva sobre o corpo feminino escravizado: do café para o trabalhador.

Há de se lembrar que os modelos de controle de trabalho que se relacionavam para o devido

⁴³ Reconhece-se que a vida se dá em diversas dimensões que não só na esfera do trabalho, no caso do trabalho escravo. A experiência da vida escrava também foi realizada e pode ser interpretada em outras dimensões, sociais, culturais, incluindo-se as diversas formas de resistência ao que era imputado como seus destinos cativos. Mas justifica-se que, aqui, procurou-se compreender o fluxo das experiências da vida escravizada quando levadas pelas correntes estruturais do sistema capitalista.

funcionamento do sistema-mundo capitalista dizem respeito aos processos produtivos que, como tal, são simultaneamente reprodutivos e, para tanto, cingem significativamente os corpos sexuados que possibilitavam essa reprodução. Ou seja, muito embora os modelos de produção tenham sido diversos para o ordenamento do sistema mundial moderno, as mulheres trabalhadoras presentes em todo os Estados que o compunha sofriam de uma opressão em razão deste único sistema que advinha da dependência delas para reprodução de si próprio. Uma opressão que pode ser vista na dinâmica das trocas desiguais, com as especificidades dos processos produtivos de cada uma das zonas geográficas, mas que, ao fim e ao cabo, era realizada para a reprodução de uma só lógica, de um só sistema social. Assim, essa dissertação demonstrou que, a depender do local, do modelo de trabalho e da posição do país na hierarquia da economia-mundo, entre outras variantes, o controle sobre o corpo reprodutivo e

sobre a reprodução de trabalhadores pode ser um ou outros, entretanto o objetivo é um só: cumprir com a lógica da acumulação sem fim de capital.

Deste modo, observou-se que a opressão que se praticava sobre mulheres negras escravizadas na periferia do sistema-mundo advinha de uma mesma raiz motivacional da opressão das mulheres brancas livres europeias. Isto é, apesar de estarem inseridas em modos de produção distintos, a razão da opressão que sofriam era a mesma, mas, sublinha-se, também era diferente por conta da forma da opressão que se adequava especificamente ao modo. Por isso, endossa-se o defendido pela teoria da reprodução social (Ferguson, 2017, p. 15), quanto à experiência “diferenciada-mas-unificada” das mulheres sob o capitalismo. Essa afirmação remete a ideia de que, no capitalismo, o sistema de exploração, dominação e opressão de todo e qualquer sujeito explorado, dominado e oprimido é um só, o capitalista, mas a experiência é diferenciada a depender das diferenças que a estes sujeitos foram imputadas para, com isso, obter-se a própria exploração.

Conforme citado, a cooptação ou criação da diferença para a acumulação de capital é explanada por Federici (2017), com ênfase no gênero, e em Quijano (2005), com ênfase na raça. A problemática abordada nessa dissertação permitiu entender como essas diferenças, assentes na raça e no gênero, foram manuseadas conjuntamente na opressão das mulheres escravizadas de modo a assegurar a reprodução social da escravidão brasileira oitocentista. Para isso, foi preciso perceber que a experiência unificada pelo mesmo processo de exploração, dominação e opressão do capitalismo se veem diferenciadas quando se insere a questão geográfica com modelos de controle de trabalho que, para assim se justificarem distintos, necessitou-se empregar sujeitos também distinguidos: racializados. Portanto, foi possível perceber como se deu esse processo que unifica pela exploração,

mas explora pela diferença ao se ponderar um outro modo de produção que operou no sistema-mundo capitalista, o escravista.

Com essa ponderação, cabe, agora, partir para o terceiro e último ponto conclusivo: as qualidades específicas da reprodução social da escravidão. Viu-se, ao longo desta dissertação, que a opressão das mulheres reside – no que diz respeito à exploração própria desse gênero – na reprodução social do sistema capitalista, notadamente quanto ao papel central que as mulheres desempenham para a reprodução da força de trabalho, a qual envolve atividades que apenas as mulheres são capazes de executar por serem do âmbito da procriação – gestar, parir e amamentar. Também ressaltou-se que as formas de se controlar a disposição desse corpo para a reprodução biológica e geracional da força de trabalho eram determinadas pelo modelo de controle de trabalho que as atividades de reprodução social reproduzia. E não só: bem como demonstrou a teoria da segunda escravidão, esses modelos não foram estáticos, isto é, o modelo de controle de trabalho escravo bem como a relação social de produção escravista foi sofrendo alterações ao longo de sua jornada (Tomich, 2011), e, deste modo, aqui endossou-se que, inevitavelmente, os processos de reprodução intrínsecos ao de produção também; eles se alteravam conjuntamente. Assim, sublinha-se que a segunda escravidão também pode ter na sua definição a aderência das transformações do seu processo produtivo à sua reprodução social, já que esse enérgico período de processo produtivo também significou uma brusca transformação de seu processo de reprodução, que passou da base exógena, com a captação de trabalhadores externos para o trabalho forçado; para a endógena, com necessária reprodução interna dos trabalhadores.

Então, num primeiro momento, o que parecia ser específico à reprodução do modelo escravista era o modo de se reproduzir trabalhadores, pela imigração forçada. Mas, a segunda fase da escravidão brasileira, após a Lei Eusébio, provou que a reprodução biológica também esteve presente como modo majoritário de reposição de força de trabalho escrava. Ou seja, a especificidade da reprodução social da escravidão não poderia ser entendida de forma tão simplista, apenas pelo modo em que novos trabalhadores eram captados. Ao olhar para as práticas dos proprietários rurais e senhores de escravos normatizadas para promover a reprodução biológica dos trabalhadores neste período, sublinhou-se que o que determinava a especificidade da reprodução social da sociedade de classes escravista brasileira era a localização das práticas sociais voltadas a essa reprodução em relação à economia formal.

Enquanto no modo de produção capitalista assalariado a esfera produtiva é a que circunscreve a economia formal, onde todo o trabalho produtivo acontece, e a esfera reprodutiva é onde as

atividades voltadas para a reprodução social do modelo sucedem – ou seja, a reprodução de trabalhadores ocorre à margem da economia formal -, no modo de produção capitalista escravista as esferas produtiva e reprodutiva se integravam numa só; portanto às práticas de produção e de reprodução ocorriam na mesma esfera.

Se no modo de produção assalariado a manutenção da vida do trabalhador e o consumo para reprodução da família proletária eram da responsabilidade do trabalhador, tendo o capitalista apenas responsabilidade pela manutenção das condições da esfera produtiva, no modo de produção escravista a manutenção do trabalhador e o consumo para reprodução da família escravizada eram da responsabilidade do proprietário rural e senhor de escravo. Assim sendo, gerir essa reprodução era também gerir a sua produção. Uma vez que o escravizado era uma mercadoria, um bem e um trabalhador, cuja força de trabalho podia ser explorada de modo vitalício pelo seu proprietário (Mintz, 1978), a reprodução de trabalhadores escravizados era simultaneamente a produção de mercadorias e a reprodução social da escravidão.

Wallerstein (1979, p. 216) bem disse que, ao fim e ao cabo, a escravidão acabou – ou, ponderamos, assim iria inevitavelmente acabar – porque se tornou incompatível com uma economia-mundo capitalista em que não mais dispunha de uma arena externa para captação da mão de obra escrava, e não porque ela própria era incompatível com o capitalismo. Ao final, a proposta desta dissertação recaiu no entendimento mais profundo do porquê de a inexistência dessa arena vir a ser impeditiva à sustentabilidade do modo de produção escravista. Ressalva-se que, aqui, foi realizada uma reflexão sobre uma relação de um local, da escravidão brasileira oitocentista e suas práticas sociais, com o global, a economia-mundo capitalista deste período. Assim, considera-se que esta relação pode não resultar nos mesmos termos, como uma regra geral, ou ter os mesmos efeitos para modos e relação social de produção escravista de dinâmica relacional peculiar de outros territórios escravistas deste mesmo período. Contudo, o direcionamento dessa resposta parece estar apontado para a reprodução social da escravidão e ao que tem nela seu caráter mais específico: a união das esferas produtiva e reprodutiva.

Bibliografia

- Arruzza, C. (2015). *Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo*. In: Revista Outubro, n. 23, pp. 33-58. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruzza.pdf
- Arruzza, Cinzia (2017). *Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos*. In: Cadernos Cemarx, n.10, pp. 39-59. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10920>
- Balibar, É.; Wallerstein, I. (1988). *Race, Nation, Class: Ambiguous Identities*. London/New York: Verso.
- Beauvoir, S (1970). *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Bhattacharya, T. (2019). *O que é a teoria da reprodução social?*. In: Outubro Revista, São Paulo, 32, pp. 99-113. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf
- Blackburn, R. (1988). *The overthrow of Colonial Slavery 1776-1848*. Londres/Nova York: Verso.
- Blackburn, R. (2016). *Por que segunda escravidão?*. In: MARQUESE, R.; SALLES, R. (orgs). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira (ebook).
- Bourdieu, P. (2001). *As estruturas sociais da economia*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Bourdieu, P.; Chamboredon, J.; Passeron, J. (2002). *A profissão de sociólogo, preliminares epistemológicas*. Petrópolis: Vozes.
- Bourdieu, P. (2003). *Questões de Sociologia*. Lisboa: Fim de Séculos.
- Bourdieu, P. (2011). *O campo político*. In: Revista Brasileira de Ciência Política, 5, pp. 193-216 . Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522011000100008>
- Bourdieu, P. (2020). *Estratégias de reprodução e modos de dominação*. In: Revista Pós Ciências Sociais, 17(33), pp. 21-36. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/13298>
- Braudel, F. (1970). *La historia e las ciencias sociales*. Madrid: Alianza Editorial.
- Braudel, F. (1987). *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Brenner, J.; Laslett, B. (1989). *Gender and social reproduction: historical perspectives*. In: Annual Review of Sociology, 15, pp. 381-404. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2083231>
- Brenner, J.; Laslett, B. (1991). *Social Reproduction, and Women's Self-Organization: Considering the US Welfare State*. In: *Gender&Society*, 5(3), pp. 311-333. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/189843>
- Chalhoub, S. (2019). *Posfácio*. In: Badaró, F. ([1881] 2019). *Fantina: cenas da escravidão*. São Paulo: Chão Editora.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.
- Donegá, A. L. (2009). *Os irmãos Laemmert no comércio livreiro oitocentista*. In: Língua, Literatura e Ensino (Unicamp), 4, pp. 247-257. Disponível em: <https://revistas.iel.unicamp.br/index.php/le/article/view/708>
- Federici, S. (2020). *Beyond the Periphery of the Skin: Rethinking, remaking and reclaiming the body in Contemporary Capitalism*. Oakland: PM Press.
- Federici, S. (2019). *Silvia Federici e a "nova" caça às bruxas*. Entrevista concedida ao Outras Mídias. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/silvia-federici-e-a-nova-caca-as-bruxas/>
- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante.
- Ferguson, S.; McNally, D. (2013). *Capital, Labour-power, and Gender-relations: Introduction to the Historical Materialism*. In: Vogel, L. ([1983] 2013). *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*. London: Brill.

- Ferguson, S. (2017). *Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa*. In: Cadernos Cemarx, 10, pp. 13-38. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/issue/view/454>
- Fogel, R.; Engerman, S. (1974). *Time on the Cross. The Economics of American Slavery*. Boston: Little, Brown and Company.
- Fonseca, A. (1863). *Manual do agricultor dos generos alimenticios*. Rio de Janeiro: Eduardo&Henrique Laemmert.
- Genovese, E. (1967). *The Political Economy of Slavery*. New York: Random House.
- Genovese, E. (1974). *Roll, Jordan, Roll: The World the Slaves Made*. New York: Pantheon Books.
- Giddens, A.; Sutton, P. (2017). *Conceitos essenciais da Sociologia*. São Paulo: Editora Unesp Digital (ebook).
- Lara, S. (2008). *Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico*. In: Anos 90, Porto Alegre, 15(28), pp. 17-39. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/7953>
- Luxemburgo, R. ([1913] 1970). *A acumulação do capital: Estudo sobre a Interpretação Econômica do Imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Maia, L. (2017). *Páginas da escravidão: raça e gênero nas representações de cativos brasileiros na imprensa e na literatura oitocentista*. In: Revista de História, 176, pp. 1-33. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2017.131489>
- Mariutti, E. (2015). *Rosa Luxemburgo: imperialismo, sobreacumulação e crise do capitalismo*. In: Revista Crítica Marxista, 40, pp. 49-61. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo2016_08_03_12_32_38.pdf
- Marques, L. (2017). *O tráfico interestadual de escravos nos Estados Unidos em suas dimensões globais, 1808-1860*. In: Tempo, 23(2), pp. 339-359. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/tem-1980-542x2017v230208>
- Marquese, R. (1997). *A administração do trabalho escravo nos manuais de fazendeiro do Brasil Império, 1830-1847*. In: Revista de História, 137, pp. 95-111. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18829>
- Marquese, R. (2001). *Introdução*. In: Taunay, C. ([1839] 2001). *Manual do Agricultor Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Marquese, R. (2004). *Feitores do corpo, missionários da mente: Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Marquese, R. (2008). *Diáspora africana, escravidão e paisagem da cafeicultura no Vale do Paraíba oitocentista*. Almanack Braziliense, São Paulo, 7, pp. 138-152. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11686>
- Marquese, R. (2015). *Escravidão nas Américas*. Entrevista concedida ao programa História, da TV Univesp. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IWqDwUm-k1A>
- Marquese, R.; Salles, R. (2016). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Editoria Civilização Brasileira (ebook).
- Marquese; R.; Parron, T. (2011). *Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão*. In: Topoi, 12(23), pp. 97-117. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X012023006>
- Marx, K. ([1865] 2004). *Salário, preço e lucro*. Lisboa: Edições Avante.
- Marx, K. ([1867] 2011). *O Capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo (ebook).
- Mies, M. (2004). *Patriarchy and Accumulation on a World Scale: Women in the international division of labour*. Londres: Zed Books (ebook).
- Mintz, S. (1978). *Was the plantation slave a proletarian?*. In: Review (Fernand Braudel Center), 2, n. 1, pp. 81-98. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40240791>

- Morgan, J. (2004). *Laboring women: reproduction and gender in the New World slavery*. Pensilvânia: University of Pennsylvania Press.
- Moura, C. (1989). *História do negro brasileiro*. São Paulo: Editora Ática.
- Moura, C. (2013). *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Quijano, A. (2005). *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*. In: *A Colonialidade do Saber*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, pp. 227-275. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf
- Quijano, A.; Wallerstein, I. (1992). *Americanity as a Concept, or the Americas in the Modern World-System*. In: *International Social Science Journal*, n. 134, pp. 549-557. Disponível em: <https://www.javeriana.edu.co/blogs/syie/files/Quijano-and-Wallerstein-Americanity-as-a-Concept.pdf>
- Reis, M. F. (1887). *A escrava*. Revista Maranhense, n. 3. In: Reis, M. F. (2018). *Ursula e outras obras*. Brasília: Edições Câmara (e-book).
- Ribeiro, D. (1995). *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ribeiro, F. B. (2010). *Entre Martelos e Lâminas: Dinâmicas Globais, Políticas de Produção e Fábricas de Caju em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento.
- Ribeiro, F. B. (2017). *Uma Sociologia do Desenvolvimento*. Famicão: Edições Humus.
- Romancini, R.; Lago, C. (2007). *História do jornalismo no Brasil*. Florianópolis: Editora Insular.
- Paiva, C.; Libby, D. (1995). *Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais do século XIX*. In: *Estudos Econômicos*, 25(2), pp. 203-233. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/160479>
- Pessoa, T. (2017). *E depois da “Lei Eusébio”? Reprodução da escravidão e seus limites em um complexo de fazendas do vale do café (Rio de Janeiro, c. 1864-1888)*. In: *Topoi*, 18(36), pp. 465-489. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101x01803602>
- Parron, T.; Marques, L. (2019). *História Relacional: uma entrevista com Dale Tomich*. In: *Revista Tempo*, 25(3), pp. 774-783. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/tem-1980-542x2019v250313>
- Prado, C. (1984). *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense (ebook).
- Rodrigues, K. (2010). *Os manuais de fazendeiros, o governo dos escravos e medicina no século XIX*. In: *Anais de XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio Memória e Patrimônio*, Rio de Janeiro, pp. 1-9. Disponível em: <http://encontro2010.rj.anpuh.org/site/anaiscomplementares>
- Salles, R. (2008). *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Santos, M. (2016). *“Slave Mothers”, Partus Sequitur Ventrem, and the Naturalization of Slave Reproduction in Nineteenth-Century Brazil*. In: *Tempo*, 22(41) pp.467-487. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20509/tem-1980-542x2016v224106>
- Scheffer, R. (2015). *Lares partidos: famílias no comércio interno de escravos (1865-1888)*. In: *Anais do 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Curitiba (UFPR). Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos7/rafael%20da%20cunha%20scheffer.pdf>
- Silva, M. C.; Cardoso, A. (2005). *O local face ao global: por uma revisão crítica dos modelos de desenvolvimento*. In: Silva, M. C.; Marques, A. P.; Cabecinhas, R. (orgs). *Desenvolvimento e assimetrias sócio-espaciais: Perspectivas teóricas e estudos de caso*. Braga: Núcleo de Estudos em Sociologia/Universidade do Minho e Inovação à Leitura.
- Slenes, R. (1976). *The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888*. Ph.D. diss, Stanford University.

- Slenes, R. (2004) *The Brazilian internal slave trade, 1850-1888: Regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market*. In: Johnson, W. (ed.). *The Chattel Principle: internal slave trade in the Americas*. New Haven: Yale University Press.
- Taunay, C. ([1839] 2001). *Manual do Agricultor Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Taylor, K. (2019). *Raça, classe e marxismo*. In: Revista Outubro, 31, pp. 180-196. Disponível em: http://outubrerevista.com.br/wp-content/uploads/2019/01/07_Keeanga-Yamahtta-Taylor.pdf
- Thiry-Cherques, H. (2006). *Pierre Bourdieu: a teoria na prática*. In: Revista de Administração Pública, 40(1), pp.27-53. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000100003>
- Tomich, D. (2011). *Pelo Prisma da Escravidão: Trabalho, Capital e Economia Mundial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Vernek, F. (1847). *Memória sobre a fundação de huma fazenda na Província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert.
- Vogel, L. ([1983] 2013). *Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory*. Boston: Brill.
- Wallerstein, I. (1974). *O Sistema Mundial Moderno – A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*. Porto: Edições Afrontamento.
- Wallerstein, I. (1979). *The Capitalist World-Economy*. New York: Cambridge University Press.
- Wallerstein, I. (1991). *Unthinking social science: the limits of nineteenth-century paradigms*. Cambridge: Polity Press.
- Wallerstein, I. (1998). *O Capitalismo Histórico seguido de A Civilização Capitalista*. Vila Nova de Gaia: Estratégias Criativas.
- Werneck, L. (1865 [1855]). *Ideias sobre colonização precedidas de uma succinta exposição dos princípios geraes que regem a população*. Rio de Janeiro: Eduardo&Henrique Laemmert, 2ª edição.
- Wieviorka, M. (2002). *O Racismo: Uma Introdução*. Lisboa: Fenda Edições.
- Williams, E. ([1944] 1975). *Capitalismo e escravidão*. Rio de Janeiro: Ed. Americana.